

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE CLÓVIS MOURA (1959-
1989): QUILOMBAGEM, PRÁXIS NEGRA E ANTIRRACISMO DE UM
INTÉPRETE DO BRASIL**

Wanessa Horrana Francisca da Silva

Orientador: Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa, julho de 2021.

TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE CLÓVIS MOURA (1959-1989): QUILOMBAGEM, PRÁXIS NEGRA E ANTIRRACISMO DE UM INTÉPRETE DO BRASIL

Wanessa Horrana Francisca da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Da Paraíba- UFPB. Área de concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa, julho de 2021.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva, Wanessa Horrana Francisca da.

Trajetória política e intelectual de Clóvis Moura
(1959-1989) : quilombagem, práxis negra e antirracismo
de um intérprete do Brasil / Wanessa Horrana Francisca
da Silva. - João Pessoa, 2021.
158 f. : il.

Orientação: Elio Chaves Flores.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Moura, Clóvis - Trajetória. 2. Antirracismo. 3.
Quilombagem. 4. Intérpretes do Brasil. I. Flores, Elio
Chaves. II. Título.

UFPB/BC

CDU 929(043)

TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE CLÓVIS MOURA (1959-1989): QUILOMBAGEM, PRÁXIS NEGRA E ANTIRRACISMO DE UM INTÉPRETE DO BRASIL

Wanessa Horrana Francisca da Silva

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elio Chaves Flores - Universidade Federal da Paraíba (Orientador)

Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Veiga - Universidade Federal da Paraíba (Membro Interno)

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva - Universidade Federal de Pernambuco (Membro Externo)

Prof.^a. Dr.^a. Solange Pereira da Rocha - Universidade Federal da Paraíba (Suplente).

João Pessoa, julho de 2021.

A todos os meus ancestrais que lutaram
para que um dia eu pudesse existir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, principalmente minha vó Maria José, minha mãe Maria Gilvânia e a minha irmã Maria Eduarda, por todo apoio no decorrer de toda a vida.

Agradeço também aos meus amigos que também são minha família, Heleno Varela, Laís Emília, Priscilla, Lis, e Elisa que é também minha parceira desde a graduação.

Quero agradecer em especial a Tatiana Dias que esteve comigo em toda minha trajetória do mestrado, sempre me levantando e me ajudando nos momentos difíceis, minha parceira de vida e melhor amiga.

Ao meu orientador, Elio Flores, pela confiança e parceria ao longo da graduação e mestrado.

À banca de qualificação com a professora Ana Veiga e o professor José Bento, pela enorme contribuição ao meu trabalho, foi de extrema importância todas as correções e sugestões para o trajeto da pesquisa.

Aos amigos de turma e professores pela experiência compartilhada e por toda aprendizagem obtida.

Aos Funcionários do PPGH como também todos os servidores administrativos que de alguma forma impactaram positivamente a minha jornada dentro da universidade.

Aos Funcionário do CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP-SP, sobretudo Renata Cotrim que atendeu e me auxiliou com presteza e dedicação durante minhas pesquisas no centro de documentação.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa e a todos os trabalhadores do Brasil que tornaram esse financiamento possível.

É tempo de formar novos quilombos, em qualquer lugar que estejamos, e que venham os dias futuros, salve 2020, a mística quilombola persiste afirmando: “a liberdade é uma luta constante”.

(Conceição Evaristo)

TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE CLÓVIS MOURA (1959-1989): QUILOMBAGEM, PRÁXIS NEGRA E ANTIRRACISMO DE UM INTÉRPRETE DO BRASIL

RESUMO: A presente dissertação consiste em uma pesquisa sobre a trajetória política e intelectual de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) com o objetivo de compreender o trajeto percorrido pelo mesmo da sua infância até a publicação do emblemático *Rebeliões da Senzala* (1959) e entender como construiu sua interpretação da história do Brasil colocando o escravizado como agente ativo desse processo. Na pesquisa optamos por verificar as articulações sociais, políticas, sua circulação nos jornais, revistas e analisar o processo de fundação e articulação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) por entender que a trajetória do IBEA é transpassada pela vivência histórica e política do seu fundador Clóvis Moura. Dessa forma, busco entender como se deu o processo de fundação do instituto, sua articulação e intercâmbio que manteve com diversas entidades nacionais e internacionais que estudavam a história africana, as pesquisas realizadas e desenvolvidas, palestras, práticas e contribuição de intelectuais ligados ao IBEA. Investigar essas relações é entender de que maneira esses compromissos o ajudaram a construir sua tese sobre o negro ativo e político no processo de emancipação. Para uma melhor abordagem sobre essas questões optamos por analisar a sua produção histórica e sociológica que traz sua interpretação sobre Práxis Negra e Quilombagem, e como o legado dessas lutas nos ajuda a construir uma sociedade antirracista. Para tanto, optamos pelo recorte temporal de 1959, ano da publicação do seu primeiro livro *Rebeliões da Senzala*, até 1989 com *História do Negro Brasileiro*. Em relação às fontes, optamos pela análise da sua produção bibliográfica durante o período proposto e de documentos do acervo Clóvis Moura que se encontra no CEDEM, onde contém entrevistas, artigos, fotos, cartas e documentos cedidos por sua família.

PALAVRAS-CHAVE: Clóvis Moura. Antirracismo. Quilombagem. Intérpretes do Brasil.

ABSTRACT: This dissertation consists of a research on the political and intellectual trajectory of Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) in order to understand the path taken by him from his childhood to the publication of the emblematic *Slavery Rebellions* (1959) and to understand how he constructed his interpretation of the history of Brazil, placing the enslaved as an active agent in this process. In the research, we chose to verify the social and political articulations, their circulation in newspapers, magazines and analyze the foundation and articulation process of the Brazilian Institute of Africanist Studies (IBEA) as we understand that the trajectory of the IBEA is traversed by the historical and political experience of its founder Clovis Moura. In this way, I seek to understand how the institute's founding process took place, its articulation and exchange with various national and international entities that studied African history, the research carried out and developed, lectures, practices and contributions from intellectuals linked to the IBEA. To investigate these relationships is to understand how these commitments helped him to build his thesis on active and political blacks in the emancipation process. For a better approach to these issues, we chose to analyze his historical and sociological production that brings his interpretation of Black Praxis and Quilombagem, and how the legacy of these struggles helps us to build an anti-racist society. Therefore, we chose a time frame from 1959, the year of the publication of his first book *Slavery Rebellions*, until 1989 with *History of the Brazilian Black*. Regarding the sources, we chose to analyze their bibliographic production during the proposed period and documents from the Clóvis Moura collection that is at CEDEM, which contains interviews, articles, photos, letters and documents provided by his family.

KEYWORDS: Clovis Moura. Anti-racism. Kilombagem Interpreters from Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa do número 1 da revista *Flama*.

Figura 2: Capa dos números 2/3 da revista *Flama*.

Figura 3: Capa dos números 4/5 da revista *Flama*.

Figura 4: Relatório do DOPS sobre Clóvis Moura.

Figura 5: Continuação da figura 4.

Figura 6: Capa da 1ª edição, desenhado pelo artista plástico Otávio Araújo.

Figura 7: Capa da 2ª edição do livro, foto do cartógrafo francês Pierre Desceliers.

Figura 8: Capa da 3ª edição, ilustração de Yvonne Saruê.

Figura 9: Capa da 4ª edição, de Leonardo Menna Barreto Gomes

Figura 10: Capa da 5ª edição.

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Lista das cartas enviadas sobre a fundação do IBEA.....	66
Tabela 2- Data da fundação de várias entidades negras, congressos e atividades.....	94
Tabela 3 - Nome de alguns Quilombos	124
Tabela 4 - Alguns Quilombos remanescentes	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	25
TRAJETÓRIA E GESTAÇÃO DE UM PENSADOR NEGRO	25
1.1 As margens do Rio Parnaíba: Infância, Família e Mudanças	25
1.2 O poeta do sertão: Comunismo, Jornalismo e a Questão Negra.....	31
1.3 O emblemático <i>Rebeliões</i>	47
CAPÍTULO 2	60
O IBEA E A LUTA CONTRA O RACISMO	60
2.1 Fundação, articulações e intercâmbio no instituto (A institucionalização de um projeto)	60
2.2 Ditadura, perseguição e a luta contra o racismo	76
2.3 O congresso de Cali	83
2.4 Movimento Negro a Educação	96
CAPÍTULO 3	107
UM INTERPRÊTE DO BRASIL: PRÁXIS NEGRA, QUILOMBAGEM E ANTIRRACISMO DE UM PENSADOR SOCIAL DO BRASIL	107
3.1 A questão nacional, Resistência Negra e o Processo de Luta Pela Emancipação	108
3.2 Quilombagem como mudança do processo histórico	122
3.3 Práxis Negra e Antirracismo no processo de transformação social	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXOS	153
1. ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO IBEA	
2. CARTA DE CLÓVIS MOURA PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE SENEGAL Leopold Sédar Senghor	

3. CONCESSÃO DE BOLSAS
4. CARTA PARA BEATRIZ NASCIMENTO
5. CARTA À IMPRESSA SOBRE RACISMO E REPRESSÃO

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é analisar a trajetória política e intelectual do pensador negro Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) e identificar como sua obra reconstrói a imagem do negro ativo e político na formação nacional. A pesquisa desenvolvida neste trabalho é também continuação de um debate iniciado ainda na graduação, quando através do PIBIC, cujo título do projeto era: *Mundo Negro, Mundo Atlântico: culturas históricas e intelectuais antirracistas na segunda metade do século XX* (1948-2003). Dessa forma, o trabalho visa contribuir com a produção historiográfica sobre a história da população negra no Brasil através da produção de Clóvis Moura no período entre 1959 e 1989, quando demonstra em suas pesquisas o negro como ativo e protagonista no processo de emancipação e na formação nacional.

Situado nas interfaces entre história, sociologia e jornalismo, Clóvis Moura foi um intelectual interdisciplinar que dialogava com vários setores do meio intelectual; compreender sua articulação no campo intelectual, seu vínculo político e a relação com seus pares é de extrema importância para compreendermos como se deu o início das suas pesquisas até o momento no qual publica o emblemático *Rebeliões da Senzala* (1959), marco sobre a lutas escravas no Brasil. Marxista de formação, Moura ressignifica o conceito de práxis de Marx ao categorizar a práxis negra como forma de resistência da população negra, conceito este trabalhado por Fábio Nogueira de Oliveira em sua Dissertação de Mestrado, intitulada: *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra* (2009), que em suma, descreve como Moura trabalha o conceito marxista para aplicá-lo à realidade dos escravizados. No marxismo, “Práxis” pode ser definida como o conjunto das atividades humanas que pretende criar condições oportunas à existência da sociedade.

A tradução do marxismo a partir da perspectiva do negro, no pensamento mouriano, tem como categoria-chave a noção de práxis. É a práxis – considerada como ação de rebeldia e resistência violenta ao escravismo – que confere ao negro um caráter e, por sua vez, torna-o sujeito (OLIVEIRA, 2011, p. 50).

Segundo Oliveira “Práxis é o processo histórico, coletivo, é o acúmulo das ações contínuas e permanentes” (OLIVEIRA, p. 127). Práxis Negra não é apenas uma categoria de análise, é uma prática transformadora e estratégica. A apropriação da teoria marxista nas obras de Clóvis Moura, principalmente nas categorias de totalidade, dialética,

alienação e práxis, nos permite entender o conceito de Práxis Negra. Moura constrói a tese do sujeito político e participante do processo de emancipação, colocando o escravizado como agente ativo do processo, rompendo com antigas concepções e análises.

Ainda na perspectiva de vislumbrar a análise do processo histórico que inicia na escravidão e permeia a luta pela liberdade, nos permite perceber a dimensão da cultura histórica, que contempla as investigações da luta política pelo poder e os demais acontecimentos ligados à memória histórica. Ao compreender que cultura histórica está para além do campo da historiografia e do cânone historiográfico, Elio Flores (2007, p. 83-102), entende que “[...] trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais”. Todos os elementos citados estão presentes no conceito de cultura histórica e nos permitem entender a construção da narrativa que se encontra na obra de Clóvis Moura, quando realiza um resgate histórico para compor a trilha das suas pesquisas e como direciona sua análise sobre as rebeliões negras no Brasil e de como esse processo foi diluído ao longo dos anos.

Entendo que o trabalho em questão está para além da biografia, embora trajetória e biografia se imbriquem em alguns momentos. Porém, é necessário compreender que determinadas questões precisam ser tratadas com cuidado, em especial as questões políticas, sociais, culturais, para que se possa evitar o que Bourdieu chama de ilusão biográfica. Dessa forma, a construção de uma trajetória, segundo (BOURDIEU 1996) difere das relações teleológicas e/ou reducionistas que buscam ou tentam estabelecer uma sequência lógica e cronológica dos eventos de vida, como se fosse possível descrever um conjunto de informações sobre uma pessoa ou grupo de forma “coerente e orientado” (BOURDIEU, 1997). Dessa forma, para Bourdieu, a ilusão biográfica, pode ser caracterizada por uma linha corrente, sem desvios; para ele,

a vida organizada como uma história (no sentido da narrativa) desenrola-se, segundo uma ordem cronológica, que é também uma ordem lógica, a partir de um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até ao termo que é também um alvo, um cumprimento (telos). A narrativa (...) propõe acontecimentos que (...) tendem a, ou pretendem, organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU, 1997, p. 54).

Compreendo que diferentemente da biografia, que apesar de trazer questões sobre a vida do sujeito, entidade ou aquilo que se propõe biografar, não traz discussões sobre as tensões entre os sujeitos ou ocasiões, pois no gênero não é necessariamente obrigatório. Já na construção de trajetórias, se leva em consideração as “séries das posições sucessivas ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996) e também “num espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1997). Como o próprio Bourdieu enfatiza, é “absurdo” realizar uma tentativa de “explicar um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede” (BOURDIEU, 1997).

Dessa forma, nos orientamos pelo que Pierre Bourdieu fala sobre os estudos biográficos. Bourdieu (2011) descreve como a apreensão relacional do mundo social que corresponde na filosofia social ao fato de que toda realidade reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõe. Para Bourdieu, a vida de um sujeito não pode ser narrada linearmente, sem considerar as relações com os diferentes agentes ao longo da sua história, é necessário considerar os aspectos históricos, políticos e sociológicos, é isto que pretendo realizar no presente trabalho. Um dos argumentos que consideramos principal na construção do trabalho é o processo de afirmação racial do Clóvis Moura, essa identificação está totalmente ligada às posições tomadas por ele dentro do escopo intelectual e político.

É importante entender a identidade “como um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003, p. 15). Como Antônio Sérgio Guimarães bem coloca, “tomamos o conceito de raça como categoria analítica, e não apenas política com o objetivo de deslindar as desigualdades e discriminações que a categoria brasileira de cor enseja” (Guimarães, 2002, p. 50).

Um novo sentido para “raça”, entretanto, começa a se generalizar a partir da década de 1920, junto com a autodenominação de “negros”. O que existia de negativo, inferior e insultuoso nessas palavras passa para o segundo plano para dar lugar à reivindicação de um sentido positivo e arregimentador. (GUIMARÃES, 2003, p. 27).

No primeiro capítulo optamos por realizar o que Michel de Certeau descreve como lugar social, entender o lugar social do sujeito é uma das possibilidades da construção discursiva. Dessa forma, entendemos que perceber a trajetória do intelectual e sua família desde a infância até o primeiro emprego como jornalista, a tomada de consciência racial, o direcionamento político, o diálogo com seus pares é o ponto de partida para compreendermos melhor o pensador e sua obra. A importância da sociabilidade, dos

vínculos estabelecidos de um determinado local, ou em outros espaços, a construção dos laços afetivos acompanha intrinsecamente a História Intelectual. Ângela de Castro Gomes define assim a noção de sociabilidade. “[...] trata-se de localizar um certo conjunto de intelectuais na paisagem ideológica do período, observando as conexões e deslocamentos tecidos numa rede relacional maior. Dito de outra forma, o objetivo é situar o ‘lugar social’ dos intelectuais” (GOMES, 1993, p. 63).

Nas redes de sociabilidade percebe-se o elemento escolha, a afinidade, as decisões; é também uma decisão política no sentido mais amplo. Para que possamos entender como se formam essas decisões dos seus integrantes, é necessário perceber quais as convergências e divergências de pensamentos, o que fortifica esse elo, que pode ou não durar com o tempo.

O círculo social também reflete na interação dos intelectuais como interlocutores do processo social e, por isso, admitem um papel de “reinventores da vida social”. Esta interação que estrutura as redes é constituída de vínculos, geográficos e afetivos: de amizade e de cumplicidade, mas também de hostilidade e rivalidade (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Portanto, seguimos a sugestão teórico-metodológica de Sirinelli, que para quem estuda ou pesquisa intelectuais, necessita de uma “constituição de um corpus de textos e uma abordagem prosopográfica dos itinerários” (SIRINELLI, 2003, p. 238). Como nosso objetivo na pesquisa consiste na análise da produção da obra de Clóvis Moura, levando em conta sua trajetória de vida, redes de sociabilidade, atividades acadêmicas, institutos que fundou e dos quais fez parte, e que estas são relações plurais e complexas, além de espaços de interação e de processos sociais e culturais do seu tempo.

Aponto que não seria possível realizar uma análise de toda a trajetória intelectual do Moura, mas tentaremos fazer como diz Bourdieu, “um relato organizado em sequências significativas e ordenado conforme um conjunto de relações inteligíveis” (BOURDIEU, 1998). É importante estabelecer uma cronologia baseada no que dispomos em relação aos documentos analisados e às obras que abordaremos na dissertação; essas serão as fontes principais para compreender cada momento de inflexão nesse percurso feito por Moura.

Por trajetória, compreende-se um percurso de vida, deslocamento ou eventos contínuos, com causa e efeitos, portanto, devemos considerar os aspectos políticos e históricos nos quais o sujeito está inserido. Também partimos do conceito de trajetória de Bourdieu para compreender a multiplicidade da construção intelectual de um pensador

negro no campo dos estudos sobre escravidão. Trajetória, entendida aqui “como série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um determinado espaço submetido a incessantes transformações”. (BOURDIEU, 2006, p. 71).

O trabalho de Gustavo Orsolon mapeia todas as questões editoriais envolvidas nas quatro edições do livro *Rebeliões da Senzala*, já o trabalho de Fábio Nogueira permite entender o deslocamento construído na trajetória de Moura e como ele conceitua a Práxis Negra. Portanto, tais trabalhos, ao modo que nos ajudam a compor uma noção de momentos da intelectualidade de Moura, necessitam de aprofundamento em outras questões, para que possamos compreender melhor a dimensão da sua trajetória, transitiva e interdisciplinar.

A pretensão do primeiro capítulo não é esgotar todas as informações sobre a trajetória de Clóvis Moura, não seria possível fazê-lo, mas, entendo que os deslocamentos geográficos, lugar social e direcionamento político moldam parte significativa do pensamento mouriano, e por isso busco entender melhor essas questões.

Nascido em Amarante, no estado do Piauí, Clóvis Moura é um dos pesquisadores mais importantes quando o assunto é a história da população negra no Brasil. Ao escrever *Rebeliões da Senzala*, livro que marca o painel das lutas escravas no processo de emancipação, Moura se torna central na discussão sobre a formação nacional. “Na sua obra encontram-se as linhas mestras de uma visão crítica radical de como se forma e transforma o povo no curso da história do Brasil” (IANNI, 2003). Sobre essas linhas mestras, Reis argumenta: “Em ambas, a revolta, a resistência escrava do modo geral, tinha pouco ou nenhum papel na constituição do processo histórico. Ao intitular seu livro *Rebeliões da Senzala*, Clóvis dizia de cara, na capa, a que veio” (REIS, 2003, p. 75).

A importância de percebermos como se deu a construção do *Rebeliões* é fundamental, sobretudo, porque é nesse período que o fortalecimento e o diálogo com os demais intelectuais que trabalhavam com essa temática são estabelecidos. A troca de informações, contatos, indicação de leitura é um dos pontos importantes na vida de Moura e da sua relação com outros intelectuais. Para compreensão dessa fase, utilizaremos a reprodução de algumas das cartas que Moura trocou com esses intelectuais, cartas que se encontram no CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP.

Esse primeiro capítulo nos ajudará a conhecer o Clóvis Moura, quem foi, o que fez e como fez, para então nos demais capítulos nos aproximarmos das demais obras e da instituição que ele fundou. A grande questão que nos propomos a problematizar é o porquê da sua obra não ser referência nas universidades, sobretudo nos cursos de história

e sociologia; qual a grande barreira que Moura e sua obra encontram para adentrar aos muros das universidades, mesmo tendo sua obra revisitada constantemente nos últimos anos. Em livros que enfatizam intérpretes do Brasil que foram “rebeldes e renegados” da produção sobre o país não encontramos o nome do Clóvis Moura.¹ Dessa forma, mostrarei como sua obra é fundamental para entendermos o processo de formação nacional e como a população negra foi ativa nesse processo.

Temos nessa grande leva de intelectuais que repensaram o Brasil, as preocupações de Clóvis Moura, refletindo sobre a questão do negro na formação da nação. A obra de Moura sobre o negro parte de uma interpretação oposta à de Gilberto Freyre, que entendia a escravidão branda no país, repleta de um grande paternalismo por parte dos senhores, e de escravos dóceis e aceites de sua condição servil. Moura buscou valorizar a resistência negra, (a escravidão para ele nunca teve a brandura propalada por Freyre) e seu importante papel contra a condição de escravo, portanto seu caráter dinâmico na construção da nação. O que percebemos, que sempre incomodou nosso autor e suas indagações, foram os dilemas presentes na constituição da nação, evidenciando a marginalização de negros e mulatos, tendo como um dos muitos resultados, um racismo caleidoscópico à brasileira (MESQUITA, 2003, p. 18).

O que pretendo é demonstrar a importância dessas análises realizadas por Clóvis Moura, ao trazer a sua contribuição para repensar como se deu a formação nacional e os conceitos que desenvolveu para entender a luta dos escravizados no processo de emancipação como a quilombagem e a práxis negra.

No segundo capítulo, o objetivo é analisar o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), fundado por Clóvis Moura em 1975, com o objetivo de pesquisar, debater e ensinar a história da população negra no Brasil. Analisaremos o processo de fundação do instituto, as articulações realizadas por Moura para concretizar sua fundação, intercâmbios culturais entre outros estados e países por meio de intelectuais, concessão de bolsa para estudantes, sócios do instituto, as demandas e perseguições sofridas tanto pelo seu fundador como o próprio instituto. O IBEA se articulou com diferentes vertentes de movimentos sociais, como a União Brasileira de Escritores (UBE), várias frentes do movimento negro e alguns partidos de esquerda no Brasil e na América Latina.

Penso que trazer questões pertinentes ao IBEA, é também uma maneira de manter vivo o legado de Clóvis Moura, já que como presidente do instituto, ele realizava palestras, participava de debates, ministrava cursos, participava de bancas de teses e

¹SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. Boitempo Editorial, 2015.

dissertações, assinava artigos, pesquisas, se correspondia com organizações sociais, associações negras, não só do Brasil, mas na América Latina, América Central e diversos países do continente africano. Em diversas trocas de correspondências entre Clóvis Moura e membros de outros centros de estudos, como o Centro de Estudos Afro-colombianos, percebemos o desejo de Moura em realizar conexões e intercâmbio cultural e intelectual sobre a história dos negros naquele local.

Este tem por fim informar-lhe, e aos amigos daí que o MOVIMENTO NEGRO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL e o IBEA – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRICANISTAS resolveram realizar a REUNIÃO PREPARATÓRIA DO II CONGRESSO DE CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS, entre os dias 1 e 2, em São Paulo, iniciando-se, já, os preparativos de secretaria, hospedagem, etc. A vinda de pelo menos um representante da Colômbia, especialmente a sua presença será indispensável para o êxito do encontro. Há grande entusiasmo entre os companheiros.²

Observar que o movimento de negritude está muito presente na abordagem de Moura, sobretudo quando se aproxima do movimento negro na década de 1970, essa aproximação está muito presente na construção do IBEA, nas pautas e nos intelectuais que frequentavam o instituto. O termo negritude foi escrito pela primeira vez em 1935, no terceiro número de *L'étudiant noir*³, pelo poeta, ensaísta, dramaturgo e intelectual negro Aimé Césaire, que, junto com Léon-Gontran Damas e Léopold Sédar Senghor, inaugurou o movimento da negritude, que se tratava do acúmulo histórico no que diz respeito às condições de vida dos africanos e negros da diáspora e tinha como um dos objetivos o resgate da herança africana e a partir disso ressignificar a sua própria existência, afirmando de forma positiva sua história e sua condição de homem ou mulher negra. O contato de Clóvis Moura com a questão da negritude se concretizou quando participou em 1974 do Colóquio sobre Negritude e América Latina, realizado em Dakar, Senegal, onde apresentou o trabalho “O Negro na emancipação da América Latina”, posteriormente publicado na segunda parte do livro *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977). Os contatos estabelecidos no colóquio foram de suma importância na fundação do IBEA, sobretudo no que diz respeito ao contato estabelecido com pesquisadores internacionais que estudavam a diáspora africana.

A pretensão é mostrar a importância do IBEA na trajetória de Clóvis Moura, e elucidar algumas questões que ainda não foram colocados em pauta em outros trabalhos,

²Carta de Clóvis Moura ao representante do Centro de Estudos Afro-colombianos, Prof. Manuel Zapata Oliveira. CEDEM/UNESP. Fundo Clóvis Moura. Pasta 64 (1977-1978).

³Revista na qual Aimé Césaire é redator chefe, Damas secretário de redação e Senghor colaborador.

para que assim possamos compreender melhor esse momento. Qual era a relação do IBEA com o movimento negro no Brasil? Quem, além de Clóvis Moura, dirigia o IBEA e ajudava nas articulações com os demais campos da sociedade? Quais eram as principais pautas, palestras e cursos oferecidos pelo IBEA? Quais intelectuais estavam presentes no IBEA? Essas questões serão elucidadas com a ajuda do material encontrado no (CEDEM) - Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, que contempla um fundo pessoal de Clóvis Moura doado por sua família.

O Fundo Clóvis Moura foi doado pela historiadora Soraya Moura, filha do Clóvis. O CEDEM, encontra-se localizado na Praça da Sé, 108 - Centro - São Paulo/SP e tem como objetivo

Preservar, pesquisar e difundir a memória dos movimentos sociais brasileiros contemporâneos, bem como outras fontes produzidas no âmbito da missão da Universidade: ensino, pesquisa, extensão. Tem sob sua guarda importantes acervos referentes à história das esquerdas brasileiras e a outros movimentos sociais e culturais ocorridos, principalmente, no século XX.⁴

Todo o acervo está disponível para os pesquisadores, o fundo foi dividido em três grupos e duas séries. Na pasta de grupos, temos: 1) Correspondências; 2) Atividades Acadêmicas e Eventos; e 3) Produção Intelectual. Já as séries, estão divididas em: 1) Produção Intelectual de Terceiros; e 2) Documentos Pessoais. As caixas que serão utilizadas como fontes para a produção do capítulo destinado ao IBEA, serão as caixas 32; IBEA-DIVERSOS, caixa 23; correspondência recebida IBEA – 16/04/1975 a 18/05/1977 e a caixa 24; correspondência recebida IBEA- 19/05/1977 a 16/07/1991 e S/D, sendo essa última, documentos que não possuíam datas. As caixas em questão estão respectivamente na pasta de produção intelectual, correspondências e atividades acadêmicas. Devido ao período que a pesquisa foi realizada, não foi possível verificar todo o acervo, e se no mesmo possuía mais alguma documentação relacionada ao IBEA.

Assim como outras instituições e movimentos sociais, o IBEA também sofreu com o regime ditatorial no Brasil, tendo dentro do seu corpo docente ligados a partidos de esquerda como: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Oracy Nogueira, entre outros intelectuais que engrossavam as fileiras dos partidos de esquerda no País. Esse era um dos motivos que a força repressiva atestava para monitorar constantemente Clóvis Moura e o IBEA.

⁴ Informação retirada da página do CEDEM: <https://www.cedem.unesp.br/>.

[...] observamos de longa data que africanistas estudiosos da cultura e raça negra de origem africana como Clóvis Moura e Florestan Fernandes, entre outros, tentam, usando da dialética, ‘acordar’ a cultura negra ‘ainda adormecida na escravidão’ para um movimento de emancipação de cunho socialista, inspirado nos ‘panteras negras’ grupo norte-americano conhecido pelas ações radicais e violentas.⁵

O trabalho da historiadora Karin Sant’Anna Kossling, revela a perseguição do DEOPS aos movimentos sociais e instituições antirracistas, como no caso do IBEA.⁶ Em documentos encontrados no CEDEM consta uma carta dirigida ao Ministério de Cultura e Turismo que não forneceu a liberação e nem incentivo para a delegação do IBEA que iria participar do I encontro de La cultura negra das Américas, entre 24 a 28 de agosto de 1977, em Cali, na Colômbia. No período ditatorial no qual o país passava naquele momento, qualquer pessoa, instituição ou entidade que destoasse dos ideais e premissas do regime era perseguido e anulado das mais variadas formas⁷.

O teor desta documentação demonstra que não só a mobilização antirracista de cunho político estava sob a mira do DEOPS, mas também a própria produção intelectual de cientistas sociais sobre a presença negra no Brasil fazia parte das preocupações deste órgão (KÖSSLING, 2007, p. 98).

A pretensão aqui é também visibilizar uma entidade que estava compromissada com a transformação social do Brasil, com o enfrentamento ao racismo, e destinado assim como seu fundador a demonstrar as raízes das opressões vividas pela população negra no País. Desta forma, fica clara a importância do IBEA na trajetória do intelectual Clóvis Moura.

No terceiro e último capítulo pretendo identificar o caráter de intérprete do Brasil em Clóvis Moura, que através da sua obra imprimiu uma vertente singular nas categorias de análise sobre a formação nacional. Para aprofundar essa categoria tão importante quando falamos de sociólogos e historiadores que pesquisaram e escreveram sobre as

⁵DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (DOPS/SP). DIVISÃO DE INFORMAÇÕES. Relatório confidencial. 15 de maio de 1978, OS 1056, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP.

⁶O trabalho em questão, refere-se à dissertação de mestrado: KÖSSLING, Karin S. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado, História Social, Universidade de São Paulo (USP), 2007.

⁷O Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) tinha seus eventos monitorados pelos aparelhos de informação e segurança desde 1975. De acordo com o relatório sobre o Movimento Negro do SNI, consta na página 7 do relatório informações sobre o curso “Uma visão Dinâmica do Negro no Brasil” ofertado pelo IBEA no auditório “Galeão Coutinho” localizado na Sede da UBE (União Brasileira de Escritores), entre dos dias 20 e 30 de setembro de 1975, com a participação dos professores: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Eduardo de Oliveira, Oracy Nogueira, Clóvis Moura, Aristides Barbosa, Fernando Henrique Cardoso e José Ferreira Leite. Verificar anexo 1.

mais diversas questões da formação nacional, utilizarei reflexões, questionamentos e direcionamentos fomentados pela leitura da sua obra.

A proposta é mapear três obras do intelectual que são essenciais para a compreensão dos esforços aqui envolvidos, que se configuram no papel do sociólogo e historiador intérprete do Brasil. Para tanto serão analisadas as obras *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1981), *Sociologia do negro brasileiro* (1988) e *História do Negro Brasileiro* (1989). Isso não significa que os seus outros livros que versam sobre as questões pertinentes a proposta estejam descartados. Nem mesmo algum de seus livros de literatura que trazem análise sobre o racismo e desigualdades social, mas é apenas uma questão metodológica em termos de recorte e que necessita lançar luz sobre alguns conceitos que ainda não foram trabalhados a exemplo da quilombagem, conceito que permeia diretamente a construção do trabalho de Clóvis Moura. Dessa forma, percebemos a necessidade dessa discussão neste capítulo. Para Moura, a quilombagem era um movimento emancipacionista, que antecede o movimento liberal abolicionista, o caráter radical da quilombagem não tinha mediação entre a classe senhorial e o escravizado, existia apenas entre eles o aparelho de repressão a essa rebeldia. O quilombo era o centro organizacional da quilombagem, por estabelecer uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravizado.

É importante salientar que o conceito de quilombagem formulado por Clóvis Moura, emerge paralelamente ao de quilombismo de Abdias do Nascimento.⁸ A diferença entre eles, é que para Moura, quilombagem é um movimento político-social, dirigido pelos próprios negros contra a sociedade escravista por representarem uma de suas classes fundamentais (Moura, 1989, 22); já o quilombismo, para Abdias, é uma doutrina política dos afro-brasileiros que

Tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo e/ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo (...). Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos do sistema, articulando os diversos níveis da vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano (NASCIMENTO, 1980, p. 264)

⁸Abdias do Nascimento (1914-2011), ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos, militante da causa negra no Brasil, um dos intelectuais mais respeitados e lidos quando se trata de relações raciais, fundador do TEN – Teatro Experimental do Negro, cujo objetivo era possibilitar a população negra acesso ao teatro não só como possibilidade de inserção cultural e representação positiva, mas também como espaço de conscientização política. Para saber mais ver: *História e Protagonismo Negro: Africanidade, Cultural Histórica e Ensino de História na Trajetória Históricas de Abdias Nascimento (1944-1999)*. Dissertação de mestrado de Danilo Santos da Silva.

Um dos objetivos em relação à construção deste terceiro capítulo está em resgatar a produção de Clóvis Moura no campo do pensamento político-social brasileiro, e que dentro dessas análises realizadas por Moura em sua obra encontramos conceitos e reflexões que são cruciais para compreender o Brasil do século XXI e como ainda operam as elites e o modelo político do Brasil, além de demonstrar as ferramentas encontradas pela população negra antes e pós-abolição na sua emancipação e sobrevivência e que essas servem como uma arma e esperança para uma sociedade antirracista.

Nomes como Caio Prado Júnior⁹, Sérgio Buarque de Holanda¹⁰, Gilberto Freyre¹¹ e diversos intelectuais que integraram a escola paulista de sociologia, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, etc., detêm o “título” de intérpretes do Brasil, pois se dedicaram a escrever sobre a questão e formação nacional, sobretudo no campo da política e economia. A questão aqui não é encontrar congruência ou divergência na obra de ambos e de Moura, pois não é o propósito. Embora, em algumas discussões teóricas, Moura discorde do conceito de democracia racial descrito por Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande e Senzala*. Sabemos das teorias e das manobras jurídicas e midiáticas nas quais esse mito foi sustentado. Entretanto, depois de vários estudos e pesquisas que investigam as desigualdades sociais, sabemos que esse “mito” não foi e não é verdadeiro.

O que caracteriza fundamentalmente esse período da nossa história social é a luta do escravo contra o aparelho de Estado. E é, por um lado, exatamente este eixo contraditório e decisivo para a mudança social que é subestimado pela maioria dos sociólogos e historiadores do Brasil, os quais se comprazem em descrever detalhes, em pesquisar minudências, exotismos, encontrar analogias,

⁹Caio Prado Júnior: Ensaísta e político; nascido em São Paulo, pioneiro na aplicação do marxismo à interpretação da história brasileira, deixou vasta obra, em que se destacam: *Evolução Política do Brasil* (1933); *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942); *História Econômica do Brasil* (1943); *A Revolução Brasileira* (1966).

¹⁰Sérgio Buarque de Holanda: Sociólogo e historiador; nascido em São Paulo, foi um dos fundadores da Esquerda Democrática (1946), do qual se originou o Partido Socialista, e do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre suas principais obras, registram-se: *Raízes do Brasil* (1936), *Primórdios da Expansão Paulista no Fim do Século XVI e Começo do Século XVII* (1948), *Da Escravidão ao Trabalho Livre Brasil* (1948), *Visão do Paraíso – Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil* (1959). Foi diretor e coautor da *História Geral da Civilização Brasileira* (1985).

¹¹Gilberto Freyre: Sociólogo; nascido em Pernambuco, estudou nos Estados Unidos, na Universidade de Baylor e em Colúmbia, onde defendeu tese intitulada *Social Life in Brazil in the Middle of 19th Century*. foi um dos pioneiros do culturalismo no estudo da sociedade brasileira. Defendeu o regionalismo, em oposição às ideias da Semana de Arte Moderna de 1922, que considerava uma importação de manifestações culturais europeias. Publicou *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959), que compõem a trilogia intitulada *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*.

fugindo desta forma, à tentativa de se analisar de maneira abrangente e científica as características, os graus de importância social, econômica, cultural e política dessas lutas. Toda uma literatura de acomodação sobrepõe-se aos poucos cientistas sociais que abordam essa dicotomia básica, restituindo, com isto, ao negro escravo a sua postura de agente social dinâmico, não por haver criado a riqueza comum, mas exatamente pelo contrário: por haver criado mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade na qual o criador dessa riqueza era alienado de todo o produto elaborado (MOURA, 1988, p.22).

O objetivo aqui não é aplicar nenhum revisionismo da obra dos intelectuais citados, como já foi falado anteriormente, a principal questão é tornar visível um pensador que realizou análises e construiu conceitos que descrevem as “raízes” históricas da formação nacional, quando desmistifica o caráter passivo do escravizado, quando descreve e afirma que a população negra foi agente ativo do processo dinamizador da formação do país. A grande questão é trazer à luz a significativa contribuição da sua obra e a partir das suas análises perceber como o racismo opera na invisibilização da população negra.

A pretensão central do trabalho é compreender a sua interpretação de Brasil, a composição da identidade nacional e o protagonismo da população negra na construção do País. Ao trazer elementos da sua obra considerando sua trajetória, sua interdisciplinaridade e todas as contribuições para o campo do pensamento social e político brasileiro, além de endossar o seu legado historiográfico nos estudos das relações raciais no Brasil. Dessa forma, será realizado o empenho de se debruçar sobre a produção bibliográfica do autor e sobre ele.

O objetivo desta contribuição é também expor a trajetória de Clóvis Steiger de Assis Moura como um processo e não como fases, não pretendemos reproduzir uma trajetória em etapas ou caixas; a literatura, o jornalismo, a sociologia e a história contribuíram profundamente no pensador no qual o Clóvis Moura se tornou, não existe um intelectual separado, mas sim um múltiplo, um intelectual orgânico.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIA E GESTAÇÃO DE UM PENSADOR NEGRO

Meu pai queria que eu fosse fiscal de Imposto de Renda,
Advogado de banca, noturno membro *Society*,
Menino de muitas prendas.
Cheguei a tentar carreira.
Mas o vento que me habita me impede e impossibilita de ser
apenas suor.

Clóvis Moura

Desde muito cedo Clóvis Moura tinha verdadeira inclinação para o mundo das “letras”, hoje sua obra é uma das maiores potências quando se discute as relações raciais e o Antirracismo no Brasil, nos últimos anos sua obra vem sendo revisitada com maior frequência, isso se deve, sobretudo ao movimento negro e a pesquisadores que entendem que sua obra e a análise que faz da formação nacional é vital, para entendermos o funcionamento da sociedade.

Dessa forma, neste primeiro capítulo, busco entender e demonstrar como se deu a trajetória de Moura desde a sua infância, passando pelos seus primeiros escritos ainda na adolescência, sua ativa participação no mundo do jornalismo, como também perceber como os deslocamentos foram importantes para a construção da sua rede de sociabilidade, reflexão política e ideológica, influência teórica e a construção de um ativismo negro, sobretudo na pesquisa e escrita do emblemático *Rebeliões da Senzala* (1959).

1.1 “As margens do Rio Parnaíba”: infância, família e mudanças

A apresentação da trajetória política e intelectual do pensador negro Clóvis Steiger de Assis Moura nos ajuda a entender melhor a sua inclinação para o campo intelectual brasileiro. Essa análise está próxima ao que Sérgio Micelli descreve no seu livro *Intelectual à brasileira* (2001). Micelli analisa a trajetória social de uma categoria de

intelectuais, onde busca compreender os mecanismos sociais que possibilitaram a entrada destes sujeitos dentro do cenário intelectual brasileiro.

Compreender esse sujeito nordestino, que fez sua trajetória longe da academia e lutou durante toda a sua vida contra o racismo e se dedicou a pesquisar a história da população negra no Brasil, perceber como se deu a construção de pontes que se encaminharam para amizades e rede de contatos é o que pretendemos realizar nesse capítulo. Adriana Barreto de Souza, no livro sobre Duque de Caxias, afirma que: todo indivíduo está inserido numa “rede social específica”, que é “tecida” durante sua vida. Essa rede inclui além de seu relacionamento no contexto familiar, círculo de amizades, também no meio político e profissional.¹²

Nascido no interior do Piauí, na cidade de Amarante no ano de 1925, Clóvis Moura de pai negro e mãe branca pertencia a uma família de classe média, e tinha como principal renda o salário do seu Pai Francisco de Assis Moura, que trabalhava como fiscal de renda para o estado. Sua mãe, Elvira Steiger Moura, vinha de uma família abastada, que tinha certo prestígio na política local, porém, a mesma não segue os caminhos que eram destinados em sua maioria aos homens da família, tornando-a uma dona de casa após o casamento.

Moura cresceu às margens do rio Parnaíba, junto com os irmãos Carlos e Maria, com quem dividiu não só as experiências familiares e mudanças para outras cidades, mas, também os círculos de amizade e as profundas reflexões sobre a questão racial, política e literária. A vida no interior do Piauí foi marcante para ele, que descreve em poemas o cotidiano e a sua relação com o rio, com os avós e as demais crianças no livro de poemas *Argila da Memória* (1964).

As casas estão debruçadas sobre o rio que passa.
Uma semente de aurora nasce às vezes na cidade quando o prefeito acode
Ao ofício e manda que se faça o calçamento da rua que se veste como noiva.

Minhas primas ainda estão cantando cantigas de roda

Na rua recém-calçada.
Todos querem passar na rua nova.
E fica batizada: Rua Nova.
Há mais de trinta anos é Rua Nova.
(MOURA, 1964, p. 28).

¹² SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 34.

Argila da Memória não foi seu único livro de poesias e poemas, sua estreia nas livrarias foi com o livro *Espantalho na Feira* (1959) com poemas que descrevem sua preocupação com os mais excluídos, com a sua própria condição de escritor e que também segue um pensamento político e social.

És plebeu porque não entras no endosso de letras, câmbios, ou assinaturas de cheques. Não aceitam o teu trabalho que fica só para o drama do teu mister de operário. Rasga agora o papel

[...]

Não tens remorsos do drama e não te espantas do espanto.

[...]

Nada mais és do que a coisa que faz a foice e martelo coisas belas, o desenho da mãe apertando o filho e marcas com o contraponto de prantos e de tragédias a lacônica sentença de um adeus, de um nunca mais.

(MOURA, 1959, p. 121).

Além de *Argila da Memória* e *Espantalho na Feira*, Clóvis Moura escreveu *Âncora no planalto* (1967), *Manequins Corcundas* (1979), *Histórias de João da Silva* (1984), *Flauta de Argila* (1992), *Bahia de todos os homens* (1992) e uma obra póstuma *Duelos com o infinito* publicada em 2005, que teve ajuda da sua esposa Griselda Steiger Moura. A escrita poética de Moura não tem sido tão estudada quanto seus escritos sobre a questão racial, o trabalho mais recente sobre esses escritos é a tese de doutorado do historiador José Maria Vieira de Andrade, que busca em um dos seus objetivos analisar a inserção de Moura no campo literário e suas articulações e experiências protagonizadas pelo mesmo no campo da produção ensaística.¹³

Apesar da família de Moura quando comparada a outras famílias de região ser uma “espécie” de classe média, a situação política e financeira não estava favorável à família dos Steiger-Moura. Francisco Moura formou-se em farmácia na Bahia, mas seguiu com a carreira de fiscal de rendas, afirma Vivaldo da Costa Lima, amigo íntimo de Clóvis em entrevista ao historiador Fábio Nogueira.¹⁴ E foi por causa da profissão do seu pai que as constantes mudanças de estados e cidades aconteceram. A primeira ocorrera em 1935, quando se transferem para a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. É em Natal que Clóvis e seu irmão Carlos ingressam em uma escola muito tradicional e frequentada pela elite local, o colégio Diocesano Santo Antônio, dirigido desde 1929 pelos irmãos Maristas.

¹³ANDRADE, José Maria Vieira de. *Sem candura nas palavras: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil (1959-1995)*. Tese de Doutorado, Ceará: UFCE, 2019.

¹⁴OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 29.

Desde muito cedo Clóvis esteve engajado em participar politicamente de algum evento ou algo que realizasse discussões sobre literatura e política, isso é demonstrado quando se torna um dos membros fundadores do grêmio estudantil da escola, o “Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro”, não há ainda informações sobre o porquê da escolha desse nome e nem mesmo a data da fundação do mesmo, mas consta que o grêmio não tinha aprovação dos responsáveis pela escola, fazendo com que os membros se encontrassem semanalmente para as discussões políticas, literárias e as demais causas sobre questões da escola. Foi por meio do grêmio que nasceu o jornal *O Potiguar*, quando então Clóvis Moura com 14 anos escreve o seu primeiro artigo, intitulado de “*Libertas que serás também*”, onde relata acontecimentos da Inconfidência Mineira (1789), seu profundo sentimento nacionalista, inspirado pelas revoluções Francesa (1779) e Americana (1776), ele retrata alguns acontecimentos antes da morte de Tiradentes, o símbolo desse movimento.

No declínio do século XVIII um grupo de idealistas patriotas projetaram a célebre Conspiração Mineira. Tendo como chefes homens de valor como Cláudio Manoel da Costa, Thomaz Antônio Gonzaga e outros, que com os olhos fitos na liberdade da Pátria esqueceram-se dos traidores. E a traição sempre existe nos corações mal formados. Um dos conspiradores, Joaquim Silvério dos Reis, a 15 de março de 1779, denuncia ao Barão de Barbacena a Conspiração... Em Vila Rica são presos trinta e dois conjurados, entre eles, Thomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto. Em 19 de abril de 1790 o oficial de justiça lê a sentença... A Rainha, por "alta clemencia", comutou a pena a degredo a todos os outros, menos a Tiradentes. A 21 de abril de 1792 era executado. Foi um dia festivo. As tropas estavam nos seus aparatos de gala. Ao surgir, Tiradentes estava tranquilo nas suas vestes brancas de condenado. Ao subir no patíbulo com passo firme, conversava com seu crucifixo. No momento em que o carrasco amarrava-lhe o pano-branco ele disse-lhe:

- Não demores irmão, depressa com isso.

Frei José pede piedade para o criminoso, queria ministrar-lhe os últimos preparos d'alma. Depois desceu recitando o Creio em Deus Padre. No momento que pronunciava a última frase Tiradentes era arremessado aos ares pelo carrasco. Morreu assim o maior sonhador da liberdade no Brasil. Com esta morte, porém deu-se o maior grito da liberdade de um povo.

O grêmio 12 de outubro foi ganhando membros importantes como Elói de Souza¹⁵, Luiz da Câmara Cascudo¹⁶ e outros membros de renome, que já eram ou viriam

¹⁵Elói Castriciano de Sousa (1873 – 1959) nasceu em Recife, foi um jornalista, político, intelectual e um estudioso das secas do nordeste. Em sua homenagem foi denominado Senador Elói de Sousa um município no Rio Grande do Norte.

¹⁶Luís da Câmara Cascudo (1898 – 1986) foi um dos mais respeitados pesquisadores do folclore e da etnografia no Brasil, ele viveu quase toda a sua vida no Rio Grande do Norte, historiador, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro. Câmara Cascudo foi professor da Faculdade de Direito de Natal, hoje

a ser políticos importantes no Rio Grande do Norte e em outros estados do Nordeste. Mesmo com membros importantes, em 1941 quando a família de Clóvis Moura se transfere para Salvador na Bahia, o grêmio é fechado, mas as amizades, o intercâmbio entre seus membros perduram por vários anos, sobretudo em relação aos apadrinhamentos políticos muito comuns no Nordeste e a relação de Clóvis com o jornalismo, profissão essa em que atuou durante muitos anos e que dividiu seu tempo para a publicação dos seus trabalhos históricos, sociológicos, literatos e sua inserção no campo político.

Com a transferência para a Bahia inicia-se um novo ciclo na vida de Clóvis Moura e sua família, é em terras baianas que a inserção de Moura no campo político é construída. Sua relação com o PCB, PCdoB e PSB e a aproximação com os ideais comunistas e o marxismo. O primeiro ano da família em Salvador foi marcado por um triste acontecimento, o irmão mais velho Carlos Moura com então 17 anos veio a falecer de tuberculose. A relação de Moura com o irmão era também de parceria no mundo das letras, juntos fundaram o Grêmio estudantil, o jornal *O Potiguar* quando moravam na cidade de Natal, embora muito novos já faziam parte dos círculos de discussão de política com aspirantes a políticos e intelectuais locais. Soraya Moura, filha de Clóvis em entrevista a Fábio Nogueira, afirma que desde muito cedo seu pai percebia a diferença entre ele e seu irmão, já que Carlos era branco como a família da mãe e Clóvis Moura negro como a família do pai; na entrevista Soraya afirma

que Clóvis teve desde a infância consciência de sua fragilidade e da diferença de cor em relação a seu irmão mais velho, Carlitos: havia nascido muito pequeno, com a saúde frágil e, ao contrário do irmão – branco, loiro, de olhos azuis, mais próximo dos Steiger –, herdara a tez mais escura, do pai mulato.¹⁷

A profunda análise sobre a questão da negritude se estenderá até o final da vida de Moura, e o acompanhará em todos os ambientes no qual esteve inserido. Isso também foi motivo de discussões e exclusão de Moura em certos debates dentro de partidos políticos a exemplo do PCB, que não discutia a questão racial por acreditar que a luta de classes era suficiente para lidar com todas as questões. Isso será discutido com mais ênfase quando Moura integra a frente cultura do PCB, junto de nomes como Caio Prado Júnior e demais intelectuais ligados à questão nacional.

Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cujo Instituto de Antropologia leva seu nome.

¹⁷Entrevista concedida por Soraya Moura a Fábio Nogueira em 07/06/2009, para sua dissertação, a transcrição encontra-se na página 38.

Durante sua estadia na Bahia, a família Steiger-Moura se estabelece no bairro da Calçada, localizado na cidade baixa. Moura logo fez amizades e entre elas nomes como Vivaldo da Costa Lima¹⁸, Aluísio Sepúlveda, Rui e Otto Soledad, Clóvis Amorim, Isaias Paim, Epaminondas da Costa, ambos queriam torna-se intelectuais e se reuniam sempre na feira do Recôncavo para discutirem sobre os mais diversos assuntos, sendo geralmente política e literatura a tônica dos debates. É na Bahia que Moura inicia suas pesquisas sobre a escravidão, inicialmente na biblioteca pública da Bahia; em entrevista ao jornalista e historiador José Carlos Ruy, Moura conta como foi o início das pesquisas:

Comecei meus estudos em Salvador, que é uma cidade negra, onde até hoje encontra reminiscências da escravidão negra nas ruas, no comportamento, no tratamento que o dominante dá ao subalterno, da posição humilde do subalternizado, de como o subalternizado se organiza, como os senhores dão ordens. Fora os problemas políticos que surgem e que muitas vezes são ecos da escravidão. Encontramos uma ideologia racista que, de um lado justifica a escravidão e, de outro, dá o combustível para você continuar dizendo que as classes subalternizadas continuam nos espaços em que estão porque descendem de uma “raça inferior”. O primeiro estudioso das populações africanas no Brasil surgiu na Bahia, o Nina Rodrigues, que tinha uma visão racista e paternalista do negro. Como cientista, como ele se dizia, não tinha nenhuma dúvida de que a raça negra era inferior, e que foi um prejuízo para o processo civilizatório brasileiro. [...] Ele deixa isso explícito. Quando comecei a estudar, já tinha essa realidade na minha frente. Independente da curiosidade intelectual, era um problema que eu tinha de conhecer porque fazia parte do meu cotidiano.¹⁹

Para Moura foi nos momentos no qual estava na biblioteca em contato com fontes documentais que deram a ele a possibilidade de vislumbrar o *Rebeliões da Senzala*. Embora o livro tenha sido publicado apenas em 1959 quando já estava em São Paulo, as experiências que o antecedem foram o que delineou a trajetória para a sua construção, sobretudo quando esteve em Juazeiro e Salvador. O interesse de Moura pela questão negra se inicia da década de 1940, de acordo com as suas correspondências com intelectuais que também estudavam alguma temática parecida, nomes como Arthur Ramos, Emílio Willems, Donald Pierson, Ralph L. Beals, Edison Carneiro e Caio Prado Júnior.

Eles cumprem um duplo papel: primeiro, de nos auxiliar a compreender o interesse inicial de Clóvis Moura sobre a cultura negra e posteriormente as rebeliões escravas a partir das questões que provavelmente levantou aferidas das respostas apresentadas por seus interlocutores; segundo, de analisar as tentativas de Clóvis Moura em legitimar seu plano de estudos sobre o negro

¹⁸Vivaldo da Costa Lima, um dos maiores antropólogos brasileiros, baiano, professor Emérito da UFBA e autor de livros clássicos como *A família-de-santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia* e *Cosme e Damião: o culto dos santos gêmeos no Brasil e na África*.

¹⁹MOURA, Clovis. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita (Entrevista concedida a José Carlos Ruy). *Princípios*, jun-jul-ago 1995, p. 52.

através do diálogo com estudiosos acadêmicos ou com circulação no meio universitário (OLIVEIRA, 2009, p. 49).

Moura fica pouco tempo em Salvador, cerca dois anos e posteriormente vai para a cidade de Juazeiro, interior da Bahia, mas ele mantém contato constante com seus pares soteropolitanos. É em Juazeiro que se intensifica a relação de Moura com o jornalismo através de publicação de artigos, poemas, crítica literária, que foi possível além do seu talento e dedicação à rede de contatos que construiu em Salvador, sobretudo com intelectuais ligados ao PCB. As revistas e os jornais locais eram o início da maioria dos aspirantes a intelectuais, que tiveram no movimento da *Academia dos Rebeldes*²⁰ a origem das revistas *Meridiano* e *O Momento*.²¹

1.2 O poeta do sertão: Comunismo, Jornalismo e a Questão negra

Foi através do jornal *O momento*, diário do Partido Comunista do Brasil que Moura aprofundou suas concepções sobre o marxismo, o jornal, editado pelo PCB, na Bahia, de abril de 1945 a novembro de 1957, promoveu uma dura luta contra o integralismo e foi um dos mais importantes jornais do partido. Esse contexto, de união de forças contra o nazi-fascismo, gerado pela segunda guerra mundial, propiciou o lançamento de um novo tipo de jornal do PCB que pretendia tornar-se um partido de massa (FALCÃO, 2000).

Quando o jornal foi fundado, em abril de 1945, ainda não havia outro jornal de expressão em circulação do partido, o PCB ainda se organizava a nível nacional e dessa forma o comitê estadual organizava e exercia algum controle sobre o jornal. O diretor na época era o secretário de agitação e propaganda, membro do comitê estadual. Portanto, o jornal atuou como um forte instrumento de propaganda do partido, dando ênfase a determinados acontecimentos e que estes fossem compatíveis com o pensamento político do mesmo. Assim como qualquer outro jornal, *O Momento* era um instrumento de orientação política, econômica e cultural; após anos na ilegalidade o PCB precisava de

²⁰Academia dos Rebeldes foi um grupo literário fundado e liderado pelo jornalista Pinheiro Viegas (1865-1937), do qual fizeram parte, entre outros, Jorge Amado, Edison Carneiro, João Cordeiro, Alves Ribeiro, Aydano do Couto Ferraz, Dias da Costa, que tinha como objetivo renovar as letras baianas a partir do significado do modernismo.

²¹Academia dos Rebeldes insere-se no contexto social, político e literário como uma organização que ajudou a pensar a sociedade baiana e brasileira, com essa intenção criam a revista *Meridiano*, que teve apenas um número, em 1929, e depois, a revista *O momento* em 1945, que chegou a nove edições. Tais revistas nasceram com o propósito de acolher produções textuais que demarcassem uma nova concepção de arte e de literatura... traz para suas revistas o esforço de inovação, inevitável para uma terra marcada pela pluralidade étnica e cultural. SOARES, Ângelo Barroso Costa (2006). *Academia dos Rebeldes: modernismo à moda baiana*. Feira de Santana: UEFS: Dissertação de mestrado.

organização e de crescimento e o jornal era uma peça indispensável à educação política das pessoas, sobretudo das mais desfavorecidas.

O jornal se dedicou a promover os comitês democráticos na Bahia e lançou vinte e dois candidatos ao cargo de deputado federal em 1945: Diógenes Arruda Câmara, Carlos Marighella, Giocondo Dias, Armênio Guedes, Aydano do Couto Ferraz, Valle Cabral, João da Costa Falcão, Manuel Batista de Souza, Eusínio Lavigne, Edgard Mata, Nelson Schaun, Jacinta Passos, Demócrito de Carvalho, Vicente de Paula, Ariston Andrade, Aurélio Rocha, Mecenas Mascarenhas, José Estanislau Santana, João do Carmo, Aristeu Nogueira, Waldyr de Oliveira e Alfredo Moreira Freitas. Sendo que de todos estes, apenas dois eram operários, os outros faziam partes de outras categorias sociais, como médicos, advogados e professores. E havia uma mulher. Entre eles o mais votado foi Carlos Marighella, que foi eleito com 5187 votos.²²

Posteriormente foram criados e distribuídos vários jornais em todo o país com a direção do PCB nacional, o partido chegou a coordenar uma rede de jornais, revistas culturais e teóricas, além dos órgãos oficiais como a *Classe Operária* e a *Voz Operária*. No jornal além dos artigos sobre política, Moura escrevia poemas, poesias, críticas literárias e era convidado constantemente para publicar em outros jornais.

Decerto, a colaboração de Clóvis, naquele momento, era mais significativa: além do artigo sobre Drummond, produziu um inédito sobre Castro Alves (D.B., 20/03/49), um poema sobre a paz para o periódico comunista *O Momento*, sem contar as reiteradas investidas de Heron de Alencar para que publicasse em *A TARDE* (D.B., 09/05/49). Brandão, em outra oportunidade, cava um espaço em outro periódico, para o qual lança mão de sua relação pessoal com o diretor (NOGUEIRA, 2009, p. 44).

Além de Jornais locais Moura também colaborou com a revista *Caderno da Bahia*, fundada em 1948 por Darwin Brandão, Heron de Alencar, Vasconcelos Maia e Claudio Tavares, que tinha como objetivo pesquisar e difundir a cultura afro-baiana, e procurava se diferenciar de outras revistas que priorizavam assuntos políticos. A revista se preocupava em realizar pesquisa de campo sobre a cultura popular negra, ou seja, os cultos afros e a vida cotidiana do povo baiano. (Nascimento, 1999) ressalta que *Caderno da Bahia* sofreu forte influência do movimento iniciado em 1937, ano que ocorreu o II Congresso Afro-Brasileiro na Bahia, que contou com a participação de escritores, jornalistas, professores de medicina e direito, mães-de-santo e pais-de-santo.

²²Organização do povo em amplos comitês nos locais de trabalho, nas ruas e bairros. Comitês Populares Democráticos que, unidos, pouco a pouco, constituirão as organizações democráticas de cada cidade, região ou Estado, até a grande união nacional. *O Momento*, 04 de junho de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

A repressão instaurada pela ditadura estadonovista (1937-1945) promoveu não só o fechamento, mas o linchamento das religiões afro-brasileiras em todo o Brasil, na Bahia aconteceu a queima de duzentos e sessenta e sete exemplares de *Jubiabá* (1935), romance de Jorge Amado, que traz inúmeras reflexões sobre sincretismo religioso, mundo do trabalho, cultura popular, conflito racial entre outras coisas que permeiam o enredo da história contada por um dos maiores escritores da literatura brasileira. A retomada desses estudos só foi possível com o fim do Estado Novo.

É partindo da concepção de valorar o negro como integrante do nosso caldo cultural que no primeiro número de *CB*, Darwin Brandão publica uma matéria intitulada “Edson Carneiro e os estudos afro-brasileiros”. Se, em 1937, não foi possível dar continuidade a esses estudos por conta do Estado Novo, em 1948, a Bahia tornava-se propícia aos debates. Uma ambiência política e cultural muito diferente se apresentava no Estado. (SANTANA, 2003, p. 83).

É com essa retomada de escrever sobre cultura popular negra, que Darwin Brandão entra em contato com intelectuais que estudam e vivem esse ambiente dos anos 1940 e 50 na Bahia, um desses nomes é Clóvis Moura, que havia enviado uma carta para Darwin Brandão, sobre a história de Santo Antônio. Após receber a carta de Moura através de Heron de Alencar, um dos fundadores de *Caderno da Bahia* e crítico do jornal *A TARDE*, Darwin em 02 de agosto de 1948 coloca a revista à disposição para que Clóvis divulgue seus artigos sobre crítica literária e poemas.²³ Assim retoma a intensa comunicação entre eles e o interesse de Moura em divulgar as suas pesquisas de campo. O interesse em publicar as pesquisas de Clóvis Moura, já mostra o quanto o mesmo era conhecido pelos intelectuais da época, mesmo sem ter publicado nenhum livro até o momento, Clóvis Moura já demonstrava a seriedade e a importância da sua pesquisa.

A troca de correspondências entre Clóvis e Brandão foi extensa, em resposta sobre a história de Santo Antônio em 04/12/1948, Darwin Brandão diz: Recebi a história do Santo Antônio. Ótima. É a mais linda que conheço e a pessoa que lhe forneceu deve ser realmente formidável. Além do interesse nas críticas e poesias de Moura, Brandão o

²³Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura. 02/08/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959).

convida a integrar o ABDE²⁴ (Associação Brasileira de Escritores) na qual Clóvis se tornaria diretor mais tarde, e o informa sobre a disputa que ocorreria no estado baiano.²⁵

No próximo dia 10 vão ser realizadas as eleições para a diretoria da ABDE. Até agora só foi apresentada uma chapa, justamente a progressista, formada por mim, Heron, Silvio Valente, Adroaldo Ribeiro Costa, Artur de Sales, Vasconcelos Maia e Claudio Tavares. Creio que vamos vencer, pois a turma do contra (Odorico e companhia) ainda não se manifestou²⁶.

Brandão fala da disputa que ocorrerá na seção baiana da ABDE e que sua chapa está próxima aos comunistas da associação, já a outra chapa encabeçada por Odorico Tavares divergia desses ideais. (NOGUEIRA, 2009), afirma que não há relatos ou material que confirme se houve outros pedidos para que Moura organizasse a seção de Juazeiro, porém, naquele momento havia um interesse em literatura e movimento cultural por parte de Clóvis e ele aceita o convite.

Considerando o desejo de Moura em ser mais atuante no movimento cultural da cidade, ele inicia um projeto de uma Casa de Cultura, juntamente com Expedito A. N, grande amigo de Clóvis, que posteriormente seria apresentado a Darwin Brandão, dando início a uma extensa relação de trabalho e amizade.

Encontrei-me com o Expedito, finalmente. Trata-se, na verdade, de um cara muito bom. Conversamos muito. Saímos algumas noites, andamos pela cidade e ele me contou um bocado das coisas aí de Juazeiro. Sobre o São Francisco e sobre você. Fiquei com uma vontade louca de pegar um transporte e ir aí conhecê-lo. Mas, vou deixar tudo para o fim do ano, quando pretendo, sem falta, passar uns quinze dias com você. No duro, pode esperar. No entanto, o Heron, foi mais feliz do que eu. É ele o portador desta carta e vai passar alguns dias aí, se não me engano. A apresentação, no caso, é dispensável. Você o conhece bastante e ele a você também, através do Caderno e do suplemento de *A TARDE*.²⁷

A essa altura em 1949 Expedito e Darwin já haviam se encontrado e conversado não apenas sobre Moura, que era ponto central entre ambos, mas sobre diversos assuntos,

²⁴ Fundada em 1942, em São Paulo. Porém, com uma maior projeção em 1945, devido a realização do I Congresso Brasileiro de Escritores, que teve entre os vários temas, discutir “o papel do escritor no mundo contemporâneo, especialmente na defesa dos princípios democráticos”.

²⁵ Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura. 02/08/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959) e Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura. 04/12/1948.

²⁶ Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura. 04/09/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959). Trechos retirados da dissertação de Fábio Nogueira. Clóvis Moura e a Práxis Negra (2009).

²⁷ Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura. 11/10/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959).

sobretudo aqueles ligados ao Partido Comunista do Brasil e sua atuação na Bahia. O trecho da carta a seguir mostra a desconfiança de Expedito A. N. em relação ao partido.

Você está sempre nas nossas conversas. Minha decepção por certos descontroles do seu Partido, aqui, não foi motivada somente por minha —admiração romântica pelo Partido. Houve, ou melhor — há outras causas que me provocam tal sentimento. Umas de mim mesmo, de minha formação, aliás, falta de formação; outras, originadas mesmo dalguns deslizes de certos dirigentes. Mas deixemos isso de lado. Aqui [em Salvador], agora terei oportunidade de me inteirar melhor do malabarismo de vocês. [...] Ele tem um que de você mesmo. Na aparência de dispersão em que vive, não perde o fio da personalidade...Sentimos por demais sua ausência.²⁸

Percebemos aqui a desconfiança de Expedito com o PCB, e algumas razões para a mesma, além de rasgar elogios a Darwin Brandão, de quem Moura era amigo e companheiro de trabalho, ainda na carta surge a surpresa pela pouca idade de Darwin Brandão; assim como Moura ele fazia parte da renovação intelectual e da cultura baiana, entre as décadas de 40 e 50, relacionadas à modernização no campo econômico, político e cultural do partido. (SANTANNA, 2003). Essa aproximação de Expedito e Brandão vai refletir diretamente em Clóvis e a sua participação na ABDE, devido as redes estabelecidas o “poeta perdido do São Francisco” se tornaria o diretor da Associação Brasileiras de Escritores. Isso reflete como foi construída a rede de sociabilidade de Clóvis Moura. Sirinelli descreve em seus estudos sobre as estruturas básicas da sociabilidade; para ele, o vínculo do intelectual com o ambiente de trabalho, no caso os jornais, são lugares “onde os laços se atam”. Nesse caso, as revistas eram os lugares da movimentação e análise das ideias compartilhadas, nas palavras do autor, as revistas eram “um lugar de fomentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249). A importância de Darwin Brandão no quesito divulgação do trabalho de Moura foi realmente importante, “ele animava, divulgava e fazia repercutir a Clóvis seus tentos marcados na investida no campo cultural” (NOGUEIRA, 2003, p. 44).

Enviei também, por via aérea, dois exemplares de Caderno da Bahia com seu artigo. Clóvis, O Poeta e o Medo, fez um grande sucesso, um sucesso que aliás eu já esperava e que já havia lhe dito. Está, na verdade, um grande artigo. O mais estudado e o mais sério dos artigos que já se publicou sobre Drummond. No Rio a opinião é a mesma daqui da Bahia.²⁹

²⁸Carta de Expedito A.N a Clóvis Moura, s/d, 11/10/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959).

²⁹Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura, 25/08/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959).

A cooperação de Darwin foi essencial para que Moura avançasse em suas pesquisas sobre a história da escravidão, em carta enviada, Darwin Brandão confirma o contato com o antropólogo Edison Carneiro, naquele momento, em 1949, o mesmo já era um intelectual respeitado, sobretudo quando o assunto era estudos afro-brasileiros.

Sobre seu assunto de negros, devo-lhe informar que já tomei algumas providências, inclusive escrevendo para o Edison Carneiro que poderá nos orientar bastante nas pesquisas. Aliás, se quiser se dirigir a ele diretamente poderá fazê-lo. Endereço: Pereira Guimarães 11, apt. 201 – Leblon – Rio. O Edison é um sujeito muito bom e por certo terá prazer em trocar opiniões com você.³⁰

O contato de Moura com outros intelectuais que estudavam as relações raciais no Brasil, durante alguns anos foi realizada através de cartas. Nomes como Abdias do Nascimento, que já era um nome em evidência pela sua atuação como fundador do TEN (Teatro Experimental do Negro) e da luta contra o racismo. Além de Edison Carneiro e Abdias, Moura trocou correspondências com outros intelectuais “Arthur Ramos³¹, Donald Pierson³², Carlos Drummond de Andrade e Caio Prado Júnior e não sabemos como chegou até eles quais foram as redes e os contatos que facilitaram o seu acesso a estes intelectuais” (OLIVEIRA, 2009, p. 45).

Em seus arquivos, Moura não manteve cópias das cartas enviadas, deixou apenas respostas dos interlocutores, tornando necessário um exercício de compreensão e contextualização do diálogo estabelecido.

Da análise do conteúdo das cartas de Emílio Willems, Donald Pierson, Arthur Ramos, Caio Prado Júnior e Edison Carneiro, que orientavam Clóvis em seus estudos relativos à cultura negra e às rebeliões escravas, observamos uma conjunção de interesses – políticos, culturais e acadêmicos – que atraiu para o jovem pesquisador sertanejo a atenção destes intelectuais. Em relação ao seu intercâmbio com intelectuais acadêmicos, os objetivos são variados (pedido de livros, consulta sobre dúvidas conceituais, envio de material de campo etc.), no entanto, tem como objetivo principal apresentar-se como um pesquisador e estudioso das rebeliões negras, assim como de suas manifestações culturais (OLIVEIRA, 2009, p. 15)

³⁰Carta de Darwin Brandão a Clóvis Moura, D.B., 09/05/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 1: Família e Amigos. Sub-série 2: Amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto 1959).

³¹Arthur de Araújo Pereira Ramos (1907-1949) foi um médico alagoano que atuou na área da psicanálise, além de contribuir para os estudos antropológicos, sendo um dos mais respeitados na área, seus livros mais conhecidos são: *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise* (1934); *O folk-lore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise* (1935); *O negro brasileiro* (1940); *A aculturação negra no Brasil* (1942); *Guerra e relações de raça* (1943).

³²Donald Pierson (1900-1995) foi um sociólogo estadunidense, que estudou em sua tese de doutorado as relações raciais na Bahia, foi professor da escola paulista de sociologia e política até 1959, seu livro mais conhecido *Negroes in Brazil, a Study of Race Contact at Bahia*, de 1949 é fruto da sua tese.

Junto com sua dedicação a crítica literária, Moura direciona seus esforços para a história e sociologia, e contribui significativamente para demonstrar que a população negra não era apenas um objeto de estudo, mas agente ativo, “com um passado radical e dinâmico e especialmente como construtor da nação brasileira”. De fato, esse é o aspecto essencial no pensamento de Clóvis Moura quando se trata sobre as relações raciais, essa visão dialética da construção e das transformações da sociedade, quando ele se apoia e se inspira na contribuição teórica realizada por Karl Marx ao analisar uma realidade social, os vários momentos e movimentos da sociedade, compreendendo os processos e as estruturas presentes na mesma. Quando nos deparamos com trabalhos sobre a história do Brasil, em sua maioria não identificamos as questões que permeiam as relações raciais, são relativamente pequenas as referências sobre as condições políticas, sociais e econômicas da população negra, dos povos indígenas e das mulheres, sobretudo as mulheres negras. Parece que o pensamento social que deveria estudar essas relações não o faz ou pouco faz, o estado brasileiro muitas vezes não coloca na balança o passado escravista, as relações de desigualdade de gênero, étnicas e regionais que permeiam toda a história do Brasil. Dessa forma, a maior contribuição da obra de Moura é demonstrar esse passado e como ele afeta as nossas relações até os dias atuais.

Sua atuação no Jornalismo em Juazeiro foi fundamental para ampliação da sua rede de contatos, jornais ligados principalmente à esquerda foram locais de discussões sobre cultura e atividades políticas e editoriais, que reproduzia a pauta comunista defendida em nível internacional. Para isso foi decisivo a criação de jornais, revistas e atividades literárias de escritores engajados, nesse processo Clóvis Moura vai atuar na revista *Literatura* em 1947, fundada e dirigida por Astrojildo Pereira, tinha no seu conselho editorial, Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Arthur Ramos, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Orígenes Lessa, e era viabilizado mensalmente, um dos propósitos da revista consistia em divulgar debates culturais e literários que alcançassem o maior número de pessoas e viabilizar o contato entre intelectuais das mais variadas tendências.

Além de ser redator do jornal *O momento*, Moura em 1949 fundou o jornal *O Jacuba*, mas não teve tanta repercussão e findou-se muito rápido, não encontramos nenhum exemplar do mesmo para exposição no trabalho.³³ Envolvido na vida política,

³³Detalhe importante, ao realizar uma pesquisa sobre o jornal *Jacuba* é que foi identificado que em 1941 houve um folhetim de Wilson Lins, que integrava o jornal *Imparcial*, jornal baiano com o mesmo nome do

Moura se candidatou a deputado estadual em 1947, não há registro sobre a votação ou quantidade de votos, a discussão em torno dessa candidatura é se Clóvis Moura foi candidato pelo PCB ou PSB; Érica Mesquita afirma que o mesmo foi eleito deputado pelo PCB em 1947, mas teve sua candidatura cassada por motivos políticos (MESQUITA, 2001, p. 176). Já o amigo de Clóvis e intelectual José Carlos Ruy, confirma que ele se candidatou pelo PSB e não logrou êxito em sua empreitada, e que o mesmo ia aos comícios armado, mostrando assim o clima de instabilidade e confronto político da época.³⁴

Não foi possível identificar no CEDEM nenhum documento em que possamos confirmar essa dúvida sobre qual partido o Clóvis Moura se candidatou, embora saibamos da sua ligação com o PCB. Porém, o PCB vinha naquele momento sofrendo inúmeras perseguições, isso fez com que parte dos seus membros se transferisse para o PSB, fundado em 1947 e liderado por João Mangabeira.

O que destacamos na relação de Moura com o PCB é como esse encontro foi frutífero para o intelectual, o partido em questão agregava intelectuais de todo o país o que de fato possibilitou o contato de alguns destes com Clóvis Moura, a exemplo de membros da Escola Livre de Sociologia e Política, instituição criada em São Paulo em 1933 e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, lugar onde Moura se forma em sociologia. O contato com esses intelectuais se torna cada vez mais intenso; de acordo com cartas encontradas no CEDEM, Clóvis Moura entrou em contato com Emílio Willems, Donald Pierson, Arthur Ramos, Ralph Leon Beals, Caio Prado Jr, Darwin Brandão, Edison Carneiro, Nelson Werneck Sodré e Ênio Silveira, o conteúdo era praticamente solicitando material para que pudesse concretizar suas pesquisas sobre as rebeliões negras na Bahia.³⁵

É importante salientar que mesmo sendo membro do PCB, Clóvis Moura realizou duras críticas ao partido, sobretudo em relação ao debate racial, embora fosse um partido ligado às causas sociais, que lutava pela democracia, distribuição de renda e justiça social. Durante muito tempo e até os dias atuais não se colocava o debate racial em pauta, as desigualdades sofridas pela população negra em relação à população pobre branca; para

jornal fundado por Moura. Não identificamos em nossas pesquisas nenhuma aproximação desses citados com o intelectual estudado. Desta forma, não há ainda como saber se houve uma ligação entre ambos.

³⁴Entrevista de José Carlos Ruy, concedida a Fábio Nogueira em 13 de novembro de 2009.

³⁵Essas cartas referem-se ao período de 1947 a 1969 e podem ser encontradas no trabalho *Rebeliões da Senzala: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*.

eles, resolver o problema de classe contemplaria todas as questões, seja desigualdade de gênero (terminologia adotada posteriormente) ou o problema racial. Esse seria um dos motivos para que Moura se distanciasse do partido, tornando-o assim um “simpatizante” do mesmo.

A ligação de Moura com o PCB nunca foi de aceitação das teorias pela internacional comunista, daí sua aproximação com as análises de Caio Prado, que assim como esse autor, também vem utilizar do marxismo apenas como instrumento para diagnosticar e taquigrafar as realidades contraditórias das diversas fases históricas do país, só que levando em consideração a questão racial (MESQUITA, 2002, p. 177).

Embora tenha começado a realizar suas pesquisas na biblioteca da Bahia, Moura se deparou com muitas dificuldades para concretizar o *Rebeliões da Senzala*, em algumas cartas ele descreve o problema de achar material, sobretudo na área das ciências sociais e da história. O que podemos perceber no conteúdo das cartas é que Clóvis Moura além da prioridade de estudar a questão negra e as rebeliões na Bahia, ele se preocupava em realizar um trabalho sério e preconizava a bibliografia de importantes intelectuais da época, embora residisse no interior da Bahia, onde o acesso ao material de pesquisa fosse mais difícil, ele buscava de todas as formas construir um trabalho sério e inédito.

Simpatizo também com suas dificuldades em obter leituras nas ciências sociais. Em pacote separado, envio um exemplar de mais um “survey” nosso, publicado esta vez na “Revista do Museu Paulista”. Adicionei o seu nome à lista de destinatários para receberem publicações da “Biblioteca de Ciências Sociais”, que presumivelmente poderei distribuir no Brasil, a bibliotecas públicas e a pessoas especialmente interessadas no assunto (...). Quanto às pessoas com quem poderia se corresponder, sugiro as seguintes: Professor Oracy Nogueira, Dr. Octavio da Costa Eduardo, Fernando Altenfelder Silva, Juarez Lopes, Carlos Borges Teixeira, todos com endereço igual ao meu; Joaquim Costa Pinto, caixa postal 349 Salvador, Bahia; Professor Luis de A. Costa Pinto, Rua Oliveira Lima, 67 – Ap. 101 Grajaú, Rio de Janeiro, DF.³⁶

Em entrevista ao jornalista e amigo José Carlos Ruy, Moura fala sobre a experiência de quando estava realizando as pesquisas para o livro *Rebeliões da Senzala*, Ruy, que representava a revista *Princípios* realiza a seguinte pergunta. “O *Rebeliões da Senzala* é de 1959, mas a pesquisa é anterior. Imagino o jovem Clóvis Moura quando começou a se interessar pela questão das lutas do escravo. Como você se situava em relação a essas três vertentes?”

³⁶Carta de Donald Pierson, 19/05/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

CM: Caio Prado tenta dar uma primeira visão da história do Brasil através de lutas populares, sem conseguir; o Nordeste responde com o Casa Grande e Senzala, uma tentativa de amenizar o regime escravista, a escravidão, o patriarcado; e Sérgio Buarque de Holanda deu uma abertura para a interpretação da fase posterior, que é a fase pós-abolição, através do conceito de “homem cordial”. Então, o que aparece depois vai ter sempre ligação com essas três vertentes. A do Caio Prado poderia ter sido “a visão dialética da história”, mas se esgota em sua própria obra. Não houve continuadores. A de Gilberto Freyre teve muitos seguidores, porque interessava às ciências sociais daquela época (como até hoje) mistificar e mitificar o passado. Nós temos pouco mais de cem anos de trabalho livre, e temos quatrocentos anos de trabalho escravo. Sérgio Buarque de Holanda, quando lança seu livro, entra também na vertente do processo de industrialização no Brasil, na tentativa da visão do Brasil novo, do Brasil moderno. É uma visão que incorpora e muitas vezes se completa com a visão de Gilberto Freyre, o “patriarcalismo da escravidão”.³⁷

Depois de iniciar suas pesquisas em Salvador e continuar em Juazeiro com os pedidos de informações, livros, material e documentos através das inúmeras cartas aos seus colegas e outros intelectuais, Moura percebe a dificuldade de realizar essa pesquisa no interior da Bahia, isso seria um dos motivos pelo qual Clóvis Moura se transfere para São Paulo em 1950, além de um melhor posicionamento profissional e intelectual, já que São Paulo abrigava as maiores editoras e tinha inúmeros jornais e por isso se tornava mais fácil a comunicação com outros pesquisadores à exemplo do Caio Prado Junior e Florestan Fernandes.

Outra preocupação constante nas cartas é a de viabilizar o acesso a livros e publicações especializadas, assim como garantir a abertura de diálogo e troca de ideias entre Moura e outros pesquisadores e acadêmicos. Em fevereiro de 1946, Willems responde negativamente à proposta de Moura de remessa de livros de ciências sociais, a serem indicados por especialistas, e enviados por meio da Revista Sociologia, por sua inexecutabilidade. No entanto, compreende a situação de Clóvis Moura, pois afirma também ter morado vários anos no interior. (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

Sua trajetória na Bahia foi muito importante para a construção do intelectual no qual Clóvis Moura se tornou e ele agradeceu profundamente o reconhecimento e a consideração dos cidadãos daquele estado, em seu discurso quando ganhou o título de cidadão Soteropolitano em 1995; ele afirmava seu muito obrigado pelo acolhimento a “esse filho bastardo”. “Salvador nunca se ausentou de mim. A sua lembrança irredutível,

³⁷“A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita”. *Princípios*, n. 37, maio - SP. Entrevista de Clóvis Moura a revista *Princípios*. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/11/20/clovis-moura-a-historia-do-trabalho-no-brasil-ainda-nao-foi-escrita/>. Acesso: 16/5/2020.

a sua presença substantiva não é apenas memória, lembrança e recordação. É permanência e fixação. Prolongamento no homem, da substância da cidade.”³⁸

Ao iniciar sua trajetória em São Paulo, Moura se aproximou ainda mais da intelectualidade paulistana, tanto através do PCB como do Jornalismo, atuando em diversos jornais importantes da cidade; ele trabalhou em diferentes lugares da imprensa, foi redator do jornal *Última Hora*, fundado e dirigido pelo jornalista e empresário Samuel Wainer, periódico chamado de grande imprensa, no período entre 1952 e 1958, e paralelamente, até 1955, exerceu a função de secretário de redação da revista de cultura de nome *Fundamentos*, composta em sua maioria por intelectuais ou simpatizantes do PCB, que era publicada trimestralmente. A revista foi fundada por Monteiro Lobato e tinha como diretores Armênio Guedes, Villanova Artigas e Caio Prado Júnior. “Deixara de ser um principiante noviço, e iniciava um período consistente de inserção como profissional da imprensa nas publicações comunistas”. (MALATIAN, 2018, p. 24).

Em sua atuação na revista *Fundamentos*, Moura publicou entre 1952 e 1955 artigos sobre literatura e história, que versavam sobre suas inquietações, mas os assuntos em sua maioria estavam em consonância com os ideais do PCB. O artigo feito sobre o cinquentenário de *Os Sertões* foi o primeiro publicado por Moura na revista, assunto que ele voltaria a escrever anos depois quando publicou o livro *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* em 1964.³⁹

Dentro da constelação que é a cultura brasileira, a obra de Euclides da Cunha é, por várias razões, uma das mais desfiguradas. Desfiguradas pelos seus admiradores. Desfiguradas pelos seus detratores. Nosso trabalho, que nada tem de definitivo e perfeito, é uma tentativa de restaurar o verdadeiro Euclides da Cunha.⁴⁰

O trabalho de Moura na revista foi fundamental, sobretudo pelo fato de tornar possíveis os encontros que favoreceram a sua pesquisa para a construção do seu primeiro livro. Um dos intelectuais com quem Clóvis já havia tentado contato em Juazeiro, e só foi possível em São Paulo, foi Edison Carneiro, que publicou no mesmo periódico entre 1950 e 1951 artigos que falavam sobre o negro na sociedade, assunto de interesse de Moura.

³⁸Trecho retirado do livro *Memória de Sparkenbroke* (2018), organizado por Teresa Malatian, Sonia Troitiño e Cleber Santos Vieira, publicado pela editora Unesp.

³⁹*Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha, é considerado o primeiro livro-reportagem brasileira sobre a guerra de Canudos e deu uma enorme contribuição ao jornalismo, história e sociologia.

⁴⁰MOURA, Clovis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1964.

Há muito tempo desejava estabelecer contato com você, porque sabia das interessantes pesquisas que você estava realizando, mas nunca escrevi porque uns me diziam que você trabalhava no Momento, outros que você estava catando material na zona do São Francisco.⁴¹

O sociólogo Edison Carneiro já era um intelectual respeitado na época e tinha publicado livros importantes sobre a cultura afro-brasileira, como: *Negros Bantos* (1937); *O Quilombo dos Palmares* (1947) e *Antologia do Negro Brasileiro* (1950). Edison se dispõe a ajudar Moura em suas pesquisas:

Não sei se você estudará todos os tipos de revolta na Bahia ou somente as insurreições malês. Usou entre outros, o livro Velho do Tombo, as Atas da Câmara da Bahia, as Memórias Históricas de Accioly? As indicações não são muitas, mas ilustram bem o panorama geral.⁴²

Em paralelo com suas pesquisas, Moura exerce vários cargos na imprensa paulista, tornando-se redator em 1959 dos jornais *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*, subsecretário de redação e crítico literário do *Correio Paulistano* em 1960, foi diretor de redação do jornal *A Folha*, de São Carlos, entre 1969 e 1972. Essa dupla atividade de jornalista e intelectual estava imbricada na identidade de Moura, e revela muito sobre o que ele foi durante sua trajetória, sobretudo no que acreditava e nas críticas que tecia a inúmeras contradições, seja do próprio partido seja de intelectuais já consagrados.

Em 1951, junto com a sua irmã Maria do Rosário, fundou em Araraquara a sua revista, com nome de *FLAMA*, a pretensão da mesma era ser uma revista “progressista e honesta da vida social artística, esportiva e cultural do Município”. A revista era composta além de Moura e sua irmã, do redator José de Oliveira e Souza, do diretor do departamento artístico, Sidney Schavion, do gerente João Evangelhista Ferraz e José Magalhães de Castro, chefe de publicidade.⁴³

Um dos motivos que levaram Clóvis Moura a escolher Araraquara para fundar sua revista deve-se ao fato do seu pai e irmã residirem na cidade. A pretensão da revista era fazer “matéria de interesse geral: reportagens, colaborações de outros pontos do País, noticiário dos acontecimentos nacionais e internacionais”, que iria circular e “ser útil em todo o Brasil”. Em exemplares publicados em 1951 e 1952, encontra-se na capa o slogan

⁴¹Carta de Edison Carneiro a Clóvis Moura, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1951. Fundo Clóvis Moura, CEDEM/UNESP.

⁴²Carta de Edison Carneiro, 17/07/1951. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

⁴³A revista *FLAMA* era localizada em Araraquara, na Av. São Paulo, 560, 10º andar, sala 2.

que define o que Moura queria para a revista “de Araraquara para o Brasil”.⁴⁴ O conteúdo da revista era basicamente notícias locais e internacionais, e tinha como pauta principal artigos sobre literatura, esporte, festas populares e cultura em geral.

Para os iniciados nas temáticas preferidas pelo PCB na época, não foi difícil identificar a presença de orientação comunista em Flama. Resenhas de obras de autores comunistas eram ostensivas do posicionamento político de seus editores, mas apareciam também pequenas notícias pouco chamativas por meio das quais eram veiculadas mensagens fortuitas formadoras de opinião. Havia adesão às pautas do PCB, orientadas pelo nacionalismo, anti-imperialismo, defesa da democracia, da liberdade de pensamento e de expressão, e denúncia da exploração entre classes sociais, especialmente da configuração “feudal” dos latifúndios. (MALATIAN, 2018, p. 24)

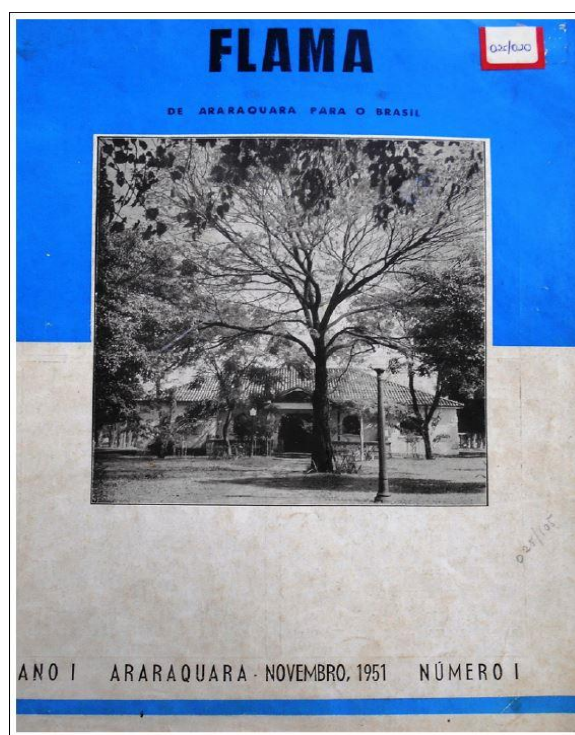


Figura 1. Capa do número 1 da revista *Flama*.

Fonte: Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli de Araraquara.

⁴⁴ As capas foram encontradas no Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telarolli de Araraquara. Aqui utilizo as fotos do artigo da professora Teresa Malatian. MALATIAN, Teresa. Um jornalista combatente: Clóvis Moura, Flama e a política cultural do PCB (1951-1952). *História* (São Paulo), v. 38, 2019.

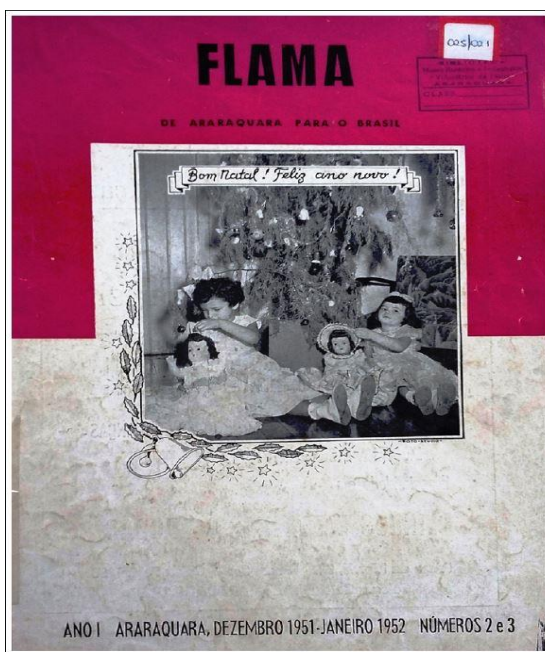


Figura 2: Capa dos números 2/3 da revista *Flama*.

Fonte: Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telaarolli de Araraquara.

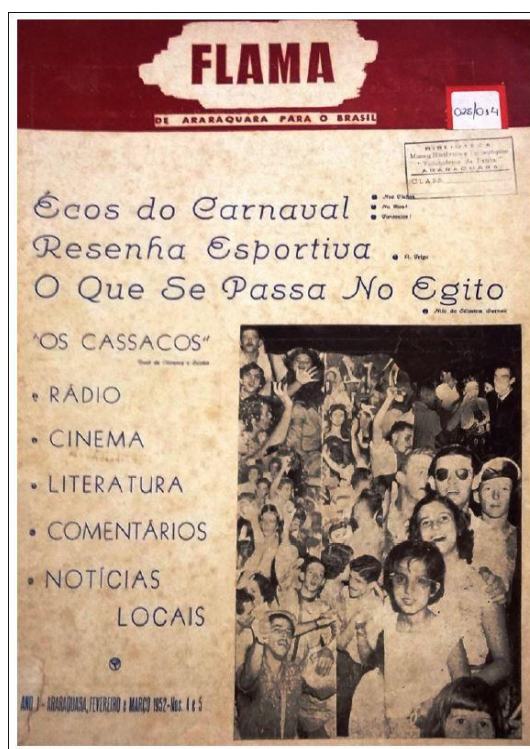


Figura 3: Capa dos números 4/5 da revista *Flama*.

Fonte: Arquivo Público Histórico Professor Rodolpho Telaarolli de Araraquara.

Podemos perceber que apesar do conteúdo da revista ser alinhado com o pensamento comunista, que naquele momento sofria perseguição e trabalhava na

ilegalidade, a revista precisava parecer aceitável para as restrições da época, sobretudo por grande parte dos consumidores que não tinha a mesma ideologia. Na primeira figura, tem a foto do Parque Infantil de Araraquara, na figura 2 a capa faz alusão ao Natal e na figura 3 uma capa sobre o carnaval, tornando-a mais “palatável” aos seus leitores não comunistas.⁴⁵ Embora a revista tentasse “burlar” a repressão do governo, em 1952 a Secretária de Segurança Pública de São Paulo realizou investigações e foram classificados como comunistas, todos os membros foram fichados no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) tanto Clóvis Moura quanto os demais membros tiveram suas atividades acompanhadas de perto pela polícia repressora da época.

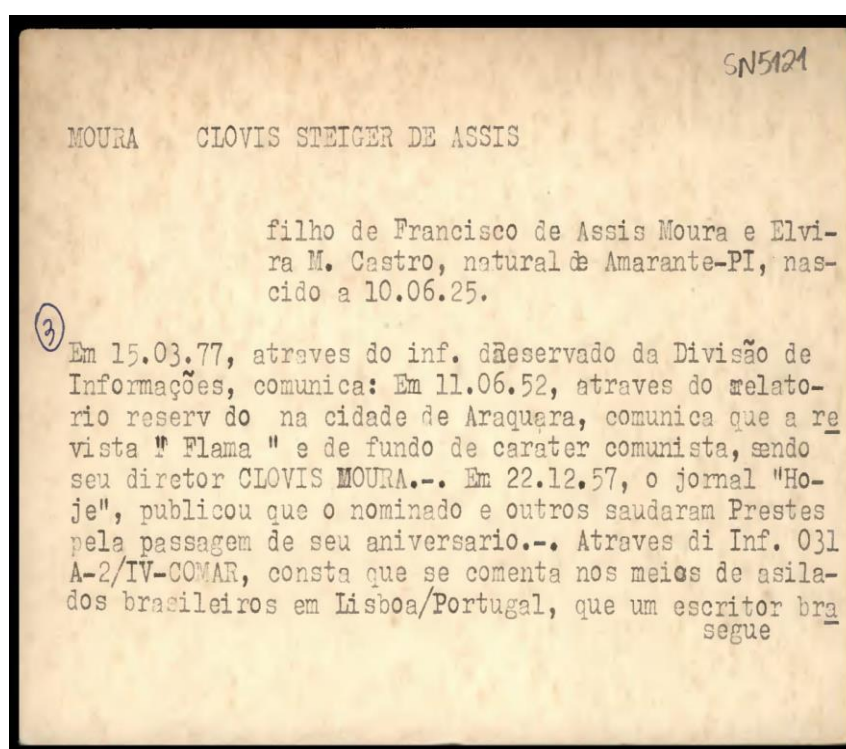


Figura 4: Ficha do DEOPS sobre Clóvis Moura.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Ficha de Clóvis Steiger Moura.

⁴⁵As fotos das capas da revista *FLAMA*, foram encontradas no trabalho de Teresa Malatian, já citado. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100407. Acesso: 18/05/2020.

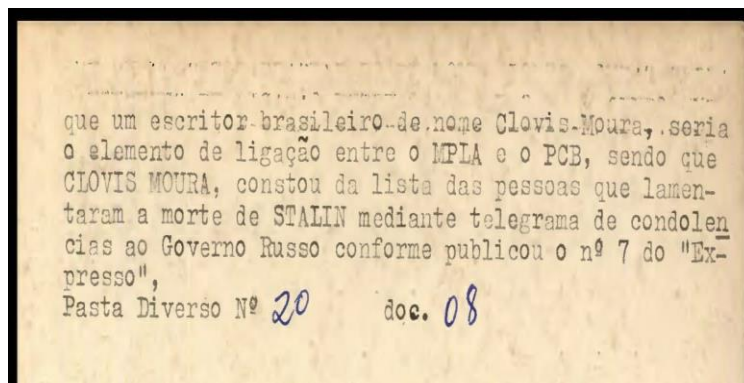


Figura 5: Continuação da figura 4.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Ficha de Clóvis Steiger Moura.

Clóvis Moura foi monitorado pelo DOPS desde 1952, tendo suas correspondências constantemente revistadas e interceptadas. Membro do PCB e próximo do PC do B, Moura tem uma ficha enorme no órgão responsável pela repressão, no capítulo dedicado ao IBEA retornaremos a essa questão quando, junto com Florestan Fernandes, se torna um dos nomes mais perseguidos pelos órgãos de informação e segurança devido a sua participação no movimento negro.

Trabalhou também na redação de vários periódicos, daí resultando inestimável experiência e facilidade para a escrita, muito oportuna para a produção de sua extensa obra, desde os tempos mais recuados de vinculação aos pequenos jornais até sua inserção na chamada grande imprensa. Atuar simultaneamente na imprensa e na escrita de livros e artigos foi estratégia que lhe garantiu a sobrevivência graças à inserção profissional como secretário de redação ou redator em jornais onde permanecia por vezes no anonimato, porém criava laços e fortalecia sua inserção em redes de sociabilidades intelectuais e políticas amplas. (MALATIAN, 2018, p. 23).

A trajetória de Moura no jornalismo que garantiu além da sobrevivência, lhe deu experiência, facilitou a forma como escreveu sua obra, fortaleceu os vínculos com intelectuais e seu amadurecimento político e o propósito de dar continuidade ao campo intelectual, que de certa forma lhe trazia uma independência e autonomia em relação à institucionalização da academia, já que nunca fez parte do meio acadêmico, aliás, fazia severas críticas ao modelo engessado da “elite” acadêmica. Entretanto, não é tarefa fácil realizar um balanço, ainda que incompleto sobre a contribuição de Clóvis Moura no jornalismo, por várias razões: primeiro por que é um intelectual interdisciplinar, que dialoga com a história, sociologia, jornalismo e literatura; segundo, é um pensador independente, que não se deixou levar pelas imposições institucionais e políticas, não se calou diante da falta de discussão racial dentro do seu próprio partido, fato que resultou

em seu afastamento. Foi um intelectual “livre, solto nas franjas da interdisciplinaridade”, desvinculado institucionalmente de qualquer órgão acadêmico, talvez, um dos motivos para que sua obra não tenha tido o reconhecimento científico merecido.⁴⁶

Moura durante sua trajetória realizou duras críticas à sociologia acadêmica, “a sociologia de gabinete”. Para ele muitos acadêmicos estavam ligados a uma ordem social burguesa, que mesmo em declínio e com uma constante contradição com a mudança social não se adequava ao processo de evolução de uma sociedade e não se permitia entrar no cerne da estrutura social; eles se contentavam em realizar diagnósticos limitados à superfície dessa realidade social. A sociologia acadêmica é aquela que está ligada às classes dominantes e que compactua com essa ideologia; para Moura essa sociologia não apresentava uma solução radical para os conflitos da sociedade, ela se adequava à ordem burguesa e apresentava apenas soluções parciais e superficiais para esses conflitos.

Em suma, a sociologia acadêmica não refletia a realidade da sociedade, fazendo considerações destoantes do processo social e perpetuando o estereótipo do brasileiro, ou realizando análises isoladas de um pedaço da sociedade, pedaço esse que agrada e reforça o pensamento social e as classes dominantes. Desta maneira, a obra de Moura marca a historiografia brasileira, sobretudo do ponto de vista sociológico, quando difere das duas correntes hegemônicas e polarizadas do ambiente acadêmico sobre o passado escravista, a linha seguida por Gilberto Freyre que era adepta à ideia de conciliação e a oriunda de intelectuais ligados à escola paulista, que, segundo Fernando Henrique Cardoso, considerava o escravo como vítima da sociedade alienada e sem rumo do sistema escravocrata.

1.3 O emblemático *Rebeliões da Senzala*

Publicado em 1959, *Rebeliões da Senzala*: quilombos, insurreição, guerrilhas significou verdadeiro salto epistemológico na leitura do passado brasileiro, ao destacar inequivocadamente o caráter escravista da antiga formação social brasileira e sua dominância pela contradição trabalhador escravizado versus senhores de escravo. Essa correta compreensão permitiu ao autor apresentar,

⁴⁶Nesta parte que dedico ao Clóvis Moura jornalista é necessário informar que não foi encontrado nenhum escrito nos jornais da chamada imprensa negra paulista, embora tenha realizado um estudo crítico sobre a imprensa negra que foi publicado pela (IMESP) em 1984, com o título *Imprensa Negra*, uma coletânea de fac-símiles de alguns jornais. A publicação foi relançada em 2003 também pela (IMESP) com iniciativa da (COIRA) Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. O material pode ser encontrado no link: <https://www.dropbox.com/s/869wagm1plou4z5/A%20Imprensa%20Negra.pdf?dl=0>. Acessado em 25/05/2020.

baseado sobretudo em informações esparsas conhecidas, o caráter sistêmico das resistências escravas no Brasil pré-1888 (MAESTRI, 2003, p. 55).

É impossível falar sobre Clóvis Moura e não falar sobre seu livro *Rebeliões da Senzala*, pesquisa que inaugura o painel sobre as lutas escravas no Brasil, a ideia de finalizar o primeiro capítulo deste trabalho falando sobre a obra em questão, se deve sobretudo a importância da mesma para a trajetória de Moura como um intelectual respeitado. A renovação epistemológica e a ruptura de uma narrativa tradicional é o que faz o livro ser tão importante para a renovação historiográfica sobre os estudos das relações raciais no Brasil. A ideia não é apenas se concentrar no conteúdo, mas demonstrar como o mesmo foi aceito no ambiente intelectual da época, quais as referências do mesmo, quais as dificuldades para a publicação e como o trabalho se tornou uma referência para o movimento negro ou para quem estuda o passado de luta da população negra escravizada.

Ao colocar a população negra como sujeito da sua própria história e de romper com uma visão ortodoxa da escravidão, onde se apresentava o escravizado como submisso e obediente, Moura descreve as lutas protagonizadas pelos escravizados na busca por emancipação, desmistificando a abolição da escravatura com um ato singular da “salvadora” princesa Isabel, restringindo a esse momento apenas como um ato festivo e simbólico. Ao resgatar as lutas mais profundas ocorridas no Brasil desde o início do escravismo no país e de demonstrar o caráter de resistência à escravidão, ele se distancia dos estudos folclóricos e culturalistas de pesquisas até então realizadas sobre o tema.

No empenho em concentrar sua pesquisa na interpretação e na formação histórico-social do Brasil e de extrair da contribuição teórica marxista o princípio de uma visão dialética da formação e transformação da sociedade, ao compreender as relações, os processos e as estruturas dominantes ao longo da história, Moura explica uma série de fatores que estão relacionados com a atual situação da população negra.

Como mencionado acima, não realizaremos uma análise extensiva da obra; nos dedicaremos aqui à edição de 1959 e às suas nuances: as dificuldades para a publicação, a editora responsável pela 1ª publicação, a aceitação do livro no mercado editorial, as entrevistas sobre a obra e como a mesma se torna uma referência para o movimento negro. Posteriormente no capítulo dedicado a análise das três obras do Moura, utilizaremos a 4ª edição do trabalho de Moura, publicado em 1988, com as modificações pertinentes realizadas pelo intelectual. Acreditamos que perceber como se deu todas essas questões no que se refere a sua primeira publicação é contemplar importantes acontecimentos na

trajetória de Moura e do livro. Vale ressaltar que *Rebeliões da Senzala* tem hoje cinco edições publicadas: 1959, 1972, 1981, 1988 e 2014.

Embora tenha hoje o status de clássico, a primeira publicação de *Rebeliões da senzala* (1959) não chegou ao mercado editorial com todo esse reconhecimento; a dificuldade encontrada por Clóvis Moura para a publicação do seu primeiro livro aparece em carta enviada ao então editor e um dos fundadores da revista *Brasiliense* Caio Prado Júnior, que era também amigo de Moura.

Quanto à edição de seu trabalho, estamos ainda no ponto que tive ocasião de lhe comunicar verbalmente: a Editora encontra-se com suas atividades paralisadas no que diz respeito a obras extraprograma. Estamos concentrados exclusivamente, por motivos de ordem comercial e financeira que infelizmente não podemos afastar, nas edições de Monteiro Lobato, e daí não podemos, tão breve, desviar nossas atenções e recursos.⁴⁷

A editora responsável pela publicação foi a editora *Zumbi*, localizada na cidade de São Paulo, fundada pelos paraguaios, Elvio Eligio Romero, Emiliano Daspett e a brasileira Maria Antonietta Dias de Moraes, uma editora pequena que publicava obras que estivessem alinhadas ao pensamento progressista e de esquerda, já que os donos eram todos ligados ao partido comunista. Apesar de nome Zumbi, a editora não tinha nenhuma aproximação com o movimento negro e *Rebeliões da Senzala*, se tornaria o único livro a ser publicado com essa temática.⁴⁸ O lançamento da primeira edição do livro foi realizado em uma cerimônia oficial na UBE (União Brasileira de Escritores)⁴⁹ e a notícia do lançamento foi registrada pelo jornal *A Gazeta* que em nota fala sobre o livro e o autor:

Duas novidades merecem registro especial na crônica literária paulistana na semana última: o volume contendo as “peças poéticas” de Ida Laura – “Curupira de Branco” e “Leda e a Garça”, e o livro de Clóvis Moura – “Rebeliões da Senzala” (Edições Zumbi – S. Paulo), cujo lançamento se realizou na sede da União dos Escritores. Os escritores Ida Laura e Clóvis Moura em nosso clichê.⁵⁰

Embora conhecido da imprensa paulista, o livro não teve tanta repercussão. Em entrevista ao jornal princípios Moura destaca:

⁴⁷ Carta de Caio Prado Junior a Clóvis Moura, 21/07/1952. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Grupo Correspondências. Série 2: Intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002.

⁴⁸ Entrevista concedida a Gustavo Orsolon em 2012, por Emiliano Daspett 17/03/ 2012.

⁴⁹ A UBE foi criada em 1958, sendo resultado da junção da Sociedade Paulista de Escritores com a Associação Brasileira de Escritores (ABDE).

⁵⁰ A Gazeta, 26/12/1959. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

A primeira edição do livro teve pouca repercussão. Da crítica universitária não tive uma linha. Só começou a ser citado no Brasil depois que passou a ter referência nos Estados Unidos. Aí começaram a citar aqui. O Eugene Genovese, por exemplo, cita meu livro em um livro dele, chamando-o de excelente. Aí todo mundo se dá conta: “Oh, precisamos encontrar esse livro!” Aí começam a citar. O pessoal começou a levar a sério o livro, porque no começo a regra era negar a existência da luta dos escravos. Primeiro porque a escravidão era encarada como benigna, e segundo porque o negro era tido como inferior. Raça inferior que não contribuiu para o processo civilizatório. Tem muita gente que ainda levanta a hipótese de que, se os holandeses continuassem a colonização, o Nordeste seria mais desenvolvido do que é hoje em dia.⁵¹

Michel Löwy no livro *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais* (2012) cita *Rebeliões da Senzala* como um dos textos mais importantes para a compreensão da história econômica e social da luta de classes na América.⁵²

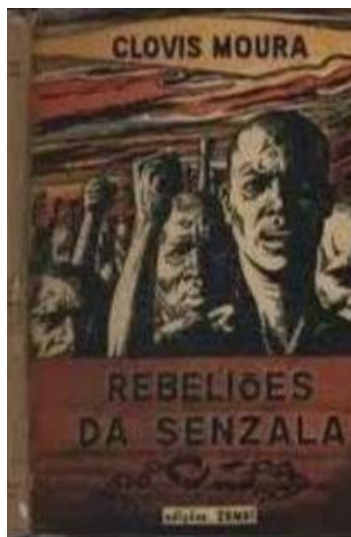


Figura 6: Capa da 1ª edição, desenhado pelo artista plástico Otávio Araújo.

Fonte: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: insurreições, quilombos e guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

Moura afirma que o livro não foi uma obra para obter títulos universitários, mas para descrever a realidade dramática em que a população negra vivia e ainda vive na Bahia e em todo o país. Publicado cinco vezes, o livro traz as mais significantes mudanças entre a segunda e a terceira edição, sendo a última uma reedição póstuma. A segunda edição do livro já era uma ideia e Moura tinha uma preocupação em realizá-la, já que

⁵¹<https://vermelho.org.br/2018/11/20/clovis-moura-a-historia-do-trabalho-no-brasil-ainda-nao-foi-escrita>. Acesso em 21/05/2020.

⁵² O texto citado por Löwy fala sobre a dinâmica de Palmares, p. 109-114, 123-128.

durante o período que antecede a publicação, ele continua a realizar pesquisas destinadas a incorporar na reedição.

“Creio que uma nova edição de *Rebeliões da Senzala*, lançada pela Zahar, seria excelente. A primeira edição passou meio despercebida devido ao mau lançamento. Um dia desses irei a São Paulo e te procurarei. Um grande abraço do teu amigo, Jorge Amado.”⁵³ Embora Jorge Amado tenha mencionado a editora Zahar, a segunda edição é publicada pela editora Conquista em 1972 e o livro fez parte de uma coleção organizada pelo historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, na coleção *Temas Brasileiros*, que contou com obras que discutiam questões relacionadas com os problemas políticos e sociais do país. Nessa coleção, além de *Rebeliões da Senzala*, tinha os livros: *Êxodo Rural no Brasil* (1960), de José Francisco de Camargo; *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1960), de Leandro Tocantins; *Insurreição Praeira* (1960), de Edison Carneiro; *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil* (1961), de José Alípio Goulart; *Formação Histórica do Acre* (1963), de Leandro Tocantins; *Memórias de um Sargento de Milícias* (1854), de Manuel Antônio de Almeida; *A Guerra dos Cabanos* (1965), de Manuel Correia de Andrade; *A Guerra do Paraguai* (1868), de George Thompson; *História da Política Revolucionária* (1969) de Abguar Bastos; *Da Palmatória ao Patíbulo: castigos de escravos no Brasil* (1971), de José Alípio Goulart; *Da Fuga ao Suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos* (1972), de José Alípio Goulart.

A segunda edição do livro *Rebeliões da Senzala* (1972) sofreu modificações significativas e incluiu novas fontes e temas sobre as lutas escravas no Brasil, se na primeira edição Moura teve apenas as fontes encontradas na Biblioteca da Bahia, na segunda edição ele contou com os arquivos do Estado de São Paulo, Departamento de Cultura de São Paulo e da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, a editora ao oferecer um breve histórico sobre Clóvis Moura nas primeiras páginas, informou que a pretensão da mesma era publicar dois volumes de *Rebeliões da Senzala*, mas que por questões editoriais não foi possível fazê-lo.

Uma contribuição preciosa para o estudo e compreensão da sociedade brasileira nos quatrocentos anos de funcionamento do sistema socioeconômico da mão-de-obra escrava. É, por isso, um livro que abre perspectivas, propõe, sugere, informa, sustenta posições a serem examinadas para a formulação de uma exegese não simplista nem prejudicada por pressões ideológicas. (MOURA, 1972, p. 14)

⁵³ Carta de Jorge Amado, 26/08/1963. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

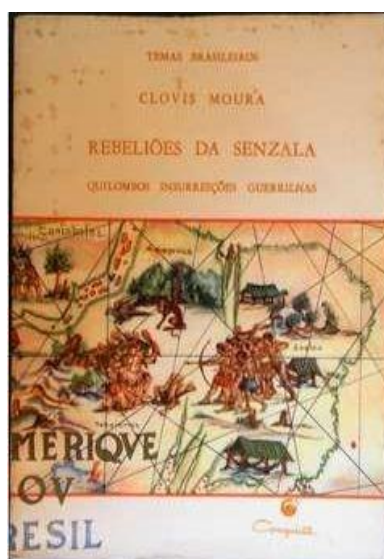


Figura 7: Capa da 2ª edição do livro, foto do cartógrafo francês Pierre Desceliers.

Fonte: MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

O diretor da coleção, Arthur Reis, procurou exaltar a singularidade e a originalidade da obra de Moura, pois o livro procurou demonstrar as revoltas negras das quais pouco se sabia e acabar com o estigma do escravo incapaz, obediente e conformado. Reis estava destacando como o livro de Moura se torna referência nessa virada historiográfica sobre os estudos da escravidão iniciado na década de 1960, que passam a entender o sistema escravocrata como uma relação de luta e violência, deixando os trabalhos culturalistas e folclóricos da década de 1930, 1940 e 1950 que vinham reproduzindo estereótipos sobre a população negra. Uma das dificuldades de Moura em realizar a pesquisa para o livro era essa repetição tacanha e desmoralizante sobre o escravizado e, para fazer uma análise mais contundente sobre essa relação histórica, precisou realizar uma extensa investigação nos documentos para que fosse possível trazer à luz acontecimentos que foram por muito tempo negligenciados e apagados por grande parte da elite acadêmica no país e fora dele.

A contribuição de Clóvis Moura para os estudos sobre a escravidão no Brasil o posiciona como um intelectual importante para o campo de estudos sobre o tema, sua originalidade em abordar o escravizado como agente ativo do processo de emancipação é também o que diferencia sua obra das anteriores, além de ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora, um pensador negro que procurou demonstrar as raízes das desigualdades do país. “É sobre esta presença que procuramos não esconder a pobreza, a

marginalização e o racismo contra o negro, que devemos nos debruçar. Se não continuaremos sendo uma naca inconclusa” (MOURA, 2003, p, 14).

Na terceira edição em 1981 não há uma mudança na estrutura do texto, apenas questões pontuais como por exemplo o próprio comentário de Moura sobre a obra. Na parte nova do livro que é um comentário do próprio Clóvis Moura nas primeiras páginas, intitulado “Duas Palavras Necessárias”, Moura reposiciona e reafirma sua originalidade.⁵⁴ Segundo ele, seu livro foi “solitário” e “pioneiro” (ORSOLON, 2013, p. 25). Publicado pela editora Ciências Humanas de São Paulo, o livro fez parte da coleção “A Questão Social no Brasil”, sob organização do historiador Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa, professor do departamento de história da USP. Faziam parte da coleção as obras *O Movimento Sindical no Brasil*, de Jover Telles; *Construindo o PCB*, de Astrojildo Pereira; *A Questão Social no Brasil: países para os quais não se deve emigrar*, de Gigi Damiani; *Os Quebra-Quilos e a Crise da Lavoura*, de Henrique Augusto Millet; *Memórias*, de Abílio Naquete; *PCB: Vinte Anos de Política – 1958-1978* (documentos).

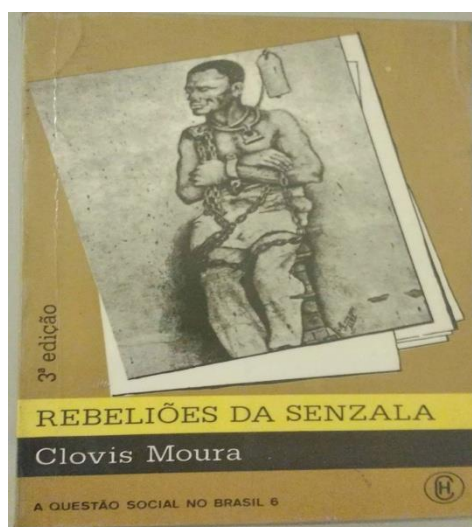


Figura 8: Capa da 3ª edição, ilustração de Yvonne Saruê.

Fonte: MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

⁵⁴ No período anterior à publicação da terceira edição do livro Moura já havia publicado MOURA, Clóvis. *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1976; MOURA, Clóvis. *Sociologia de la Práxis*. México: Editora Siglo XXI, 1977; MOURA, Clóvis. *O Negro: de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977; MOURA, Clóvis. Manequins Corcundas*. São Paulo: Ila-Parma, Palermo, 1978; MOURA, Clóvis. *A Sociologia Posta em Questão*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978; MOURA, Clóvis. *Saco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. São Paulo: Editora Brasil/Debates, 1979. MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. Demonstrando seu amadurecimento teórico e contribuição para a historiografia.

Na quarta edição publicada em 1988, ano do centenário da Abolição no Brasil, a editora *Mercado Aberto* de Porto Alegre reúne 26 obras de diversos segmentos na área de humanas, intitulada “Série Novas Perspectivas” a coleção reuniu livros de Literatura, Português, Ciências e História, incluindo o de Moura.⁵⁵ Durante esse ano houve vários esforços e investimentos para que essa data fosse lembrada por vários setores da sociedade. A coleção também publicou obras infantis que estivessem ligadas ao cotidiano da sala de aula, pensando sobretudo em educar a sociedade em relação a esse momento da nossa história.⁵⁶

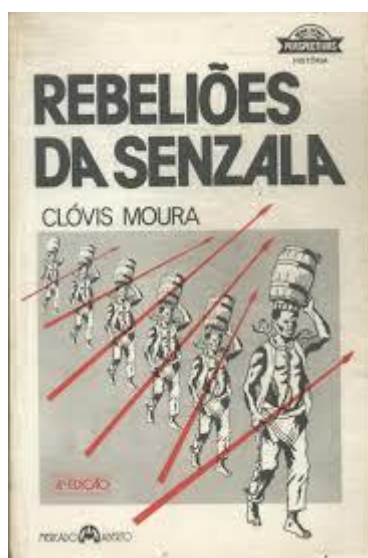


Figura 9: Capa da 4ª edição, de Leonardo Menna Barreto Gomes

⁵⁵Entre a terceira e quarta edição de *Rebeliões da Senzala*, Moura já havia publicado os livros *Argila da Memória* (1982); *Os Quilombos e a Rebelião Negra* (1983) *Brasil: Raízes do Protesto Negro* (1983); *O Negro no Mercado de Trabalho* (1986); *História de João da Silva* (1986); *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988).

⁵⁶Além de *Rebeliões da Senzala*, a coleção é composta pelos livros: *Leitura em Crise na Escola* – as alternativas do professor, vários autores; 2) *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro*, de José Antônio G. Tavares; 3) *A Produção Cultural para a Criança*, vários autores; 4) *Escravos e Senhores de Escravos*, de Décio Freitas; 5) *Leitura & Realidade Brasileira*, de Ezequiel Theodoro da Silva; 6) *Invasão da Catedral: literatura e ensino em debate*, de Lígia Chiappini M. Leite; 7) *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, de David Brookshaw; 8) *Atualidade de Monteiro Lobato*, vários autores; 9) *Metodologia e Prática de Ensino da Língua Portuguesa*, de Luiz Carlos Travaglia, Maria Helena Santos Araújo, Maria Teonila F. A. Pinto; 10) *Materialismo Histórico e Crise Contemporânea*, de Otto Alcides Ohlweiler; 11) *Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, vários autores; 12) *Palmares: a guerra dos escravos*, de Décio Freitas; 13) *Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento*, de Walnei Moraes Sarmento; 14) *A Educação Nacional*, de José Veríssimo; 15) *Ensino e Literatura no 2º Grau: problemas & perspectivas*, de Letícia Malard; 16) *Comunicação e Transição Democrática*, vários autores; 17) *Metodologia do Ensino de Ciências*, de George Hennig; 18) *Literatura Infanto-Juvenil: um gênero polêmico*, vários autores; 19) *A Escolarização do Leitor: a didática da destruição da leitura*, de Lilian Lopes Martin da Silva; 20) *Teorias Poéticas do Romantismo*, de Luíza Lobo; 21) *Alfabetização Sem Be-A-Bá*, de Maria Tereza Cardoso, Dolores Machado; 22) *Ideologia, Educação e Repressão*, de Nize Pellanda; 23) *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura; 24) *Negritude e Literatura na América Latina*, de Zilá Bernad; 25) *A Servidão Negra*, de Mário Maestri; 26) *Nova Narrativa épica no Brasil*, de José Hildebrando Dacanal.

Fonte: MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

A última edição lançada em 2014 pela editora Anita Garibaldi, do Rio Grande de Sul, não tem modificações no texto e nem na estrutura dele, apenas acréscimo de algumas considerações sobre a obra por outros intelectuais, como por exemplo do professor Kabengele Munanga:

Rebeliões da Senzala (...) foi a primeira obra na historiografia brasileira a tratar da questão das rebeliões negras de maneira sistemática, mostrando com fatos históricos o alastramento desse fenômeno em todo o território brasileiro. (...) Ele foi sem dúvida o pioneiro e o primeiro a desmistificar a ideia do negro submisso que não se importava com sua situação de cativo e a colocar em pauta a questão de sua participação no processo abolicionista e libertário, habilitando-o como sujeito de sua história e da história do Brasil e tirando-o da posição de mero objeto de pesquisa acadêmica.⁵⁷

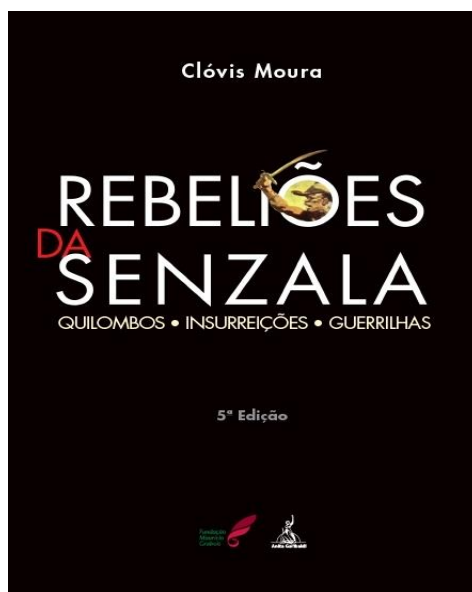


Figura 10: Capa da 5ª edição.

FONTE: MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio Grande Do Sul: Editora Anita Garibaldi, 2014.

As reedições de *Rebeliões da Senzala* demonstram o quanto a interpretação de Moura sobre as lutas escravas no Brasil foi importante para a renovação historiográfica, além do pioneiro *Rebeliões*, sua vasta obra sobre as relações raciais lhe concedeu um lugar respeitado no hall dos intelectuais que pesquisam e escrevem sobre a situação da população negra e na formação histórica nacional. Muitos pesquisadores importantes no

⁵⁷ Trecho retirado do site: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/rebelioes-da-senzala-quilombos-insurreicoes-guerrilhas/>. Acesso dia 23/05/2020.

Brasil ressaltam a originalidade do pensamento mouriano e de como sua contribuição para os estudos das relações raciais foi importante. No livro *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura* (2003), organizado por Sávio Luiz de Almeida, vários intelectuais dão depoimentos sobre o legado de Moura, nomes como João José Reis, Kabengele Munanga, Mário Maestri, José Carlos Ruy, Petrônio Domingues, Octavio Ianni, Manoel Correia de Andrade, Érika Mesquita e Aluysio Mendonça Sampaio, discorrem sobre os diversos livros nos quais Moura centraliza a população negra nas suas análises, sobretudo *Rebeliões da Senzala*.

O negro não é visto como simples tema: é tomado como compromisso e, ao mesmo tempo, em sua evidência de sujeito histórico. Isso inaugura em espaço político próprio, a que se pode chamar movimento. Para que se note o movimento e o político inseridos em Clóvis Moura, convém lembrar que *Rebeliões da Senzala* foi escrito em época de militância direta do partido comunista do Brasil e um dos objetivos era contrapor-se ao *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (ALMEIDA, 2003, p. 3).

A centralidade de incluir o negro como sujeito e não como objeto de estudo é uma das características da escrita e da análise de Clóvis Moura sobre a formação nacional; ao realizar sua interpretação marxista nas relações de senhores X escravos Moura abrange a discussão e possibilita uma discussão sobre a formação histórica brasileira e de como essa interpretação é vital para entendermos como se forma e se transforma a sociedade.

Publicado em 1959, *Rebeliões da Senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas significou verdadeiro salto epistemológico na leitura do passado brasileiro, ao destacar inequivocamente o caráter escravista da antiga formação social brasileira e sua dominância pela contradição trabalhador escravizado *versus* senhores de escravo. (...) Meio século após sua redação, a necessidade de permanente desqualificação de *Rebeliões da Senzala* pelo revisionismo historiográfico registra sua expressão, em forma germinal e pioneira, de determinação essenciais da formação escravista (MAESTRI, 2003, p. 54).

O mito da conciliação e da paz existente nas senzalas que durante muito tempo foi aceito e replicado sem que houvesse críticas densas a essas afirmações; serviu para que a sociedade não refletisse sobre o passado escravista. A obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre condensa e perpetua a visão monolítica e errônea do passado escravista no Brasil. O patriarcalismo existente na obra de Freyre distorce o processo de luta dos escravizados e minimiza-os a subordinados.

A estrutura social da escravidão permaneceu durante muito tempo nos países que sofreram com o processo escravagista, mesmo com o fim legal da escravidão não houve mudanças significativas na forma como a sociedade e o Estado tratou essa mudança

econômica; ao não realizar as reformas necessárias após a escravidão a sociedade brasileira ainda reflete a experiência do passado histórico. A desigualdade social e o racismo são a prova de que a estrutura da sociedade precisa passar pelo verdadeiro processo de abolição, isso só vai acontecer quando o Estado brasileiro entender que a dívida histórica da escravidão precisa ser paga.

A partir de sua formação filosófica, Clóvis Moura, procurou fazer uma reflexão mais profunda sobre a formação brasileira, tentando desenvolver uma análise que trouxe os problemas coloniais até os nossos dias e mostrando como os problemas atuais tem suas raízes no sistema europeu de colonização ou, mais especificamente, português (ANDRADE, 2003, p. 122).

Ao articular luta de classes e o passado colonial, Moura denuncia como o racismo contemporâneo se fundamenta, realizando uma profunda compreensão do domínio de classes e do papel do proletariado contra ele. Reconhecer que a luta contra o racismo passa pelo entendimento da realidade social e que essa dimensão só será possível quando incorporarmos a dimensão étnica ao escopo desse entendimento e entender que a história do povo negro é parte da sociedade e não um segmento específico da mesma. É o que faz Moura em *Rebeliões da Senzala*, por isso o livro é tão importante para o entendimento não só do nosso passado histórico, mas como isso reflete na nossa contemporaneidade.

Estas são algumas lições de *Rebeliões da Senzala*. Ele nos ajuda a compreender como, a partir daquelas contradições de nosso passado histórico, o Brasil tornou-se o que é hoje, uma nação onde persistem características que, enraizadas no passado colonial e escravista, perambulam como autênticos mortos-vivos pelo presente, na sobrevivência fantasmagórica do poder das oligarquias, cujo exemplo é Antonio Carlos Magalhaes e assemelhados, verdadeiros dinossauros da nossa vida política e social, articulados, como no passado, com interesses estrangeiros que perpetuam a dependência de nosso país. Ao aprofundar o conhecimento de nosso passado, Clóvis Moura inovou também o pensamento marxista e contribuiu para alargar a consciência socialista e antirracista das gerações seguintes de historiadores e militantes de luta pelo progresso social (RUY, 2003, p. 148).

Ao utilizar a teoria marxista para fundamentar como se deu o processo das lutas escravas no Brasil, Moura traz um painel sobre a compreensão de passado histórico, luta e consciência de classe e da ação do homem, no caso aqui da população negra na intervenção desse processo. Sua tese parte da análise e compreensão do passado para que possamos entender as demandas do presente e como tornar possível atendê-las. O processo histórico está ligado diretamente aos agentes sociais que viveram certos

acontecimentos, a consciência histórica em grande medida é parte das condições que foram herdadas por gerações anteriores.

O apagamento ou a tentativa de amenizar a memória da escravidão é uma estratégia bem definida e defendida principalmente por governos conservadores e liberais, que negam sistematicamente a população negra direitos inerentes a qualquer cidadão. Esse pacto da branquitude que sustenta legalmente privilégios aos brancos e nega aos negros é um padrão que se repete desde o regime escravocrata. Apoiando no aparato jurídico brasileiro que auxilia a manter uma hegemonia nos ambientes importantes da sociedade, como a política e as maiores autarquias administrativas do país, segregando e negando a população negra o direito de ascender economicamente e socialmente.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem os seus adventos do racismo (GONZALEZ, 1979, p. 26-29).

Identifico aqui o “mito da democracia racial” como uma sustentação argumentativa que foi e ainda é utilizada como barreira para se pensar sobre as desigualdades raciais existentes no país. Como já dito, Gilberto Freyre sustenta a ideia de um colonizador português “pacífico e benevolente” e que a miscigenação se deu com um caráter mais harmonioso, essas afirmações foram alguns dos sustentáculos do mito da democracia racial no Brasil, que entre outras características, uniformizava as relações entre negros e brancos, e que durante muito tempo foi o norteador da historiografia brasileira sobre os estudos das relações raciais e escravidão.

Dessa forma, a obra *Rebeliões da Senzala*, não só reflete a mudança historiográfica, mas é também um marco epistemológico no campo da luta contra colonial, tornando-se uma das principais obras para pensar o passado histórico da escravidão.

Assim, embora preocupando-se com a revelação maior dos processos de luta e resistência dos negros, elabora estudos etnológicos e antropológicos, desvendando múltiplos aspectos da vida e das lutas dessa camada da sociedade brasileira. E de tal sorte aprofundou-se nos estudos, que ultrapassou a fase finda em 13 de maio de 1888, prosseguindo no exame da vida dos negros depois da abolição da escravatura que, na república, continuaram vítimas da exploração do preconceito racial, chegando a frisar íntima vinculação, entre as figuras do negro e do trabalhador, de tal modo a caracterizar a sociedade brasileira como sociedade dos brancos, sufocadora das possibilidades e melhorias das condições de vida dos ex-escravos (SAMPAIO, 2003, p. 158).

Sabemos que o marxismo foi importante para a construção do pensamento de Clóvis Moura, mas além de Marx outros teóricos influenciaram as análises realizadas por

ele. “É difícil dizer assim quais foram às principais influências teóricas que tive. Elas se sucedem e cada uma força marcante no meu pensamento”.⁵⁸ Moura cita desde o filósofo grego Aristóteles até iluministas como Voltaire e Diderot e informa que nas ciências sociais além de Marx, pensadores como Engels, Labriola, Gramsci, Bernal e Lefebvre marcaram sua juventude e o acompanharam dentro das suas escritas; de algum modo, lhe marcou profundamente também o sociólogo Hans Freyer, com o livro *A sociologia ciência e realidade* e Max Weber “não o da *Ética Protestante*, mas o da *História da Economia Geral*”.⁵⁹

Não cabe aqui falar sobre todos aqueles que durante pesquisas ou estudos deram contribuição ao meu pensamento, além dos sociólogos clássicos no sentido de sistematizar e disciplinar o pensamento. Dois livros, porém foram substantivos da cristalização do meu pensamento; *O Anti-Dhuring* de Engels e *O Capital* de Marx (MOURA, 2003, p, 13).

Percebemos o quanto foram importantes as referências teóricas de Moura para a construção de *Rebeliões* e como sua trajetória no jornalismo lhe concedeu capital intelectual para imprimir uma investigação que inaugura o painel das lutas escravas no Brasil. Ao se tornar referência para o campo dos estudos sobre a escravidão, Clóvis Moura assume um lugar que durante muito tempo foi negado a intelectuais negros no Brasil. A institucionalização da sua memória e a importância do seu legado ficam não só para o movimento negro, como também para toda a sociedade que almeja entender o racismo e superá-lo; significa entender que precisamos de uma mudança social radical, que contemple a pluralidade étnica e a diversidade racial da sociedade brasileira.

⁵⁸ Depoimento de Clóvis Moura que se encontra no livro. ALMEIDA, Luiz Sávio; *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. EDUFAL, 2003. p. 13.

⁵⁹ Depoimento de Clóvis Moura que se encontra no livro. ALMEIDA, Luiz Sávio; *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. EDUFAL, 2003. p. 13.

CAPÍTULO 2

O IBEA E A LUTA CONTRA O RACISMO

A década de 1970 foi marcada não só pela luta contra a ditadura militar no Brasil, foi um período marcante na luta antirracista, foi nesse período que o Movimento Negro aprofundou suas análises sobre a desigualdade racial no Brasil, devido à inserção de intelectuais negros no campo da educação e na temática das relações raciais, as políticas públicas voltadas para a transformação da população negra foram reivindicadas com mais ênfase.

Intelectuais negros compromissados com a prática política de transformação da sociedade, refletiram e discutiram estratégias para que a população negra fosse inserida nos espaços de poder e decisões políticas importantes, isso se deu sobretudo em meio aos movimentos negros dos quais faziam parte, por exemplo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e o próprio Clóvis Moura, que engrossou a lista de institutos que apoiaram e ajudaram a construir o MNU com uma entidade que marca a história do Movimento Negro e foi uma das principais protagonistas na luta antirracista no Brasil.

Dessa forma, abordaremos aqui a história do IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas), um lugar que além de nascer com o propósito de estudar a história da população negra no Brasil, teve nos seus ideais a premissa de estreitar as relações com o continente africano; seja através de seus líderes políticos, intelectuais e a sua própria história, o IBEA foi espaço de diálogo, ensino, reflexão, pesquisa e assim como seu fundador deu apontamentos para uma sociedade mais igualitária. Ainda no contexto da ditadura militar no Brasil, veremos como o regime perseguiu o instituto e seus membros e de que forma isso prejudicou o funcionamento do mesmo.

2.1 Fundação, articulações e intercâmbio no instituto (A institucionalização de um projeto)

Começamos esse capítulo entendendo que não só o IBEA, mas todos os organismos e instituições que lutaram para o reconhecimento da produção e intelectualidade negra, das lutas e das demandas do povo negro, são responsáveis por manter vivo o legado da história da população negra no Brasil.

O instituto pensando e fundado por Clóvis Moura em 14 de julho de 1975, com sede provisória na rua 24 de maio, 250, 13º andar, São Paulo–SP, tinha como propósito⁶⁰

manter intercâmbio com entidades, personalidades, universidades do Brasil ou Exterior e com organismos que se ocupam, em quaisquer das suas formas, de problema do negro e da sua atual situação; realizar exposições sobre a contribuição de negros e das culturas africanas; organizar um Banco de Informações, gravando todas as contribuições culturais do negro brasileiro, e seu ritual religioso, elementos do seu folclore musical, depoimentos de especialistas e de negros que contribuíram para o esclarecimento de problema; gravar histórias de vida de pais-de-santo de terreiros de candomblé e umbanda, escolas de samba e todas as manifestações que sejam fruto da presença do negro; organizar um arquivo contendo fotografias, artigos, recorte de jornais, manuscrito, depoimentos e memórias sobre o negro no Brasil e no Mundo; realizar cursos e promoções de cunho artístico e científico para interessar o negro no desenvolvimento de sua capacidade artística, literária e científica; prestar assistência cultural e científica a entidades ou pessoas que estiverem interessadas pelo problema do negro; organizar um MUSEU DA ESCRAVIDÃO; manter intercâmbio especial com entidades culturais, universidades e nações africanas no sentido de incentivar as relações Brasil/África; organizar um corpo docente para criar cursos regulares ou periódicos sobre o negro, nos planos sociológico, histórico, antropológico, político, literário, artístico, linguístico, econômico, psicológico, etc.; publicar uma revista; instalar uma biblioteca sobre o negro; fundar uma editora e organizar ou participar de campanhas de valorização do homem negro, lutar contra o preconceito de cor, a perseguição racial em todas as suas formas e apoiar todas as campanhas contra a discriminação de cor, nacionalidade, convicção política ou credo religioso.⁶¹

Assim como o IBEA muitos institutos que se dedicavam aos estudos africanos e diaspóricos ganharam um maior reconhecimento após a década de 1960, devido ao período de institucionalização e reconhecimento acadêmico, com estudos ligados a universidades e a sua estrutura oficial. A busca pela história africana foi em parte seguida pelo processo de independência dos países africanos iniciados na década de 1960, nos primeiros anos pós-independência o governo brasileiro criou relações comerciais e diplomáticas com países africanos, “esse interesse pela África não foi somente acadêmico. Entre artistas, escritores e estudiosos da cultura brasileira, houve uma busca consciente pela África”.⁶² No contexto do governo do presidente Jânio Quadros, em 1961 houve uma forte conexão e busca pelo continente africano, nesse período três centros de

⁶⁰ CEDEM/UNESP. Fundo Clóvis Moura - Carta enviada a Ilmar Alves Dos Santos, responsável pela Sociedade e Estudos de Cultura Negra no Brasil, no dia 11 de agosto de 1975, sobre a fundação do IBEA. (Caixa 23 – Correspondências recebidas de 1975 até 1977).

⁶¹ CEDEM/UNESP. Fundo Clóvis Moura - Carta enviada ao presidente do IFAN – Institut Fondamental d’AfriqueNeire, em Dakar – República do Senegal, no dia 6 de agosto de 1975. (Caixa 23 – Correspondências recebidas de 1975 até 1977).

⁶² PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as Relações com a África, um estudo de caso: o CEAA (1973-1986)*. 1991. Dissertação de Mestrado. PPG S/USP, São Paulo.

pesquisa sobre o continente africano e asiático foram fundados e apoiados pelo governo, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) -, projeto conjunto com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959; o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), fundado em 1961, e posteriormente transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, com a Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM); e o Centro de Estudos e Cultura Africana da FFLCH/USP (1963), hoje chamado de Centro de Estudos Africanos (CEA). Infelizmente a continuidade desses projetos foi interrompida devido a instauração da ditadura civil-militar iniciada em 1964. A nova forma de governo refletiu nas diretrizes políticas e educacionais, recursos antes propiciados pelo governo do então presidente Jânio Quadros e continuados pelo seu substituto João Goulart foram cancelados, o fechamento de diversos órgãos que estudavam a história africana a exemplo do IBEAA (Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos) demonstra os tempos perversos e sombrios da ditadura militar no Brasil.

Embora a ditadura no Brasil tenha durado até 1985, instituições, órgãos não-governamentais e outros setores, foram responsáveis por manter viva a história do povo negro no Brasil, durante esse período foram fundados e organizados os maiores enfrentamentos ao racismo existentes no país, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978 e que se preocupava em programar uma agenda de encontros, fóruns e seminários que debatessem a luta contra o preconceito racial e a história do povo negro no Brasil. Nesse período o movimento negro, impulsionado de certa forma pelos movimentos de direitos civis nos EUA e pela libertação dos países africanos, junto com os movimentos sociais perseguidos na ditadura, se organizavam e começavam a se reestruturar.

A década de 1970, no Brasil, propiciou um momento marcadamente diverso, influenciado principalmente pelo fato de que as forças democráticas, após anos de exceção imposta pelos governos militares, começavam a se articular no país. A sociedade civil organizada se fazia presente na cena da redemocratização. Assim, movimentos sociais, tais como o feminista, sindical e o negro, passaram a dar voz, mais audível, às suas demandas. Era o período das insurgências populares contra a ausência de democracia (SILVA, 2009, p. 185).

No contexto de organização e reestruturação do movimento negro e dos movimentos sociais, a década de 1970 inaugura o surgimento de diversas organizações de luta contra o racismo em todo o Brasil. Uma das maiores organizações foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA), fundada em 1974.

É nesse contexto de imersão pelo resgate cultural, ancestralidade africana e luta contra o racismo que o IBEA é fundado, tendo sua primeira diretoria constituída; além do

presidente Clóvis Moura, tinha o jornalista e educador Aristides Barbosa como vice-presidente, um dos responsáveis do movimento político e cultural da FNB – Frente Negra Brasileira; o cargo de secretário geral, era ocupado por Hugo Ferreira, um dos fundadores e militantes do MNU, já o cargo de 1º secretário era ocupado pelo ativista do movimento negro e intelectual José Pellegrino, o escritor Henrique L. Alves era responsável pelas questões financeiras e ocupava o cargo de tesoureiro do instituto, e o cargo de coordenador cultural era ocupado pelo escritor, crítico e historiador literário, Oswaldo Camargo.

Na ata da primeira assembleia do IBEA, foram deliberadas as seguintes questões: 1- Apresentação, discussão e aprovação dos estatutos; 2- Eleição da primeira diretoria do IBEA; 3 - O que houver. Após a votação e conclusão das deliberações e discussões, foi decidido:

I – Da denominação Sede Social, Fins e Duração – Sob a Sigla IBEA e com a denominação de Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, constitui-se uma sociedade civil, com fins culturais e não lucrativos, com sede provisória à rua 24 de Maio, 25, 13º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, formada por pessoas interessadas em estudos africanistas, nos seus diversos níveis, com a finalidade de realizar cursos, pesquisas, estudos, congressos, simpósios, mesas redondas, edições de livros e revistas, debates e seminários sobre tudo aquilo que se relacionar com o negro no Brasil e no Mundo. Não terá vinculações com partidos políticos, grupos econômicos ou seitas religiosas. Apoiará e participará de campanha contra o preconceito de cor, a perseguição racial em todas as suas manifestações e das iniciativas organizadas por entidades contra a discriminação de raça, nacionalidade, credo político o religioso.⁶³

A minuta do projeto foi redigida pela comissão organizadora composta por Clóvis Moura, Antônio Fernandes Neto e Eduardo de Oliveira e foi amplamente distribuída à todas as pessoas interessadas em sua fundação.

III – São sócios do IBEA todas as pessoas maiores que, sem discriminação de sexo, nacionalidade, estado civil, religião, ou grau de escolaridade tiverem interesse em debater o problema das relações inter-raciais e desenvolver os estudos africanistas ou a eles relacionados em quaisquer dos seus níveis científicos, literários e artísticos.⁶⁴

Percebe-se a intenção do diálogo não só com a comunidade acadêmica por parte do IBEA, mas com toda a sociedade, seja ela letrada ou não, a intenção principal era procurar desenvolver estratégias que alinhadas com pesquisa científica, expressão

⁶³ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 23 – (Correspondências de 1975 a 1979) Ata da assembleia de fundação do IBEA.

⁶⁴ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 23 – (Correspondências de 1975 a 1979) Ata da assembleia de fundação do IBEA.

cultural e debates em todos os níveis que permeiam a sociedade, se chagasse a resolução ou meios de resolver os problemas do racismo. É importante entender em que contexto Clóvis Moura planeja e decide fundar um instituto que pesquisasse sobre a história da população negra no Brasil e na diáspora. Um dos momentos importantes na trajetória de Moura e na construção do IBEA foi a participação de Clóvis Moura no Colóquio sobre Negritude e América Latina, realizado em Dakar, no Senegal, entre 7 e 14 de janeiro de 1974. Essa foi a primeira viagem internacional realizada por ele, esse período foi marcado por um maior diálogo e aproximação de Moura com os intelectuais de outros países que estudavam e debatiam a questão racial, a exemplo dos intelectuais Nicomedes Santa Cruz, do Peru, e o colombiano Manuel Zapata Olivella, diretor da Fundación Colombiana de Investigaciones Folclóricas e presidente do Centro de Estudios Afro-Colombianos, com quem manteve constante diálogo, entre pesquisas conjuntas, apresentações de trabalhos em congressos internacionais, coordenações de eventos e entre outras ocasiões em que se debatia e pesquisava sobre a história da população negra na diáspora.

Esse momento é marcado por uma maior aproximação de Clóvis Moura ao Movimento Negro Brasileiro e de uma maior inserção aos círculos intelectuais, que vai refletir diretamente na composição dos integrantes e membros do IBEA, como os professores, palestrantes e convidados. Na disposição da ata que descreve sobre os sócios e suas atribuições, foi definido que teriam três categorias: 1- sócios-fundadores; 2- sócios efetivos; 3- sócios especiais.

São fundadores os sócios presentes à assembleia de constituição ou aqueles efetivos para os quais seja concedida essa qualidade por dois terços dos sócios fundadores. São sócios efetivos aqueles que foram admitidos na sociedade de acordo com o artigo 18º do presente estatuto. São sócios especiais aquelas pessoas que, pelo seu trabalho artístico, científico, literário e humano na área dos estudos africanistas, e afins, se fizerem dignas do título. Para serem aceitos, os seus nomes deverão ser propostos por no mínimo de 2 (dois) sócios fundadores que justificarão a proposta à diretoria para apreciação.⁶⁵

Vários sócios do IBEA eram também sócios da UBE – União Brasileira de Escritores, fundada em 20 de dezembro de 1957; a UBE foi resultado da união entre a Associação Brasileira de Escritores, de São Paulo, e da Sociedade Paulista de Escritores, que era composta boa parte por simpatizantes e filiados ao partido comunista. A relação de Moura com membros da UBE foi construída em boa parte pela sua participação nas

⁶⁵ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 23 – (Correspondências de 1975 a 1979) Ata da assembleia de fundação do IBEA.

gestões de 1961-1962, quando foi membro da diretoria e nas gestões de 1964 a 1965, e 1976 a 1978, e quando foi secretário-geral no período de 1980 a 1982. Na primeira assembleia de fundação do IBEA datada de 17 de junho de 1975, estavam presentes as seguintes pessoas: Antônio Fernandes Neto, Clóvis Moura, Eduardo Oliveira, Maria Menezes, João Chiarini, Almir Menezes, Maria Sampaio Tavares, Antônio Possidônio Sampaio, Sebastião Camargo, Antônio Pellegrini, Mozart Menezes, Severino Silva, José Carlos Ruy, Francisco Medina, Mariza Novelo Medina, Ibiapaba Martins, Milton Fogo, Alípio Viana, Aristides Barbosa, Antonieta Dias de Moraes, Henrique L. Alves, Silvia Maria Schor, Osvaldo de Camargo, José Cordeiro de Lima, Raul Joviano do Amaral, José Montovani, Hugo Ferreira e Geraldo Campos de Oliveira. A assembleia ocorreu na sede da UBE, cujo endereço, foi provisório do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, na primeira reunião se decidiu sobre membros da diretoria, presidência, conselhos fiscais e suas respectivas deliberações e funções dentro do Instituto.

Capítulo II – Da Assembleia, Diretoria e Conselho Fiscal – Art 3) – São órgãos da sociedade: a) a Assembleia Geral é o órgão soberano do IBEA e se realizará anualmente, em sessão ordinária, e, extraordinariamente, quando foi convocada pela maioria dos sócios fundadores dois terços dos sócios efetivos ou, ainda, pela maioria absoluta da Diretoria e do Conselho Fiscal.⁶⁶

Em decorrência do horário a reunião foi marcada para o dia 14 de julho, como propôs Milton Fogo, concorrendo a presidência Moura não presidiu a seção que foi encaminhada por Ibiapaba Martins. Naquele momento apenas a chapa vencedora estava concorrendo as eleições, embora anteriormente a votação, o Senhor Severino Silva tivesse solicitado uma pausa para formar outra chapa, na qual não obteve êxito, ficando assim composta a chapa vencedora; Presidente: Clóvis Moura; Vice - presidente: Aristides Barbosa; Secretário Geral: Hugo Ferreira; 1º Tesoureiro: Henrique L. Alves e Coordenador de Cultura: Osvaldo Camargo, no conselho fiscal estava: Geraldo Campos de Oliveira, João Chiarini, Maria da Penha Guimarães, Ibiapaba Martins e José Correia Leite (efetivos) e José Carlos Ruy, Francisco Medina e Maria Sampaio Tavares como suplentes.

A chapa encabeçada por Moura foi eleita por aclamação e empossada. No decorrer da assembleia houve um pedido de renúncia de cargo, o então secretário geral Hugo Ferreira, não obtendo êxito em votar um novo estatuto, solicitou sua retirada do cargo e de sócio fundador do IBEA, com caráter irrevogável. O então presidente da assembleia

⁶⁶ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 23 – (Correspondências de 1975 a 1979) Ata da assembleia de fundação do IBEA.

solicitou o registro do pedido e empossou a nova diretoria. Estavam presentes na segunda assembleia de fundação do IBEA, as respectivas pessoas: Antônio Fernandes Neto, Clóvis Moura, Eduardo de Oliveira, Maria Menezes, Hugo Ferreira, João Chiarini, Almir Menezes, Maria Sampaio Tavares, Antônio Possidônio Sampaio, Sebastião Camargo, Antônio Pellegrini, Mozart Menezes, Severino Silva, José Carlos Ruy, Francisco Medina, Mariza Novelo Medina, Ibiapaba Martins, Milton Fogo, Alípio Vianna, Aristides Barbosa, Antonieta Dias de Moraes, Henrique L. Alves, Silvia Maria Schor, Oswaldo Camargo, José Cordeiro de Lima, Raul Joviano do Amaral, José Montovani, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Geraldo Campos de Oliveira e Otavio Silva. “E para constar, eu José Carlos Ruy lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo senhor Ibiapaba Martins, presidente da Assembleia de fundação do IBEA”.⁶⁷

Com o início da gestão e finalizados os procedimentos burocráticos que implicavam na fundação do IBEA, foi dado início ao primeiro ciclo de cartas enviadas para comunicar a fundação do instituto, as cartas foram direcionadas a entidades que estudavam a temática africana de diversos países, além de personalidades, intelectuais, partidos políticos, sindicatos de jornalistas, câmara federal responsável pelos embaixadores brasileiros em países africanos e demais órgãos que o IBEA desejava manter contato e realizar intercâmbio. Dentre as cartas datadas entre 1975 e 1976 encontradas na caixa 23- Correspondências e caixa 46 – Correspondências e Dossiê de Pesquisa, vinte e cinco tratavam sobre informar aos seus remetentes sobre a fundação do IBEA. Segue na Tabela 1 local, data e remetente das cartas.

Tabela 1
Cartas enviada para informar a fundação do IBEA

IFAN – Institut Fundamental d’Afrique Noire	Dakar – República do Senegal	06 de agosto de 1975
Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil	Salvador – Bahia	11 de agosto de 1975
Leopold Sédor Senghor	Presidente da República do Senegal	29 de agosto de 1975
Professor L. Durand	Universidade de Dakar – Senegal	29 de agosto de 1975

⁶⁷ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 23 – (Correspondências de 1975 a 1979) Ata da assembleia de fundação do IBEA.

UBE – União Brasileira de Escritores	Raimundo de Menezes – Presidente da UBE – São Paulo, SP.	29 de agosto de 1975
Academia Piauiense de Letras	A. Tito Filho – Teresina, PI.	29 de agosto de 1975
Sociedade Argentina de Sociologia	Alfredo Poviña – Córdoba, Argentina.	29 de agosto de 1975
Academia Piracicaba de Letras	João Chiarini	29 de agosto de 1975
UNESCO	Kurt Waldheim – Paris, França.	5 de setembro de 1975
Câmara Federal	Deputado Adalberto Camargo	10 de setembro de 1975
Antônio Ollinto	Escritor – Rio de Janeiro.	15 de setembro de 1975
Décio de Freitas	Escritor – Porto Alegre.	16 de setembro de 1975
Revista Présence Africaine	H. G. Jones, Paris, França.	23 de setembro de 1975
Revista Latino-americana de Sociologia	Diretoria – Buenos Aires, Argentina.	3 de outubro de 1975
Jornal Movimento	Editor Chefe – São Paulo, SP.	28 de outubro de 1975
Embaixada de Senegal no Brasil	Simon Senghor - Brasília, Brasil.	29 de outubro de 1975
Embaixada de Trinidad y Tobago	Dr. Gerard Montano - Brasília, Brasil.	29 de outubro de 1975
Embaixada da República do Zaire	Asal Bolomba Idzumbuir	29 de outubro de 1975
Embaixada da República de Gana	Vishnu Kafi Wassiama - Brasília, Brasil.	29 de outubro de 1975
Embaixada da República da Costa do Marfim	Seydou Diarra - Brasília, Brasil.	29 de outubro de 1975
Embaixada da Nigéria	Mr. Josef Alieune - Brasília, Brasil.	23 de abril de 1976
Consulado do Senegal	Mr. Edmond Rocques King – Flamengo, Rio de Janeiro.	13 de abril de 1976
Centro di Documentazione F. Fanon	Milano, Itália	10 de dezembro de 1975
Instituto Indigenista Interamericano	Dr. Gonzalo Rubio Orbe-México	

FONTE: Fundo Clóvis Moura – Correspondências – CEDEM/UNESP.

O conteúdo das cartas enviadas, em suma, correspondia em informar o surgimento do instituto e mobilizar e construir uma relação de intercâmbio com os órgãos, jornalistas, escritores e intelectuais.

Ao tempo que comunicamos a nossa fundação solicitamos de V. Excia a colaboração indispensável para que consigamos executar aquilo a que nos propusemos. Certos de que seremos compreendidos, agradecemos antecipadamente a cooperação de V. Excia e firmamo-nos.⁶⁸

Percebe-se que a diretoria do IBEA procurou estabelecer contato com entidades e intelectuais estudiosos da história negra, a ideia era construir através de intercâmbio cultural e intelectual uma rede de sociabilidade que auxiliasse os projetos do instituto, como veremos nas cartas dirigidas aos presidentes, coordenadores de entidades responsáveis por promover diálogos, eventos e congressos internacionais, com a finalidade de promover a arte, a história e a cultura negra na América e no mundo. A possibilidade de manter contato com representantes de países africanos, apesar do momento político pelo qual o Brasil estava passando, Moura, iniciou um forte diálogo com o Deputado Adalberto Camargo, responsável pela cooperação comercial Brasil-África, ele disponibilizou o documento solicitado por Clóvis Moura, em que pede o nome de todos os representantes dos países africanos no Brasil, na carta datada de 11 de setembro de 1975, Moura diz:

Tendo o IBEA- Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas necessidade urgente de obter a relação dos nomes dos embaixadores de todos os países africanos com representação no Brasil, e sabendo que essa entidade as possui, estamos pelo presente, solicitando a gentileza de que os mesmos nos sejam fornecidos, para que possamos desenvolver os objetivos a que nos propusemos.⁶⁹

O pedido solicitado foi prontamente atendido pelo Deputado Adalberto Camargo, confirmamos o envio dos dados não apenas pelas cartas enviadas aos respectivos embaixadores, como também pela carta enviada pela diretoria do IBEA agradecendo o envio da documentação.

Temos o prazer de informar que, na última reunião da Diretoria da nossa entidade tivemos oportunidade de examinar e comentar o material que nos foi enviado por essa Câmara, tendo sido o mesmo considerado de alta relevância pelos seus objetivos, e, também, pela forma realista e dinâmica como o intercâmbio Brasil-África está sendo encarado pela entidade que V. Excia dirige.⁷⁰

⁶⁸ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta de Clóvis Moura a Leopold Sedar Senghor.

⁶⁹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta enviada ao Deputado Adalberto Camargo. (10 de setembro de 1975).

⁷⁰ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta enviada ao Deputado Adalberto Camargo (1 de janeiro de 1976).

Um dos nomes responsáveis em prol do intercâmbio comercial Brasil-África, Adalberto Camargo foi o primeiro deputado federal negro eleito em São Paulo no ano de 1966, fundou a Câmara de Comércio Afro-Brasileira em 1968, que tinha a finalidade de estimular o comércio entre o Brasil e os países africanos, com o intuito de reduzir a dependência dos Estados Unidos e aumentar sua relação com outros países. A ideia era promover incentivos de exportação e o desenvolvimento comercial.

Dentre os principais objetivos a que se propõe a Câmara e Comércio Afro-brasileira e que fazem parte de seus Estatutos, destacam-se:

- a. Contribuir e estimular, pelo cultivo das relações comerciais, diplomáticas e espirituais, o intercâmbio cultural e comercial entre Brasil e os países da África;
- b. Promover a cooperação das entidades congêneres dos países respectivos;
- c. Promover, organizar ou participar de congressos, feira, exposição e reuniões que venham a se realizar no país ou no estrangeiro, mediante deliberação da Diretoria;
- d. Emitir certificado de origem dos produtos a serem exportados, devidamente autorizados pelos governos de cada país membro.⁷¹

Dessa forma, percebemos o grau de comprometimento do deputado Adalberto Camargo e como essa relação foi importante para o acúmulo de experiências não só comerciais, mas também culturais, com países africanos. Além de ser o precursor e fundador da CCAB, Adalberto Camargo foi autor do projeto de lei N° 138/ 1975, que Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências. Embora a lei tivesse apoio de uma parcela significativa dos deputados, após anos de discussões e votações, a mesma foi arquivada pelo senado federal no ano de 1990.⁷²

⁷¹ Com a presença dos Embaixadores Africanos no Brasil, Srs. Henri Senghor (Senegal), Yabu Turkson (Ghana) e J.O. Akadiri (Nigéria) e por iniciativa do Deputado Federal Adalberto Camargo, foi realizada, em agosto de 1968, a sessão de fundação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, no auditório da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, à rua Dr. Vilanova, na Capital paulista. Estiveram presentes, ainda, à reunião, para a qual se deslocaram especialmente os diplomatas africanos, o então Presidente Brasília Machado Neto, da F.C.E.S.P., e industriais interessados no mercado africano. CÂMARA DE COMÉRCIO AFRO-BRASILEIRA SÃO PAULO - SP - BRASIL RELATÓRIO DAS ATIVIDADES 1968/1975.

⁷² O conteúdo sobre as relações de comércio e lei proposta pelo deputado Adalberto Camargo pode ser encontrado na página: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9BAC52EEE3AC802C643A53880766E53D.proposicoesWebExterno1?codeor=1187729&filename=Dossie+-PL+138/1975.

Ainda na seção correspondência sobre a fundação do IBEA, identificamos apenas algumas cartas respostas sobre o comunicado de Moura, nela encontramos os seguintes remetentes: Guilherme A. de Souza Castro, diretor do Centro de Estudos Afro-orientais, com que o IBEA estabeleceu um longo e promissor contato durante anos; Edson Rossi, Presidente da Escola Paulista de Samba; Luís Felipe Ramón Y Rivera, diretor do Instituto Nacional de Folklore (INAF), todas no ano de 1975.⁷³ Ambos parabenizavam a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas e contemplavam a importâncias do estudo sobre a história da África e da diáspora. “Vimos pela presente parabenizá-los, pela fundação da entidade no último dia 14 de julho de 1975, esperando que a mesma venha contribuir para o engrandecimento da RAÇA NEGRA”.⁷⁴

O IBEA procurou estabelecer inúmeras relações com entidades de outros países africanos e latino-americanos, embora também tenha tido um enorme diálogo com entidades europeias, à exemplo da revista *Présence Africaine* que tinha um posicionamento totalmente anticolonial. Na carta recebida do diretor H. G. Jones o mesmo parabeniza o IBEA pela sua fundação:

Prezado senhor, gostaríamos de lhe agradecer a recepção dos últimos 23 dias, informando-nos da criação de seu Instituto, pelo qual o parabenizamos. Nossos parceiros separados enviarão a você nosso catálogo e vários documentos (em inglês e francês), bem como uma cópia de nossa revisão trimestral. Senhor, a expressão de nossos distintos sentimentos.⁷⁵

A revista fundada pelo senegalês Alioune Diop, quando o movimento literário da Negritude estava em efervescência, teve um amplo apoio e apelo de intelectuais e editores, nomes como Michel Leiris (1901-1990), Paul Rivet (1876-1958), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Albert Camus (1913-1960), Paul Hazoumé (1890-1980), Léopold Sédar Senghor (1906-2001) e Aimé Césaire (1913- 2008). A proposta da revista era pensar o papel, formação e difusão da imagem do intelectual negro em meados do século XX, no decorrer das suas publicações e mudanças editoriais a *Présence Africaine*

⁷³ Não foi possível analisar todas as caixas de correspondência devido à pandemia de Covid-19, o CEDEM, bem como os demais institutos e prédios comerciais em São Paulo precisaram ser fechados.

⁷⁴ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta de Edson Rossi ao IBEA. São Paulo, 3 de outubro de 1975.

⁷⁵ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta Recebida do Diretor da Revista *Présence Africaine*, em 17/10/1975. Original: Monsieur, Nous vous remercions de votre lettre du 23 écoulé nous informant de la création de votre Institut dont nous vous félicitons. Sous plis séparés nous vous envoyons notre catalogue et divers documents (en anglais et français) ainsi qu'un exemplaire de notre revue trimestrielle. Veuillez agréer, Monsieur, l'expression de sentiments distingue.

publicou e disponibilizou inúmeras obras sobre o continente africano e a diáspora. A intenção de Moura em manter um intercâmbio próximo com o continente africano fica visível quando analisamos as cartas enviadas ao consulado brasileiro que detinha as informações sobre os embaixadores dos países africanos no Brasil, em carta enviada ao cônsul do Senegal, o senhor Edmond Roques King, Moura solicita mais uma vez o endereço dos representantes da Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Senegal e Zaire. A solicitação é prontamente atendida:

Prezado senhor, para dar seguimento à sua amável carta de 23 de abril de 1976, que infelizmente não me chegou até 22 de junho, tenho o prazer de enviar-lhe os endereços das cinco nações da África negra que atualmente possuem uma representação diplomática ou brasileira, a fim de permitir que, na forma de sua vontade, inicie um intercâmbio de informações entre seu instituto e intelectuais negros.⁷⁶

Nas cartas enviadas aos representantes destes países, o IBEA reforça o compromisso com a história dos negros no Brasil e na diáspora, o enfrentamento ao racismo e aos problemas sociais advindos da escravidão, a importância da educação e da luta política revolucionária e que entenda e acabe com as opressões vividas pela população negra no Brasil e no mundo. Aqui identificamos a intenção de Moura em tornar-se um pesquisador de África, um especialista da historiografia africana.

A troca de livros, solicitação de fontes e referências bibliográficas foi uma forma de intercâmbio presente na atuação de Clóvis Moura no IBEA, podemos confirmar na carta enviada pelo diretor da divisão de estudos culturais e circulação da Unesco, Augustin Cateria, sobre a documentação solicitada por Moura em 5 de setembro de 1976.

Caro Dr. Moura, conforme solicitado na sua carta de 5 de setembro de 1975, remetida a este escritório, tenho o prazer de lhe enviar, em envelope separado, uma documentação sobre a cultura africana, que estou certo que lhe dará uma ideia de algumas das nossas atividades em esse campo. Futuramente, enviarei documentação que considero ser do seu interesse. Em troca, gostaria de receber qualquer documentação (sempre que possível em francês ou em inglês) sobre o seu Instituto. Isso vai me ajudar a selecionar a documentação que pode ser útil para o seu Instituto.⁷⁷

⁷⁶ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta recebida do Cônsul Geral do Senegal, Edmons Roques King. Idioma original: Cher monsieur, Pour faire suite á votre aimable lettre en date du 23 avril 1976 qui ne m'est parvenue malheureus ment que le 22 juin courant, j'ai le plaisir de vous faire parvenir les adresses des cinq nations de l'afrique noire ayant actuellement une représentation diplomatique ou Brésil, afin de vous permettre, ainsi que vous en exprimez le voeu, d'entamer un échange d'informations entre votre institut et les intellectuels noirs. (Tradução livre)

⁷⁷ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta enviada ao IBEA de Agustín Cateria, diretor da divisão de estudos culturais da Unesco. 14 de janeiro de 1976. Idioma original: Dear Dr. Moura, as requested in your letter of 5 Setember 1975, wich has been orarded to this office, I have pleasure in sending you, under separate cover, some documentation on african culture, which I am sure Will give you an idea of some of our activities in that Field. In the future, I Will send you documentation which I consider minght be of interest to you. In

Ao enviar a documentação solicitada, Agustín também pede que Moura envie algum documento sobre o IBEA, que demonstre quais os assuntos que lhe interessava, para que o mesmo pudesse selecionar o envio de uma futura documentação. O pedido foi atendido por Moura:

Prezado Senhor,
Somente hoje de regresso de uma viagem de pesquisas, estou podendo acusar o recebimento da sua estimada carta de 14 de janeiro, e as publicações que nos foram posteriormente enviadas.
Temos de agradecer a gentileza e esperar que, a partir deste momento, possamos estabelecer relações mais estreitas.
De acordo com seu pedido, estamos enviando o programa de realizações do IBEA.
Estamos, no momento, realizando duas pesquisas, uma em fase de conclusão a sua primeira parte e outra apenas iniciada. Posteriormente teremos prazer em enviar os seus resultados.
Gostaríamos de saber a opinião da UNESCO sobre o nosso programa de realizações.⁷⁸

Essa troca com a área de estudos culturais e educação da UNESCO se manteve pelo menos no período da década de 1970 a 1980, conforme as cartas encontradas no arquivo do CEDEM, o assunto variava entre trocas de bibliografia, pesquisas científicas, assuntos recorrentes ao governo do Brasil, convites de palestra, cursos e congressos. Em carta recebida da responsável pelo departamento do centro de pesquisa para a divisão de desenvolvimento cultural da UNESCO, a senhora G. de La Rochefoucauld, envia um dossiê com publicações mais recentes, sobre desenvolvimento cultural e solicita também que seja enviada uma documentação sobre a bibliografia do IBEA e seus objetivos.

Caros Senhores,

Temos o prazer de enviar a você os seguintes documentos publicados pela Câmara de Compensação e Centro de Pesquisas Culturais da UNESCO.

- Bibliografia selecionada e comentada de trabalhos recentes n.º 13
- Bibliografias selecionadas e anotadas de obras recentes, n.º 14
- Um dossiê documental sobre “Planejamento para o Desenvolvimento Cultural: Métodos e Objetivos”, n.ºs 9-10
- Boletim informativo sobre Desenvolvimento Cultural, n.º 10 com o objetivo de aumentar a documentação do desenvolvimento cultural de nossa câmara de

return, I would appreciate receiving any documentation (whenever possible in french or in english) regarding your Institute. This Will help me in selecting documentation which could be use full to your Institute. (Tradução livre).

⁷⁸ CEDEM- Fundo Clóvis Moura - Carta enviada a Agustín Catera, diretor da divisão de estudos culturais da UNESCO, por Clóvis Moura em 13 de setembro de 1976.

compensação em diversos países, agradecemos que continue enviando em troca boletins de documentação ou relatórios de atividades, bem como bibliografias, estudos, programas de pesquisa, etc. sobre desenvolvimento cultural, publicado por você em inglês, francês ou espanhol, impresso ou em ciclo, agradecendo antecipadamente por sua colaboração e ansioso por ouvir de você novamente.⁷⁹

Essa dinâmica e articulação desenvolvida pelo Instituto se deram em várias vertentes; o contato com intelectuais brasileiros e do exterior, proporcionou um diálogo bastante fortuito, já que palestras e cursos organizados pelo IBEA inúmeras vezes eram lecionados por nomes como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, grandes nomes do pensamento social brasileiro. A rede de sociabilidade do Instituto perpassa tanto órgãos governamentais e entidades privadas que auxiliaram de alguma forma pesquisas no Brasil ou exterior, bem como editoras, revistas, jornalistas e pesquisadores das relações raciais no mundo.

Relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais... a noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo (SIRINELLI, 2003, p. 38).

Essa rede de sociabilidade construída por Clóvis Moura e o IBEA, possibilitou um maior encaminhamento no campo da pesquisa científica, esse campo de atuação e espaço lhe proporcionou fortalecer essas conexões com intelectuais estadunidenses e japoneses, quando, por exemplo, realizou um painel de discussões nos EUA, no congresso da Latin American Studies Association (LASA), com a pesquisa: “Influência do Negro nas Artes Brasileiras”; seu artigo foi tão bem recebido e impactante, que recebeu cartas de pesquisadores estrangeiros para que o enviasse, Charles A. Reilly, da Inter-American

⁷⁹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta recebida pelo IBEA de G. de La Rochefoucauld, departamento do centro de pesquisa para a divisão de desenvolvimento cultural da UNESCO, enviada em outubro de 1977. Texto original: Dear sirs, We have pleasure in sending you herewith the following documents published by the Unesco Clearing House and Research Centre for Cultural - Select and annotated bibliography of recent works n° 13 – Bibliographie sélective et annotée d'ouvrages récents, n° 14 - A documentary dossier on “Planning for Cultural Development: Methods and Objectives”, n° s 9-10 - The newsletter on Cultural Development, n° 10 With a view to increasing the documentation in our Clearing House cultural development in different countries, we should be grateful if you would continue sending in exchange documentation bulletins or reports of activities, as well as bibliographies, studies, research programs, etc. concerning cultural development, published by you in English, French or Spanish, either printed or cyclostyled thanking you in advance for your collaboration and looking forward to hearing from you again. (Tradução livre).

Foundation e Mastsuo Yamada, do Institute of Developing Economies (Latin Americanist Area Studies Division).⁸⁰

Caro professor Moura:

Ao participar da conferência de novembro da LASA, tive o prazer de assistir ao painel de discussão no qual foi apresentado o seu trabalho "Influência do Negro nas Artes Brasileiras". Infelizmente, não consegui obter uma cópia do mesmo enquanto estive em Houston. Agradeceria, portanto, que me enviasse uma cópia do referido documento o mais cedo possível. Agradeço-lhe antecipadamente a sua pronta resposta.⁸¹

Na ocasião não foi possível identificar a carta do senhor Mastsuo Yamada, entretanto, encontramos a carta enviada para ele por Clóvis Moura.

Prezado Professor,

Tenho o prazer de acusar a sua carta de 1 de março na qual me solicita o envio da comunicação que apresentei durante o encontro promovido pela LASA. Estou providenciando uma cópia para enviá-la separadamente.

Gostaria de saber, mais detalhadamente, quais os temas de interesse dos estudos americanistas que interessam ao seu Instituto para ver no que poderia servi-lo. A partir daí poderia enviar trabalhos e artigos nas áreas selecionadas. Sendo o que tinha a informar no momento, esperando que esta carta seja o início de um intercâmbio interessante para ambos, firmo-me, atenciosamente.⁸²

Essa articulação promovida pela dedicação de Moura em adentrar em espaços que promovessem uma discussão séria com o ideal antirracista e de valorização da cultura africana e diaspórica fortaleceu a estrutura e a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas dentro e fora do Brasil, como vimos nas cartas enviadas e recebidas pelo presidente do Instituto, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, que foram marcadas pela renovação dos estudos sobre a questão racial.

⁸⁰ Charles A. Reilly é um professor emérito da Universidade da Kroc School of Peace Studies at University of San Diego. Ele foi representante da Inter-American Foundation, no Brasil e no México, entre 1974 e 1983. A IAF, é um órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA em 1969 para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de doações às ideias mais criativas de autoajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governo local, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer as práticas democráticas. Disponível em: <https://www.iaf.gov/pt/quem-somos/>. Acesso em 03/07/2020.

⁸¹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta recebida do professor Charles A. Reilly, dia 24 de fevereiro de 1978. Texto original: Dear professor Moura: While attending the November LASA conference, I had the pleasure of attending the panel discussion at which your paper "Influência do Negro nas Artes Brasileiras" was presented. Unfortunately, I was not able to obtain a copy of it while in Houston. I would, therefore, appreciate your sending me a copy of that paper at your earliest convenience. Thanking you in advance for your prompt response. (Tradução livre).

⁸² CEDEM- Fundo Clóvis Moura- Carta enviada ao professor Mastsuo Yamada, no dia 30 de março de 1978.

A documentação encontrada no CEDEM, nos permite conhecer um pouco da rede de sociabilidade na qual Clóvis Moura estava ligado, além dos intelectuais brasileiros que formam boa parte dos pensadores responsáveis pelos estudos sobre a formação nacional, destacamos a sua dedicação em permanecer em contato com representante de países africanos e percebemos como o processo de emancipação desses países influenciou o pensamento de Moura e do Instituto.

Prezados senhores,

Agora que a Independência de Angola deixou de ser uma aspiração para se transformar em realidade radiosa, o IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, entidade que procura estudar e levantar os problemas do “negro”, vem trazer a esse governo a sua proposta de colaboração.

Neste sentido, é que oferecemos os nossos préstimos na área de intercâmbio cultural e na colaboração fraternal em tudo aquilo que nos for solicitado, objetivando o desenvolvimento desse país e a solução dos problemas mais urgentes ligados às tarefas de consolidação de sua independência naquilo que tiver de alcance em nossas possibilidades.

Esta será uma forma de reconhecermos o esforço que o povo angolano faz não apenas para libertar-se do colonialismo, mas também, pelo seu exemplo de autoafirmação democrática e de compreensão dinâmica do futuro da humanidade.⁸³

Apesar da repressão e da dificuldade financeira perpassar o caminho do IBEA, principalmente entre os anos iniciais, foi possível construir um Instituto engajado na luta antirracista e na produção de conhecimento transformador. O IBEA desempenhou um papel importante na criação de lugares de sociabilidade, quando reuniu amigos e intelectuais que pesquisavam as relações raciais no Brasil e quando se encontra com intelectuais e pesquisadores estrangeiros, sobretudo no Colóquio *Negritude e América Latina*, realizado no Senegal, que foi espaço de troca e deu uma maior visibilidade a Clóvis Moura no cenário internacional, quando apresentou o trabalho *O Negro na emancipação da América Latina* (o grande credor político da sociedade latino-americana).⁸⁴

Percebemos que o contato com países africanos influenciou de certa forma o nome escolhido para o Instituto, isso se torna mais contundente quando analisamos as correspondências enviadas para os representantes destes países sobre a fundação do IBEA, a possibilidade de intercâmbio, parabenizando e festejando a independência dos

⁸³ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta enviada ao Primeiro Governo Independente de Angola, no dia 1 de novembro de 1975.

⁸⁴ Esse trabalho apresentado por Clóvis Moura em Dakar viria a ser o publicado no livro *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977). Que teve considerações importantes dos intelectuais: Nicomedes Santa Cruz, Siles Salinas, A. Archienegas, Zapata Olivella, Pablo Marín e L. Durand (Moura, 1977, p.12).

mesmos, à exemplo de Angola. Entendemos que o projeto inicial do Instituto, se deu também pela inserção de Clóvis Moura no ciclo de pesquisadores internacionais, sobretudo naqueles que pautavam o enfrentamento da exclusão do negro na sociedade, no resgate da ancestralidade africana e na luta contra o racismo, isso consolida sua rede de sociabilidade no âmbito internacional, com pesquisadores africanos, estadunidenses, latino-americanos, caribenhos, franceses e até mesmo professores asiáticos, como vimos em cartas enviadas e recebidas nesse capítulo.

Dessa forma, entendo que a maior inserção de Clóvis Moura nos círculos internacionais foi essencial para a fundação do IBEA, as pesquisas desenvolvidas, as palestras, cursos de formação, bolsas de estudos viabilizadas pelo instituto a estudantes socialmente marginalizados e as demais realizações do Instituto, demonstra o compromisso de todos que foram fundamentais para a construção do IBEA com o propósito de uma transformação social.

Nesse aspecto, apesar da enorme contribuição para consolidar um projeto de luta antirracista como construção histórica, o IBEA ainda é pouco citado como um dos organismos que participou dos movimentos políticos pela luta contra o racismo, por mais educação e cultura para a comunidade negra.

Nesse sentido, chamo a atenção para como a invisibilização de intelectuais negros e seus projetos são esquecidos como tática de continuar um projeto político que apaga importantes personagens na história do país. Dessa forma, entendo que referenciar esses importantes acontecimentos com o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas é permitir que as suas práticas sejam conhecidas e que se torne exemplo de projeto antirracista, experiência de debate e luta por uma sociedade mais justa e igualitária. É, portanto, fundamental que as diversas, manifestações, trajetória ou demais ações que contem a história da população negra sejam reconhecidas.

2.2 Ditadura, Perseguição e a Luta Contra o Racismo

O corpo negro nos conta uma história de resistência constituída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização. É bom sempre lembrar que os avanços sociais e a desnaturalização da desigualdade racial e do racismo no Brasil, entendidos como parte das lutas sociais e da história de resistência, caminham junto com a luta contra a ditadura, pela redemocratização da sociedade, contra o neoliberalismo e a globalização neoliberal (GOMES, 2017, p. 95).

A trajetória do movimento negro durante toda sua existência foi marcada principalmente pela necessidade de sobrevivência do povo negro e essa trajetória foi

marcada também por repressão e perseguições, durante o período da ditadura civil-militar no Brasil o movimento negro teve seus membros fortemente monitorados, perseguidos, torturados e até mortos. Entendo aqui que movimento negro é múltiplo e pode ser considerado um grupo, organização ou indivíduo da sociedade que tenham em seu discurso e prática a luta contra o racismo e todas as desigualdades raciais existentes. Bem como define Nilma Lino Gomes, no livro *O movimento negro educador*. “Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra no Brasil de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e as às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade”. GOMES (2017).

Durante o período de ditadura militar no Brasil, marcado pela perseguição “anti-comunista”, a repressão não perseguiu apenas aqueles que participavam da luta armada, dos movimentos sociais, estudantes ou intelectuais ligados a partidos de esquerda, eles também perseguiam qualquer um que tivesse qualquer oposição ideológica, política ou quem ameaçasse se opor ao governo, como por exemplo os movimentos negros e pessoas ligadas a ele.

Karin Sant’anna Kossling⁸⁵, ressalta que “apesar de nem todos os movimentos negros debaterem ideias marxistas, todos foram alvos de intensa vigilância”. A década de 1960 foi marcada pelo contexto de emancipação dos países africanos e pela luta armada dos Panteras Negras nos EUA, isso preocupava as forças repressoras por conta do pensamento e ideal revolucionário nos discursos e práticas dos movimentos, fazendo com que a perseguição aos movimentos negros no Brasil e suas lideranças se acentuasse.

Apesar das forças repressivas atacarem o movimento negro com maior ênfase na década de 60 e 70, as perseguições às associações negras aconteciam desde a década de 1930, com a falácia de que essas associações introduziam o pensamento de que não havia uma “democracia racial” no Brasil, fazendo com que houvesse um conflito de ordem e de paz entre brancos e negros promovidos por essas associações. Silvio Luiz de Almeida, afirma:

⁸⁵KOSSILING, Karin Sant’Anna. *As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. P. 37, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, SP.

O Estado brasileiro não é diferente de outros Estados capitalistas neste aspecto, pois o racismo é elemento constituinte da política e da economia sem o qual não é possível compreender as suas estruturas. Nessa vereda, a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro” (ALMEIDA, 2019, p. 111).

O já mencionado mito da democracia racial vem acompanhado do racismo científico que permeava as teorias da década de 1930 na Europa, que entendia que a mestiçagem era ruim e uma forma de degeneração.⁸⁶ No Brasil a mestiçagem acompanhada da teoria do branqueamento era vista como algo positivo, já que com o impacto da imigração europeia financiada pelo Estado e da “ascensão” social e prestígio de se relacionar com pessoas brancas resultaria no estímulo de branqueamento do Brasil. O intelectual que ajudou a propagar a ideia de um país harmonioso, um “paraíso das três raças”, foi o Gilberto Freyre, que descreve uma sociedade criada pelos portugueses como algo “democrático, harmonioso e equilibrado”, além de contribuir com a visão positiva da colonização portuguesa, destacando que o governo português contribuiu com a diversidade cultural e sócio-histórica.⁸⁷

Percebemos que a ideologia da democracia racial se instalou de tal maneira na sociedade brasileira, que até os dias atuais o imaginário da sociedade é reforçado por essas teorias, fazendo com que políticas públicas ou qualquer avanço político e social que diminua as desigualdades raciais no país sejam taxados como desnecessários, pois para uma grande parcela da população “somos todos iguais”.

Como construção ideológica, a “democracia racial” não é um sistema desconexo de representações; está profundamente entrosada numa matriz mais ampla de conservadorismo ideológico, em que a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais. Bolívar Lamounier lançou a interpretação segundo a qual a concepção da política brasileira, caracterizada pela tendência ao “compromisso”, é central para a consciência conservadora do país. A ideia de compromisso, como busca de cursos de ação alternativos à violência (particularmente formas coletivas de violência), ajuda a estabelecer a concepção de um caráter nacional brasileiro que inclui noções tais como a do “homem cordial”, do “povo pacífico” e da propensão à tolerância e conciliação. O desenvolvimento de uma tal concepção ideológica é interpretado por Lamounier como uma resposta adaptativa ao potencial de conflito inerente à sociedade brasileira. É nesse sentido que a “(...) ênfase brasileira na “democracia racial”, por exemplo, pode ser vista como um meio cultural dominante, cujo principal efeito foi o de manter as diferenças interraciais inteiramente fora da arena política, como conflito apenas latente”. (HASELBANG, 2005, p. 253-254).

⁸⁶ Para aprofundar mais sobre a teoria da mestiçagem ver: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica Editora, 2019.

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. José Olympio, 1940.

Com tudo isso, o regime militar procurava de todas as formas potencializar a ideia da democracia racial, misturada ao sentimento de patriotismo, onde todos fazem parte da grande nação e que qualquer desvio desse modelo de nação era caracterizado como subversivo, passível de perseguição e eliminação, foi o que aconteceu com diversas entidades que denunciavam essa falsa democracia.

Dentre as ideias desagregadoras que vêm ocorrendo aos subversivos de todos os matizes, vendilhões da Pátria infiltrados em todos os setores de atividades, a ideia de estimular o problema racial, criando-o mesmo onde não existe, é das mais torpes e nefandas, refletindo o baixo estofo moral de seus impulsionadores. Não conseguirão seu intento, enquanto estivermos atentos às suas intenções.⁸⁸

O sistema de repressão junto com o caráter racista da sociedade colocava a população negra, sobretudo os “subversivos” como bandidos e que precisavam ser retirados da sociedade. O medo através do terror psicológico era também uma forma de colocar o sujeito negro à margem dos seus direitos fundamentais e de colocá-los em um lugar de submissão, minando qualquer organização desses indivíduos. Em contrapartida o grupo que detinha o poder justificava suas práticas de perseguição e torturas atrás de um discurso de ordem, progresso, segurança e modelo de nação a ser seguido.

A lei de Segurança Nacional combatia veemente os movimentos sociais e, conseqüentemente, o movimento negro, já que eram constantemente acusados de criar antagonismos no país e incitação ao ódio. O Serviço Nacional de Informação (SNI) negava constantemente a prática do racismo em seus relatórios e afirmava que o racismo se tratava de uma desculpa inventada pela esquerda para realizar uma “guerra revolucionária”.⁸⁹

Apesar da repressão instaurada pela ditadura, foi nos anos de 1970, no governo Geisel, que o movimento negro voltou com uma maior organização depois do que aconteceu com a Frente Negra Brasileira no Governo de Getúlio Vargas.⁹⁰

⁸⁸ Relatório Especial de Informação N° 4 – Exército Brasileiro – Gabinete do Ministério (CEI) – SNI. Assinado pelo General Mário Orlando Ribeiro Sampaio, chefe do CEI. (24 DE junho DE 1982).

⁸⁹ 148ª Audiência Pública da Comissão da Verdade, dia 3 de novembro de 2014, documento do Serviço Nacional de Informações (SNI).3

⁹⁰ Fundada em 1931 a FNB, foi uma organização que reivindicava direitos sociais e políticos, seus principais organizadores foram Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. No seu estatuto, a FNB afirmava que a entidade desejava promover união política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma em virtude de uma atividade moral e material no passado, e para a reivindicação dos seus direitos materiais e políticos atuais na comunhão brasileira. Em 1936, a FNB foi registrada como partido político, o primeiro da população afrodescendente do Brasil. Em 1937, um decreto do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos, atingiu também

Há um hiato depois da Frente Negra Brasileira até a década de 1970 em termos de militância. Acho que os anos de 1920 e 1930 foram muito ricos em termos de militância. Depois, nos anos 1940, vem a ditadura Vargas. Nos anos de 1950, há uma militância mais da academia, quero dizer, houve o Congresso Afro-Brasileiro no Recife e outros, que centralizam a discussão sobre as questões raciais. Isso vem desde a década de 1940 e se estende, basicamente, até a de 1970. Se você pesquisar, não vai encontrar nenhuma entidade do porte da Frente Negra Brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, há o resgate da efervescência dos anos de 1920 e 1930 (BARBOSA, 2011, p 76).

Nas palavras do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, “O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual dessas desigualdades” (1995, p. 43). Nesse contexto de publicar a falácia da “democracia racial” e da luta antirracista promovido pelos movimentos negros, o IBEA foi um importante órgão de denuncia no Brasil e no exterior. Nos documentos encontrados no acervo da CEDEM tivemos acesso ao conteúdo de algumas cartas que demonstravam não só a perseguição sofrida pelo instituto, como também cartas que relatavam a naturalização do racismo por parte do Estado; em carta enviada ao secretário geral da ONU, Clóvis Moura se diz preocupado com a atual situação pela qual o país e os negros estão passando.

Prezado Senhor: -

No momento em que se realiza a Conferência das Nações Unidas contra o racismo, o IBEA vem desejar que a mesma seja coroada de êxito. Estamos atravessando um momento no qual o racismo em crise mundial tenta se rearticular agressivamente, usando, para isto, instrumentos poderosos de intimidação, coação ou corrupção. Todas as entidades que, em âmbito mundial, o combatem, sentem que ele se rearticula, colocando milhões de seres humanos em regime de discriminação e opressão.

Nós, no Brasil, que estamos sentindo, no momento, o recrudescimento do racismo, da discriminação e do nazismo, fazemos votos para que o encontro não seja apenas um colóquio formal, mas represente, realmente, um instrumento de denúncia contra tal estado de coisas e extraia resoluções que sejam aplicáveis no sentido de eliminá-lo em todo o Mundo.⁹¹

Percebemos a preocupação de Moura em relatar os crimes de racismo e o “recrudescimento” de práticas nazistas no Brasil, e como o Estado brasileiro corrobora para tais fenômenos, mas identificamos o apelo de que o importante evento que visa discutir sobre o racismo no mundo não seja apenas um debate formal sem propostas ou

a Frente levando ao seu fechamento. Para saber mais sobre FNB ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política* (1888-1937). Zahar, 2005.

⁹¹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura- Carta enviada a Kurt Waldheim- Secretário Geral da ONU, no dia 12 de agosto de 1978.

intervenções políticas necessárias para o combate à discriminação racial, o apelo é que o importante órgão seja capaz de construir algumas resoluções que se apliquem à realidade e que seja possível combater o racismo.

O discurso de Moura na carta enviada ao secretário da ONU em 1978 ainda reflete as dificuldades atuais da sociedade contemporânea, principalmente em momentos que a democracia e direitos básicos são colocados em xeque por quem deveria defendê-los. Dessa forma, o que percebemos é que apesar dos avanços através de políticas públicas que visam à igualdade racial no país, não conseguimos de fato eliminar ou construir leis severas que punam o racismo e suas práticas.

A ascensão ao poder de grupos políticos racistas colocou o direito a serviço de projetos de discriminação sistemática, segregação racial e até de extermínio, como nos notórios exemplos dos regimes colonial, nazista e sul-africano. Contemporaneamente, a chegada ao poder de grupos de extrema direita em alguns países da Europa e nos Estados Unidos tem demonstrado como a legalidade coloca-se como extensão do poder, inclusive do poder racista, na forma de leis anti-imigração direcionadas a pessoas oriundas de países de maioria não branca, ou da imposição de severas restrições econômicas às minorias. A conclusão é que o racismo é uma relação estruturada pela legalidade (ALMEIDA, 2019, p. 84).

Ainda que a ditadura militar se utilizasse do mito da democracia racial construído no imaginário da população, a realidade vivida por pessoas negras era totalmente diferente do que a suntuosa valorização do discurso de apenas uma nação, apenas um povo; a exemplo disso percebemos as inúmeras denúncias de racismos ocorridos durante a ditadura. Identificamos um comunicado do IBEA denunciando três situações de racismo ocorridas com jovens negros e a impunidade aos que faziam apologia ao nazismo em praça pública.

Na carta enviada à imprensa Moura questiona mais uma vez a falsa democracia racial na qual vivemos:

O IBEA- Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, ante o desafio que ultimamente vem sofrendo a comunidade negra e a opinião democrática nacional, externa sua preocupação ao constatar a agudização do racismo entre nós, através de uma série de fatos dos quais enumera três:

- O assassinio do cidadão Robson Silveira da Luz, em consequências de tortura
- as mais vis e repelentes - nas dependências de uma Delegacia de Polícia, apenas porque era Negro e o delegado de plantão afirmou – conforme ampla divulgação feita pela imprensa – que “lugar de Negro é no pau”, demonstrando uma filosofia tipicamente racista para justificar o seu ato criminoso;
- A impunidade acintosa dos responsáveis por uma reunião que visava a rearticulação do nazismo no Brasil, numa afronta à memória dos nossos pracinhas que derramaram o seu sangue a Itália - grande número deles negros

- rearticulação que, em última instância, significa um desafio à opinião democrática da nação brasileira;

– Finalmente, o impedimento de três jovens atletas Negros entrarem no Clube Tietê, por serem negros, e, posteriormente, as declarações dos seus dirigentes que, embora procurando negar o fato, reafirmaram, implicitamente, o racismo de que estão possuídos.

Num país que se afirma uma “democracia racial”, tais fatos vêm demonstrar, à sociedade, que ao se comemorar 90 anos da Abolição, o Negro brasileiro e membros de demais etnias oprimidas estão longe de se considerarem ou serem considerados iguais àqueles que, por questão de linhagem e de cor são os grupos de poder dominantes.

Por estas razões o IBEA conclama a comunidade negra e a opinião democrática nacional, através dos seus partidos políticos, entidades religiosas, sindicais, culturais e estudantis para que fiquem vigilantes e somem esforços para que esses crimes – como tantos outros de igual origem não fiquem, desta vez, impunes.⁹²

Esses acontecimentos resultaram na realização do ato público no dia 7 de julho de 1978, que reuniu cerca de 2.000 pessoas e foi local do lançamento do MNUCDR (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL). “A entidade criada teve suas origens na aglutinação de 7 (sete) outros agrupamentos”:

- GRUPO AFRO-LATINO AMÉRICA/SP;
- GRUPO DE ATLETAS NEGROS;
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA BRASIL JOVEM;
- GRUPO DE ARTISTAS NEGROS;
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE;
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRICANISTAS;
- CENTRO TENDÊNCIA PRÓ-JUVENTUDE NEGRA.⁹³

O lançamento do MNUCDR em 18 de junho de 1978 e rebatizado de MNU posteriormente em dezembro de 1978, foi responsável por trazer questões como trabalho e educação para o debate. Segundo Nilma Lino Gomes, “[...] o MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. (GOMES, 2017).

Percebemos que o problema da impunidade ainda não foi resolvido no Brasil, muito menos o racismo. Naturalizamos a morte de corpos negros, porque, a sociedade com a ajuda do aparato político e judicial decide quem vai ou não morrer. Nas palavras de Achille Mbembe, “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (2016, p. 128).

⁹² CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Carta enviada à imprensa denunciando casos de racismo e impunidade. 18 de maio de 1978.

⁹³ Relatório sobre o Movimento Negro SNI – AGÊNCIA CENTRAL - Relatório Especial de Informação – nº do acervo: 059514 – 24 DE junho 1982.

Essas sucessivas denúncias realizadas pelo IBEA aos órgãos de imprensa nacional e entidades internacionais não foram as primeiras que encontramos nos registros do CEDEM; em documentos anteriores aos informados acima, encontramos uma denúncia de perseguição não só ao IBEA ou a Clóvis Moura, mas a todos os intelectuais que faziam parte de alguma maneira do instituto, ou se aproximaram do instituto para realização de palestras, congressos ou viagens internacionais que demonstrasse qualquer tipo de especulação sobre o que estava acontecendo com os negros no país.

[...] esconde no fundo, um movimento que observamos de longa data, através de conhecidos militantes de esquerda como Florestan Fernandes e Clóvis Moura, membros do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas [...] que tentam agitar a questão com um movimento de cunho socialista, inspirado nos Panteras Negras, grupo que nos Estados Unidos, tem se notabilizado pelas ações radicais e violentas.⁹⁴

Ao passo que o movimento negro reivindicava direitos inatos a qualquer cidadão e denunciava a barbárie na qual a política governamental aplicava a comunidade negra, a repressão policial oprimia e violentava cada vez mais, a perseguição não ficava restrita apenas aos “militantes”. Como disse Lélia Gonzalez, “o negro comum também é torturado” (Gonzalez, 1983, p. 60), essa tortura não era só física, mas também psicológica.

Sobre o Negro a polícia exerce uma função extraordinária, a de quebrá-lo psicológico e organizativamente. Para a polícia todo negro é um criminoso em potencial. Ela o persegue em qualquer lugar e a todo o momento. Isto faz com que o indivíduo negro sinta vergonha da sua raça e se isole do seu grupo.⁹⁵

As denúncias do movimento negro contra a violência policial foram alvo de mais vigilância contra seus membros e toda e qualquer possibilidade de divulgação por meio de palestras, reuniões, debates; congressos fora e dentro do país eram ostensivamente fiscalizados e muitas vezes cancelados, caso essas reuniões acontecessem fora do país, o governo imediatamente encontrava meios legais para que intelectuais, músicos ou qualquer cidadão que não compactuava com a forma de governo fossem deliberadamente impossibilitados de viajar; qualquer ação mesmo que mínima que ousasse denunciar a ditadura era ostensivamente cancelada.

2.3 O Congresso de Cali

⁹⁴ Relatório sobre Ato Público Contra o Racismo, da Divisão de Informação do Deops, de 7/1978, fl.2. Dossiê 14632^a. DEOPS/SP, DAESP.

⁹⁵ Tese “O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do Negro e a Anistia” por ocasião do I Congresso Nacional da Anistia, de 5/11/1978, em São Paulo. Dossiê 50-Z-130- 5174. DEOPS/SP, DAESP.

Um dos momentos mais enfáticos no processo de perseguição sofrido pelo IBEA foi relatado durante a tentativa de participação do Instituto e seus membros e demais intelectuais e artistas convidados para participar do evento.

O I Congresso de Culturas Negras nas Américas, realizado entre 24 a 28 de agosto de 1977, em Cali, na Colômbia, convocado e apoiado pela Fundación Colombiana de Investigaciones Folclóricas, Asociación Cultural de la Juventud Negra Peruana e o Centro de Estudios Afro-Colombianos, foi o importante congresso que reuniu dezenas de intelectuais, artistas, historiadores, sociólogos com a intenção de reivindicar a cultura e a identidade negra que vinha sofrendo apagamento desde o colonialismo.

Nunca antes como ahora, se hace necesario reunir todas las fuerzas sociales y culturales para firmar la identidad del negro en las Américas. Esta tarea implica reivindicar a los descendientes africanos que, en una forma abierta o solapada, puros o mezclados con otras etnias, vienen sufriendo las postergaciones heredadas del sistema esclavista.

Ha llegado el momento de pasar de las lamentaciones a las reivindicaciones concretas. La población negra, mulata y zamba de las Américas reclama su identidad dentro de los contextos culturales americanos y para ello es imprescindible unificar las ideas y planteamientos sobre el origen, desarrollo y proyección de las culturas africanas en las Américas.⁹⁶

Durante o processo de organização do congresso, o professor Manuel Zapatta, diretor da Fundação Colombiana de Investigação Folclórica entrou em contato com diversas pessoas e entidades da América para que pudessem fazer parte da organização do evento, eles seriam responsáveis por informar a todos que pudessem ter interesse em participar do evento, divulgar o evento em seus determinados países de origem, ser responsáveis pela delegação do seu país e demais processos burocráticos, os coordenadores de cada país ficaram assim definidos: Cyrus Stanley da Antilhas; Pedro Alcantara, Carlos Calderón Mosquera, Aquiles Escalante, Marino Viveros, Mancilla, Delia Zapata Olivella, Manuel Zapata Olivella da Colômbia; Clóvis Moura do Brasil representando o IBEA⁹⁷; David Akbar, Aida Arredondo, Jaime Early, Aclyn Lynch dos Estados Unidos e Alberto Smith do Panamá.⁹⁸

⁹⁶ Encarte do I Congresso de Cultura Negra nas Américas encontrado no fundo Clóvis Moura/CEDEM.

⁹⁷ A relação de Moura com o professor Zapata se deu principalmente entre o vínculo com o IBEA, as trocas de bibliografia, e o interesse em comum entre os intelectuais, ligação iniciada em Dakar.

⁹⁸ Não foi possível identificar outros nomes responsáveis pela coordenação do congresso em outros países. O documento contendo os nomes citados estava no CEDEM/FUNDO CLÓVIS MOURA- no mesmo constavam as diretrizes a serem adotadas pelo congresso, bem como os assuntos que seriam tratados no mesmo.

No Brasil, Moura inicia o processo de construção das atividades enviado cartas aos artistas, jornalistas, pesquisadores e demais intelectuais que possivelmente teriam vontade de participar do congresso, identificamos cartas para: Décio de Freitas; Beatriz Nascimento; Lélia Gonzalez; Professor Luiz Beltrão; Professor Napoleão Figueiredo do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará; Professor Albuquerque Mourão do Centro de Estudos Afro Brasileiros da Universidade de São Paulo; Benedito Luis Amauro, Professor Guilherme de Souza Castro; Presidente do Centro de Estudos Afro-Asiáticos; Juana Elbein dos Santos da Sociedade de Estudos de Cultura Negra no Brasil; Granes Quilombo; Benedito Sérgio de Almeida, Diretor do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras; Marlene O. Cunha.

Temos o prazer de informar que o IBEA está coordenando a participação do Brasil no PRIMEIRO CONGRESSO DE CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS, a ser realizado na cidade de Cali, Colômbia, entre os dias 25 a 29 de agosto do corrente ano.

Gostaríamos de saber o nível de possibilidade de participação de V. S. no evento, a fim de podermos organizar a nossa representação.

Esperamos uma resposta urgente dentro das possibilidades existentes, a fim de podermos marcar uma reunião preparatória sobre composição da nossa delegação.⁹⁹

Nos documentos, identificamos mais duas cartas, uma dirigida a Beatriz Nascimento¹⁰⁰ e outra recebida de Orlando Fernandes¹⁰¹.

Prezada Beatriz:

Um abraço,

Esta é para dar minhas notícias e dizer que recebi sua carta de 14 do corrente. Ciente das suas atividades e disposição de participar do encontro de Cali.

Vou providenciar o material para os grupos que você me recomendou. Para você seguirão as normas para a formação da delegação brasileira brevemente vamos reunir ainda esta semana para estabelecer critérios. Aguardamos, também, alguma coisa da Colômbia.

De tudo lhe informarei.

Estive rapidamente com o Eduardo de Oliveira. Falou-me a seu respeito, que você esteve em São Paulo, etc. Foi uma pena não vê-la para conversarmos pessoalmente um monte de coisas. Fica para outra vez.

Aguardo notícias. Um abraço de

Clóvis Moura.¹⁰²

⁹⁹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas.

¹⁰⁰ Maria Beatriz Nascimento foi uma intelectual negra, pesquisadora, historiadora, ativista e militante do movimento negro, que pesquisou sobre racismo e quilombo, trazendo a perspectiva de corporeidade negra e espaços diaspóricos, conceituando a noção de “transmigração” e “transatlanticidade”. RATTs, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

¹⁰¹ Orlando Fernandes foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras e também integrante do Movimento Negro Unificado (MNU).

¹⁰² CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Carta de Clóvis Moura para Beatriz Nascimento – 21 de março de 1977.

A carta recebida de Orlando Fernandes demonstra além da aproximação de ambos, a preocupação em enviar uma boa delegação de intelectuais para o congresso, já que naquele momento era tão importante publicar o que estava acontecendo com os negros no Brasil.

Clóvis, irmão:

Estamos aguardando a remessa dos documentos e material para divulgação entre nossos amigos, sobre o congresso de cultura Negra da Colômbia. Fizemos contato pessoal com algumas pessoas interessadas e sentimos boa receptividade em trabalhar para uma boa representação àquele evento. Lélia Gonzalez pretende mandar trabalho e se possível comparecer ao congresso. Espera maiores esclarecimentos para argumentar com pessoas ligadas ao trabalho. Mande-nos o relatório (cópia) feito para a 1º reunião e, se possível mais literatura sobre o festival. Não podemos negligenciar quanto aos prazos, o tempo é contra nós. E os Bonos? Há condições de passá-los aqui no Rio em campanha para as ajudas necessárias. Como estão os contatos com as cias de aviação VARIG-VASP? Aguardamos, mesmo que negativas quaisquer notícia. Fraternalmente, Orlando.¹⁰³

Depois de entrar em contato com várias pessoas, de receber respostas solicitando prazos, documentos necessários para ir ao evento, e todas as demais necessidades burocráticas que deveriam ser realizadas, o IBEA marca a data de uma reunião preparatória para definir todas as diretrizes e a delegação do Brasil que iria ao evento.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRICANISTAS realizará, no próximo dia 23 de abril, sua REUNIÃO PREPARATÓRIA AO I CONGRESSO DA CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS, onde será definida a delegação brasileira que comparecerá ao Congresso, que ocorrerá na cidade de Cali, Colômbia, entre os dias 25 e 29 de agosto de 1977. Nunca se faz tão necessário como agora reunir todas as forças sociais e culturais para afirmar a identidade do negro nas Américas. Os americanos descendentes de africanos, puros ou mestiços, vêm sofrendo as deformações herdadas do sistema escravocrata, quer seja na discriminação racial, quer seja pela posição que ocupam na sociedade, sofrendo nas favelas, nos empregos recusados pelos setores mais privilegiados, na miséria mais sub-humana, os resquícios da escravidão. [...] A REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O I CONGRESSO DA CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS para a delegação brasileira será realizada dia 23 de abril de 1977, às [não consta] horas, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

¹⁰³ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Carta recebida de Orlando Fernandes – 25 de maio de 1977.

Em vista da importância do evento para a comunidade negra americana, e para as instituições que a representam ou procuram conhecer cientificamente sua situação social, solicitamos a máxima divulgação para esta comunicação.¹⁰⁴

Além das diretrizes a serem tomadas para a organização da delegação brasileira que iria ao congresso em Cali, a reunião também pautou quais eram os objetivos desse congresso, que seria histórico para a população negra nas Américas:

1. Incrementar os estudos etnográficos, sociais, econômicos, psicológicos, políticos artísticos, tendentes a colocar o homem negro dentro do contexto histórico que lhe corresponde nas Américas;
2. Recolocar os valores e contribuições africanos de acordo com o interesse a aspirações da própria população negra;
3. Unificar as ações e objetivos das investigações da cultura negra em nosso continente;
4. Planificar as investigações futuras com base nas orientações e conclusões obtidas no I CONGRESSO DA CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS;
5. Gerar a formação de instituições dedicadas à investigação dos valores afro-americanos em todos os países do continente, assim como estreitar os nexos e ações das já existentes;
6. Promover a criação de um fundo para o fomento e desenvolvimento da cultura negra das Américas.¹⁰⁵

Passando a fase da divulgação do evento, inicia-se uma verdadeira saga para aos possíveis participantes ao evento. O regime militar exigia inúmeros documentos, além de certificados e cópia dos trabalhos que os intelectuais iriam apresentar no Congresso. Foi necessário até mudar o nome de trabalhos e modificar os resumos dos mesmos, para que fosse possível ter o “aceite” do ministério de educação.

Exmo. Sr. Prof. Clóvis Moura
Acabo de receber vossa carta na qual informa-me haver mandado meu nome entre os que irão compor a Delegação do Brasil solicitando a documentação para a isenção do recolhimento dos 16 mil cruzeiros.

¹⁰⁴ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas – São Paulo, 17 de abril de 1977.

¹⁰⁵ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas – São Paulo, 17 de abril de 1977.

Tenho a informar a Excia, que já encaminhei meu pedido de isenção ao Ministério da Educação e Cultura, o que não parece-me que há nenhum inconveniente. No que concerne a Comunicação ao conclave o Título será: “Somos todos iguais perante a lei”. Só não mando a cópia no momento porque tive que modificar os termos em face da denúncia em que fazia da situação do Negro no Brasil. Vários amigos nossos, “ponderaram” que o nosso “governo” não admite tais termos. Como não tenho preparo físico para descansar na (“Ilha Grande”), resolvi mudar a redação ou não apresentar documento nenhum, o que farei em caráter particular no plenário do congresso. Atenciosamente, aguardo apreciadas ordens de V. Excia.
Do Sebastião Rodrigues Alves.¹⁰⁶

Essa foi à realidade de todas as pessoas que pretendiam sair do país para qualquer atividade que não estivesse ligada ao governo, ao averiguar a intenção dos intelectuais através dos seus trabalhos, a ditadura evitaria qualquer possibilidade de denúncia contra o regime. A ditadura tentava barrar o que Gramsci afirmava ser um intelectual, para ele os intelectuais têm em suas mãos o "poder", ou o "privilegio", ou a "força de direção" dentro de um determinado grupo social, sendo capazes de conduzir a sociedade. (GRAMSCI, 1978).

Vivendo ainda sob a vigência do AI-5, os movimentos sociais eram constantemente proibidos a realizar atividades, aglutinar pessoas em reunião com qualquer alusão a assuntos políticos. Assim como várias organizações políticas que criticavam o regime, lideranças, clubes, imprensa e encontros dos movimentos negros estiverem sob vigilância constante, já que para o regime, destacar ou falar sobre racismo era considerado um ato subversivo, que tirava a ordem e a paz da nação. Documentos encontrados DEOPS/SP, analisados pela historiadora Karin Kössling, mostram relatórios sobre atividades, reuniões, discursos e pesquisas que o movimento negro estivesse a frente, confirmando o controle sistemático da repressão da ditadura militar.¹⁰⁷

O mito da unidade esteve presente nas políticas adotadas pelo regime militar, valorizado pelo discurso que considerava a origem do “mal” decorrente da divisão social, enquanto o “bem” se desenvolveria por meio da unidade. Assim, toda representação ou reivindicação social que apresente diversidade de opinião era, de alguma forma, combatida. Os afro-descendentes que buscavam, a partir da década de 1960, resgatarem elementos da cultura africana e exigir a sua cidadania, tornaram-se alvo de controle para os órgãos

¹⁰⁶ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas – Carta recebida de Sebastião Rodrigues Alves – Rio de Janeiro, 1 de julho de 1977. Quando Sebastião diz: não tenho físico para descansar na “ilha grande”, ele está se referindo a prisão localizada em Ilha Grande, que recebeu inúmeros presos políticos na ditadura de 1964 e na ditadura do Estado Novo de Vargas (1937-1945).

¹⁰⁷ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, durou até dezembro de 1978, deu poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. O ato institucional 5, foi responsável pelo o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, como também da intervenção federal em estados e municípios, cassação de mandatos políticos e a suspensão de direitos políticos, estado de sítio e a apreensão de bens materiais de cidadãos, entre outras medidas.

de informação e segurança. Para governos que rejeitavam a diversidade de opinião e de comportamento e tinha como projeto uma sociedade estática e sem conflitos, o protesto dos movimentos negros apresentava-se, no mínimo “inconveniente” e devia ser neutralizado. Por isso, a partir da década de 1970, os ativistas e movimentos, como Movimento Negro Unificado, Grupo União e Consciência Negra, Grupo Afro-Latino América, Grupo Negro Universitário, eram constantemente vigiados por “arapongas”, isto é, investigadores disfarçados que relatavam o cotidiano destes por meio de infundáveis relatórios guardados do Fundo DEOPS/SP. (KÖSSLING, 2007, p. 88)

Percebe-se algumas práticas realizadas pelos órgãos de segurança adotados durante o regime militar, a perseguição escondida pelo véu do mito da democracia racial perdura ainda nos dias atuais, é o racismo institucional e estrutural fortalecido em nome de um pseudo paraíso, uma nação de múltiplos sujeitos, mas iguais perante a lei, o que não se comprova na realidade dos fatos. “Falar de racismo, e de seu enfrentamento, é sempre inoportuno. Nunca é a hora nem o lugar, no caso brasileiro” (CARDOSO, 2017).

Além de precisar apresentar o assunto, texto e propósito do trabalho, os intelectuais que iriam viajar para Cali, precisavam de isenção fiscal ou deveriam ter 16 mil cruzeiros para poder sair do Brasil, para que fosse possível essa isenção era necessária que os organizadores do evento enviassem para todas as pessoas que iriam viajar as credencias, contendo todas as informações sobre o evento, como data, horário, nomes dos organizadores e demais características do evento. Em carta ao comitê responsável pelas credenciais, Moura enfatiza a necessidade do envio das credenciais, para que assim pudesse confirmar em definitivo a viagem dele e dos demais membros da delegação brasileira.

Professor
Jorge Franco Mónera
Bogotá.

Prezado Senhor:

Surpreendido com os termos de sua carta de 8 de julho, venho esclarecer, mais uma vez, conforme já escrevi reiteradamente ao Prof. Olivella que nada podemos responder antes de recebermos as credenciais para as pessoas cujos nomes já foram enviados. Sem isto não podemos sequer revalidar ou tirar passaportes, conforme o próprio professor Zapara Olivella sabe. No entanto, até o momento não sabemos se o documento (credenciais) cujos modelos enviamos à Diretoria do Congresso foi providenciado ou enviado.

Desta forma, corremos o risco de não podermos participar do Congresso: No Brasil só pode sair do país quem recolher 16 mil cruzeiros ou ter documento de uma entidade cultural do Exterior afirmando que o mesmo foi por ela convidado para participar de um congresso ou evento equivalente;

Precisamos, portanto, conforme já foi reiterada várias vezes, que nos sejam enviados esses documentos. Enviei, repetindo, o modelo que tem como título “A QUEM INTERESSAR POSSA”.

Sem isto estamos bloqueados e impossibilitados de responder inclusive se poderemos ou não participar do Congresso.¹⁰⁸

Foram dias até o envio da documentação solicitada pelo IBEA; não identificamos as credenciais de todas as pessoas que o Instituto informara anteriormente que compareceria ao Congresso, apenas os nomes de Mirna Amarante; Fernandes Portugal; José Antônio de Barros Freire; Amílcar G de Alencastro; Orlando Fernandes; Angela Maria Ribeiro; Sebastião Rodrigues Alves; Irany Alves Carvalho; José Carlos Ruy; Clóvis Moura; Guilherme A. de Souza Castro; Yeda Pessoa de Castro; Vivaldo da Costa Lima; Maria de Fátima de Souza Dórea; Olivia Maria de Avelar Sena; Marlyse Meyer; Cel. Marcelo Orllando Brito; Eduardo de Oliveira e Oliveira.

No documento enviado pelo Centro de Estudos Afro-Colombianos/Presidente do I congresso de Cultura Negra das Américas, o professor Manuel Zapata Olivella constava todas as informações necessárias para a isenção e justificativa para sair do País.

A QUIEN PUEDA INTERESSAR

En mi calidad de presidente del I Congreso de la Cultura Negra de las Américas que se realizará en Cali, del 24 al 28 de agosto de 1977, me permito declarar por medio del presente instrumento que a JOSE CARLOS RUI ha sido invitada a participar en el referido encuentro, donde deberá presentar un informe.

Considerando la importancia que reviste la participación de científicos sociales, escritores y demás representantes de los diversos sectores de la cultura latinoamericana en dicho evento, especialmente brasileños, y, en vistas de la participación no siempre representativa de estos últimos, en relación a los representantes de los demás países suramericanos en los últimos encuentros, y, finalmente, considerando la naturaleza puramente cultural del mencionado Congreso muy respetuosamente, solicito que se Le conceda a JOSE CARLOS RUI la exención del pago del depósito por ausentarse del país, dentro de los términos del Art. 2º del Decreto Ley N° 1.470 del 4 de Junio de 1976:

“La Condición establecida en el Art. 1º de este Decreto Ley, no se aplicará a las persona que se desplacen al exterior con carácter definitivo, o en el ejercicio o para el ejercicio de una actividad específica, y que hayan leyendo los requisitos y condiciones fijados por decreto del Poder Ejecutivo.”

Y del Art. 1º del Decreto Ley N 77.745 del 4 de Junio de 1976 ítems I e IV, “Quedan dispensado de las condiciones establecidas en Decreto Ley N° 1.470 del 4 de Junio de 1976, de la emisión y prorroga del pasaporte ordinario de la autorización en el pasaporte del visto Bueno policial de salida, las siguientes personas:

I – Estudiantes, profesores y profesionales, para fines de aprendizaje, curso y otros programas de perfeccionamiento, de interés para el país, mediante el visto Bueno del Ministerio de Educación Y Cultura.

II – Técnicos y especialistas, cuyo desplazamiento al exterior haya sido por el interés del propio país mediante el visto bueno del Ministerio directamente interesado.”¹⁰⁹

¹⁰⁸ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas – Carta enviado a Jorge Franco Mónera – São Paulo, 21 de julho de 1977.

¹⁰⁹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Documento recebido de Manuel Zapata enviado para os participantes brasileiros do Congresso de Cultura Negra das Américas,

Ao receber a documentação solicitada ao Professor Manuel, o IBEA encaminhou logo ao Ministério da Educação e aguardava uma confirmação o mais breve possível para finalizar as burocracias para a viagem. A vida intelectual nos anos de chumbo não era nenhum pouco fácil, principalmente para quem vivia da mesma, como no caso de Moura e de inúmeros artistas, escritores, professores, e outras pessoas que viviam da arte e cultura naquele momento. Isso reflete na solicitação de ajuda encaminhada pelo IBEA a órgãos governamentais como a UNESCO e pessoas jurídicas que de alguma forma pudesse contribuir com a viagem.

Exmº Sr
Augustin Gatera
Divisão de Estudos e Difusão das Culturas
UNESCO – PARIS

Prezado senhor: -

Conforme é do conhecimento da UNESCO, será realizado, Cali, Colômbia, entre os dias 25 e 29 de agosto do corrente ano, o Iº CONGRESSO DE CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS.

Por meu intermédio como signatário do documento convocatório, IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas ficou responsável pela organização da delegação brasileira.

Estamos, porém, encontrando sérias dificuldades em organizar uma delegação representativa e significativa, que reflita a importância do Brasil, como país que possui, fora da África, a maior população negra do mundo. Estas dificuldades prendem-se, fundamentalmente, ao problema econômico, pois, infelizmente, o Brasil não possui instituições culturais que se interessem por este tipo de apoio.

Várias entidades negras brasileiras já aderiram ao congresso, muitas delas pretendendo levar grupos musicais e teatrais. As dificuldades financeiras, no entanto, ameaçam frustrar a nossa participação do evento.

Gostaria, em face do que foi exposto, de saber se essa entidade tem possibilidade de financiar, total ou parcialmente o envio da nossa delegação a Cali, e, em caso positivo, quais as providências que deveremos tomar, com a máxima urgência, para conseguirmos a verba.

Qualquer resposta neste sentido deverá ser dada urgentemente, pois o tempo está passando e necessitamos saber no menor prazo possível quais as condições reais com as quais temos de trabalhar.

Aguardando resposta neste sentido firmo-me atentamente,

Clóvis Moura.¹¹⁰

Esse pedido foi estendido para mais algumas pessoas, a exemplo de José Midlin, Luigi Médici, Sábato Magaldi e André Mazzini. Em todas as cartas ele deixa explícito o propósito do congresso e como é necessário que o Brasil faça uma boa representação no mesmo.

dia 10 de agosto de 1977. O documento em questão foi igual para todos, mudando apenas o nome dos interessados.

¹¹⁰ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Carta enviada a Augustin Gatera – São Paulo, 5 de maio de 1977.

Os negros são encontrados nas 3 Américas. Desde o Canadá até a Patagônia. Isto como consequência não só do tráfico negreiro, que durou mais de trezentos anos, como também da escravização das populações africanas. Fora da África o Brasil é o País que conta com o maior número de negros. [...] AJUDE UM BRASILEIRO A ESTAR PRESENTE NA COLÔMBIA AJUDANDO-NOS FINANCEIRAMENTE.¹¹¹

A preocupação em concretizar a ida a Cali era cada vez maior, já que ainda esperavam a confirmação do Ministério da Educação com a liberação da isenção. Em relação as burocracias na Colômbia, era necessário que se de confirmassem o dia da viagem, hotel e possíveis gastos em passagens de avião, já que a companhia AVIANCA tinha oferecido algumas ofertas para quem participasse do congresso.

[...] Con la presente queremos comunicarle que hemos obtenido algunas facilidades con la Compañía de Aviación AVIANCA, tanto para el traslado a Colombia como para las conexiones a Cali, ciudad sede del Congreso. Le sugerimos, en consecuencia, que utilice esta empresa a fin de que no se presenten dificultades en el transbordo de Bogotá a Cali y se recarguen los gastos de hotel estimados por usted [...].¹¹²

A Avianca tinha concedido uma passagem de bônus a cada 10 passagens para Colômbia/Cali, assim foi firmado o contato de Moura com o representante da empresa o Senhor Paul R. Silva, mas para que os membros da delegação brasileira pudessem comprar as passagens e agendar as respectivas hospedagens em Cali, era necessário aguardar a liberação da Isenção do Ministério da Educação, depois de semanas esperando o resultado, o pedido foi negado poucos dias antes do congresso, findando qualquer possibilidade de viagem da delegação coordenada pelo IBEA. Embora o Itamarati tenha liberado a isenção do sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira e da historiadora Marina Sena, que viajaram de forma particular ao evento.

Ao negar o pedido de isenção solicitado pelos membros da delegação que representaria o Brasil na Colômbia, o governo demonstra não só a perseguição ao movimento negro, a intelectualidade, aos artistas, como também impede que essas mesmas pessoas denunciem o que acontece com a população, principalmente com a população negra no Brasil.

A ausência da delegação brasileira repercutiu imediatamente, a denúncia feita pelo IBEA saiu na primeira página do *EL PAIS*, conta a jornalista Mirna Grzych, em entrevista

¹¹¹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Trecho das cartas enviadas aos senhores José Midlin, Luigi Médici, Sábado Magaldi e André Mazzini – maio de 1977.

¹¹² CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Carta de Jorge Franco Monera a Clóvis Moura - 30 de junho de 1977.

ao jornal *Versus*. No depoimento em questão, a única jornalista brasileira presente no congresso, informa que só foi possível viajar para Cali, pois iria realizar outras pesquisas e viajou por outra companhia de aviação, a Visão “Tenho certeza de que se fosse só para o Congresso eu também não teria ido, pois, na imprensa brasileira não existe um real interesse para temas dessa natureza”. O ocorrido afetou a organização do evento, pois o IBEA estava responsável não só pela representação brasileira, “como também detinha a presidência de um grupo de trabalho e secretariava outro”. Os artistas que compareceram ao Congresso fizeram de caráter individual, além da jornalista Mirna Grzych já citada, compareceram ao evento a historiadora Marina Sena, Eduardo Oliveira de Oliveira, Abdias do Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves e o antropólogo Raul Lody.¹¹³ É importante ressaltar que Abdias do Nascimento estava em autoexílio nos Estados Unidos desde 1968, regressando ao Brasil apenas em 1981.

Foram inúmeras as denúncias e comunicados feitos a imprensa brasileira sobre a decisão do Ministério da Educação, que afirmava não haver relevância nenhuma para a cultura brasileira, com essa afirmação já visualizamos o que era ou não cultura para o governo.

Infelizmente a delegação do Brasil não está presente neste nosso primeiro encontro. Içamos aqui, impedidos de viajar, por uma decisão incompreensível e discriminatória do Ministério da Educação e Cultural que, afirmando não haver nenhuma relevância para a cultura o nosso comparecimento, indeferiu o pedido de isenção do recolhimento dos dezesseis mil cruzeiros que cada cidadão é obrigado a fazer ao sair do Brasil, salvo em casos especiais, como seria o nosso caso, dos onze membros da delegação, inclusive o seu presidente. Desta forma, ficamos impossibilitados de conviver com vocês, mesmo porque o ministério somente decidiu negativamente no dia do início do Congresso, fato que nos tirou qualquer possibilidade de tentar sequer levantar fundos para recolher tão avultada quantia.

[...] Essa tribuna serviria para que a delegação brasileira mostrasse a falácia da chamada democracia racial brasileira, as suas implicações com uma ideologia de branqueamento e a aderência de vastas áreas das nossas elites governamentais a essa ideologia que coloca o negro como inferior, sem cultura ou capacidade de civilizar-se. A negação da isenção do recolhimento da importância à delegação brasileira explode na cara de todos nós com uma manifestação das mais visíveis de como funciona essa pretensa democracia racial. [...]. A luta do negro brasileiro, tão mal descrita por toda uma literatura acadêmica, pedante e sem ligação direta com a sua realidade, segue o seu curso. Aqui, impedidos de falar no Congresso, tentaremos elevar a nossa voz de outras maneiras, articularemos o nosso protesto contra todas as medidas injustas que o atingirem, como esta de que foi vítima a nossa delegação. O preconceito de cor imperante em nosso país não está desligado da medida governamental. Sabemos das mil maneiras de se procurar provar a inocência da medida, através das justificativas formas. Ela faz parte de toda uma política de ambiguidades com a comunidade negra, ambiguidade que tem como base a chamada democracia racial.

¹¹³ “Contra o racismo por uma nova história” *Versus* (Afro-latino-américa) São Paulo n. 15, set. 1977, p. 34. <http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/Versus15.html?vis=facsimile>.

Repudiamos solenemente a medida discriminatória do Sr. Ministro da Educação e Cultura do Brasil. Essa repulsa se justifica porque ela não atingiu apenas uma delegação, mas a comunidade negra do Brasil e das Américas [...].¹¹⁴

Dessa forma, percebemos o quanto a ditadura civil-militar no Brasil perseguiu os movimentos negros e as lideranças que ousavam denunciar as práticas perversas do regime, não identificamos o motivo pelo qual a isenção dos membros da delegação do IBEA não foi aceita, porém, com o histórico de investigação que Clóvis Moura tinha do DEOPS e já era nome conhecido por ser um “comunista que colocava o racismo no negro”, e era constantemente monitorado desde 1952 como já mencionado no capítulo anterior, pode-se concluir que isso pode ter sido um dos motivos do Ministério da Educação.¹¹⁵

O ostensivo monitoramento e repressão das atividades políticas e intelectuais dos movimentos negros no Brasil na época da ditadura não foi empecilho para que esse movimento crescesse e lutasse por igualdade racial, todavia inúmeros mortos e torturados fazem parte dessa gloriosa história do movimento de luta social da comunidade negra no Brasil, portanto, fazer lembrar esses personagens que são transpassados pelo gume do autoritarismo brasileiro é não deixar morrer a luta pela democracia, sobretudo em momentos de regressão democrática.

Resgatar a história de resistência do movimento negro, que mesmo no período ditatorial criou inúmeros núcleos de debate, luta e resistência, como mostra a tabela abaixo, retirada da obra: *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, é encontrar um caminho através dos passos que já foram trilhados e transformar o passado em exemplo de luta e de inspiração.

Tabela 2
MEMÓRIA DA MILITÂNCIA NEGRA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

ANO	(1971 - 1984) - Continua
1971	Criação do Grupo Palmares em Porto Alegre.

¹¹⁴ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Caixa 24 (1977-199) Correspondências enviadas. Comunicado à imprensa e ao I Congresso de Cultura Negra nas Américas enviado por Clóvis Moura – São Paulo, 29 de agosto de 1977.

¹¹⁵ Na dissertação de Karin Santanna, ela afirma que o IBEA tinha seus eventos monitorados pelos aparelhos de informação e segurança desde 1975, essa informação consta na Divisão de Informação do DEOPS. Dossiê50-Z-0-14617. DEOPS/SP, DAESP.

1972	Criação do Centro de Cultura e Arte Negra – CECAN- em São Paulo
1973	Fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na faculdade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Em 1978, começou a ser publicada a revista Estudos Afro-Asiático do CEAA.
1974	Fundação da Sociedade Cultura Bloco Afro Ilê Aiyê, no bairro Curuzu, em Salvador. Criação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Fundação da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB) em Salvador
1975	Fundação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) na cidade do Rio de Janeiro. Fundação do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense (UFF), EM Niterói (RJ). Fundação do Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) em São Gonçalo (RJ). Fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) em São Paulo. Fundação da Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (ACACAB) em São Paulo.
1976	Fundação do Núcleo Cultura Afro-Brasileiro em Salvador.
1977	Realização do 2º Festival Mundial de Artes Negras e Africanas, em Lagos, na Nigéria.
1978	Em 7 de julho, o Ato Público Contra o Racismo, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, marcou o início do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU). Em 23 de julho, realização de reunião em São Paulo, para elaboração dos Estatutos e da Carta de Princípios do MNU. Entre 9 e 10 de setembro, realização de Assembleia do MNU na sede do IPCN, no Rio de Janeiro, para definição dos estatutos da entidade. Em 4 de novembro, realização de assembleia do MNU em Salvador, no Instituto Cultura Brasil Alemanha (ICBA). Na ocasião, aprovou-se a designação “Dia Nacional da Consciência Negra” para o dia 20 de novembro. Realização do 1º Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU) em cidades do interior de São Paulo. Fundação dos Periódicos Jornegro, Árvore das Palavras e Cadernos Negros, em São Paulo, e do jornal Tição, em Porto Alegre
1979	Em 23 de março, fundação do Bloco Afro Malê Debalê, em Salvador. Em 19 de setembro, fundação do Centro de Cultura Negra (CNN) do Maranhão
1980	Realização do 1º Encontro Memorial Zumbi em Alagoas.
1981	Realização do 1º Encontro de Negros do Norte e Nordeste em Recife
1982	Realização do 2º Encontro de Negros do Norte e Nordeste em João Pessoa.
1983	De 2 a 4 de junho, realização do 3º Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em São Luís. Em 18 de novembro, realização da “Marcha Contra o Racismo”, da Candelária à Cinelândia, no Rio de Janeiro. Foi a primeira marcha do movimento negro contemporâneo com a frase “Zumbi está Vivo” como palavras de ordem estampada em todos os cartazes. Fundação do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, por Lélia González e outras. Fundação do Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN) em Vitória.

	Realização do 1º Encontro Estadual de Negros do RJ em Nova Iguaçu (RJ)
1984	Em março, fundação do Bloco Afro Akomabu em São Luís. De 12 a 14 de outubro, realização do 1º Encontro de Cultura Negra em Uberaba (MG). Fundação do Núcleo Cultural Niger Okan em Salvador (BA). Formação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo

FONTE: Tabela elaborada com base na obra *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, de Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, 2007, p. 476-480.

Nas palavras de Amauri Mendes “Nem o movimento negro, nem o pensamento social deixarão de ser o que são tão cedo”. A tabela acima não reflete toda a produção, organização ou entidades com compromisso na luta antirracista e que fazem parte dos vários movimentos negros no Brasil, no entanto percebemos uma quantidade significativa de atos, congressos, fundação de várias entidades etc.; que compuseram esse momento importante na história do movimento negro.

O IBEA foi um espaço de construção do movimento negro e de produção de pesquisa científica, com o propósito de refletir sobre os problemas da população negra e identificando maneira de saná-los. Em conjunto com o movimento negro e intelectuais engajados na luta antirracista, viabilizou e conseguiu fomento para bolsas e pesquisas em conjunto com órgãos governamentais e iniciativa privada, pesquisas essas que o ajudaram a categorizar o conceito de Quilombagem e o tornar o intelectual da Práxis Negra, que traz uma interpretação do Brasil pautada na história de luta do escravizado na busca por emancipação e na população negra como agente ativo do processo de formação nacional, alargando as possibilidades epistemológicas na historiografia sobre o estudo das relações raciais, história do Brasil e na luta Antirracista.

2.4 Movimento Negro e Educação

Seguindo o caminho da educação chegaremos a segunda etapa da grande ascensão que está destinado [sic] ao negro, e assim seremos capazes de prosseguir com galhardia e denodo na senda da humanidade como homens tão homens como os de outras raças.¹¹⁶

O processo de tornar a educação acessível, emancipatória, inclusiva e antirracista é a maneira pela qual os movimentos sociais pela educação, o movimento negro e as

¹¹⁶ Getulino, 21 de outubro de 1923. In: GONÇALVES, José Roberto. O Getulino – um jornal de carapinha: jornal editado por jovens negros em campinas (1923/1925). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campinas, 2012. P. 149.

demais esferas do campo político-educacional vêm lutando durante séculos para que isso aconteça. Sabemos que a grande maioria da população que não tem acesso à educação no Brasil é caracterizada por pessoas negras e pobres, isso indubitavelmente é resquício da escravidão e consequência das políticas de exclusão da população negra no processo político, econômico, cultural e social no país.

A luta por acesso à educação foi e é um dos pilares do Movimento Negro do Brasil, desde o período pós-abolição, mesmo antes da Frente Negra Brasileira (FNB), a educação de pessoas negras era uma das preocupações das lideranças negras e das várias organizações do país. Naquele momento a maior intenção era de que a população negra precisava integrar-se no “mundo” dos brancos, “[...] chegar aos mesmos níveis do branco através do aprimoramento educacional. Para isso deve deixar os vícios como o alcoolismo, boêmia, deve ser um modelo de cidadão. ” (MOURA, 1988, p. 204).

A imprensa negra foi um dos órgãos responsáveis, se não o maior incentivador da educação para a população negra, com propostas reivindicatórias, inúmeros jornais que faziam parte da chama Imprensa Negra; se posicionava ferrenhamente contra o racismo e as desigualdades que causavam a situação de exclusão e de precariedade da população negra.¹¹⁷

A educação, tanto como sinônimo de instrução de escolaridade, quanto no seu sentido mais amplo, abrangendo manifestações de caráter cultural, sempre foi muito valorizada pelas lideranças negras [...]. A preocupação com a educação e a cultura se expressa nos artigos publicados nos jornais [...] muitas afirmações, ao longo de todo o período analisado e presentes em grande parte dos jornais, expressam este ponto de vista, que identifica na ausência de instrução uma das causas, senão a causa principal, da situação precária em que o negro se encontrava e, que, por sua vez, colocava instrução como condição para que tal situação fosse superada. A educação era tida como única, ou pelo menos como uma das principais maneiras pela qual o negro conseguiria obter as mesmas oportunidades que o branco e deixaria de ser um “*extrangeiro indesejável*”. Recebendo educação, o negro poderia “*evoluir*” integrando-se à vida nacional, combater a miséria em que vivia, os “*vícios*” e as doenças que o atormentava. (PINTO, 1933, p. 183-184).

Os pilares que antecedem a lei 10.639 vão além de uma decisão legislativa, ela foi construída principalmente na luta do movimento negro brasileiro. O MNU na década de 1970 retoma uma série de discussões que marca um debate intenso sobre racismo e o mito da democracia racial, para isso o MNU

¹¹⁷ A imprensa negra surge no contexto do pós-abolição, onde homens e mulheres se organizaram para enfrentar e denunciar o racismo e outras desigualdades, com a finalidade de ascender econômica e socialmente. Os jornais mais conhecidos são *O Homem de Cor*, *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*, *O Lafuente*, *O Homem*, *A Pátria*, *O Exemplo*. Para saber mais <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>.

produziu e incentivou uma ampla discussão sobre o racismo no Brasil, marcada pelo tom de contestação política evidenciada nas denúncias sobre o racismo, a discriminação e o preconceito racial, na denúncia sobre o mito da democracia racial e pela construção de uma identidade afirmativa e positiva do negro (RODRIGUES, 2005, p. 42).

Dessa forma, após todas essas denúncias o ambiente escolar demonstrou ser altamente reprodutor e produtor de racismo. Portanto, o Movimento Negro, neste momento, exigia a “transformação não só da estrutura, como dos conteúdos do sistema educacional brasileiro”. (SANTOS, 2007).

Essa luta se estendeu durante todo o final do século XX, que reivindicava a história da população negra na história do Brasil, valorização da cultura e história africana e afro-brasileira, os frutos. Ainda que não contemplasse todos os pedidos políticos da militância negra, foi considerado importante quando, ao atender parte da demanda, o texto da constituição cidadã, no parágrafo 1º do Art.242, determinava “o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.”¹¹⁸

[...] desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial. (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

A lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, é resultado de uma longa trajetória de luta política do Movimento Negro Brasileiro, que foi então atendida por um governo que acreditava que a sociedade precisa compreender sua história, para melhor conviver com sua pluralidade étnica e diversa.

Para Gomes (2017, p. 34), o Movimento Negro “[...] intensificou ainda mais o processo de ressignificação e a politização da raça, levando a mudanças internas na

¹¹⁸ A constituição cidadã ou constituição de 1988 foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988 e marca o processo de redemocratização do país, depois de 21 anos de ditadura militar, o documento foi elaborado pela Assembleia Nacional Constituinte, eleita democraticamente em 15 de novembro de 1986, e presidida por Ulysses Guimarães. Na ocasião, o presidente da República era José Sarney. Importante salientar que foi na constituição de 1988 que foi reconhecido o direito de posse às terras ocupadas por remanescentes de Quilombos.

estrutura do Estado [...]”. Gomes evidencia algumas ações do governo do PT a partir de 2003, como a criação do SEPPIR, em 2003; SECAD, em 2004; aprovação em 2004 do parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004, que determinou as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2004; com a aprovação da Lei 11.645/2008; em 2009 com a publicação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana ; a Lei Federal 12.288 que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; em 2012 com a aprovação da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal; a Lei 12.711, que versa sobre as cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; a aprovação do parecer CNE/CEB 16/2012 e resolução CNE/CEB 08/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e sobre a Lei 12.990 de 2014 que reserva 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais aos negros e negras.

Essa rápida retrospectiva das demandas e realizações do Movimento Negro em prol da educação do Brasil e a sua transformação em respostas do Estado por meio de políticas públicas e demais ações institucionais revelam o protagonismo desse movimento social como um ator político e um educador. Ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira. (GOMES, 2017, p. 38).

É a partir dessa trajetória traçada pelo Movimento Negro que quero destacar as medidas adotadas pelo IBEA para que através de uma educação antirracista e anticapitalista os negros e pobres pudessem compreender a forma como o sistema os oprimia e o que poderia ser feito para que a sociedade sofresse uma mudança. Dessa forma, entendo que ao trazer algumas das pesquisas, palestras, convênios com algumas entidades, cursos, seminários e debates promovidos pelo instituto é uma maneira de identificar o que já foi proposto e feito por intelectuais que tinham compromisso com uma mudança estrutural do sistema, como também trazer luz a questões importantes para o debate atual no que diz respeito ao Movimento Negro, ao tornar conhecido o que já foi produzido por esse instituto tão importante.¹¹⁹

O instituto procurou difundir o máximo de experiências e conhecimento sobre a história do povo negro, uma das preocupações era visibilizar intelectuais ou

¹¹⁹ Informo novamente que não foi possível verificar a totalidade de documentos referentes às diversas atividades promovidas pelo IBEA.

personalidades negras que de alguma forma impactaram a comunidade negra de forma positiva, a exemplo da homenagem a Carolina Maria de Jesus e Lima Barreto.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRICANISTAS, em sua programação comemorativa de 89º aniversário da Abolição, fará realizar uma solenidade onde serão homenageados Carolina Maria de Jesus e Jaime Aguiar, recentemente falecido. Os homenageados são figuras de prol da comunidade negra de São Paulo: Carolina Maria de Jesus é a porta voz não só da comunidade negra, mas também dos segmentos oprimidos da sociedade brasileira.¹²⁰

Moura ressaltava a importância do reconhecimento da obra de Lima Barreto, não só como escritor, mas também como crítico social. “A emergência do nome de Lima Barreto no ano do centenário do seu nascimento leva que se reconsidere uma série de conceitos e julgamentos relativos à sua atuação na época em que viveu como agente de crítica social e como escritor”. (MOURA, 1981).

A série de homenagens que o IBEA promoveu em prol da obra e do escritor Lima Barreto, ocorreu no seu 95º aniversário de nascimento, dia também que se comemora a abolição.

O Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas iniciou, no último dia 13, um ciclo de palestras-debates sobre a Abolição e o escritor Lima Barreto. Naquele dia, comemorou-se o 88º aniversário do fim da escravidão e o 95º do nascimento do escritor, fatos que foram lembrados na reunião. [...] dia 25, o ciclo encerrará falando sobre Os Escritos Pessoais de Lima Barreto.¹²¹

No ano do centenário de Lima Barreto e 92º da abolição, o IBEA promoveu um ciclo de estudos e debates em homenagem ao escritor, intitulado Centenário de Lima Barreto Em 92 anos de Abolição. Clóvis Moura foi responsável por realizar a palestra “Lima Barreto 100 anos depois”, e o ciclo contou com a presença de Celso Prudente, Eduardo de Oliveira, Eunice Jesus e Wilson Prudente. O IBEA não apenas homenageou Barreto e Carolina, mas os visibilizou, embora ainda hoje, mesmo depois de anos e com suas obras consagradas, ainda esbarrem no preconceito elitista e racial.

Entendo aqui que o IBEA naquele evento proporcionou um momento de reflexão sobre a obra, a crítica e sobretudo o que elas tinham a nos ensinar, tornando a ocasião um ambiente de aprendizagem, e possibilitou caminhos para outras instituições, ONG's e

¹²⁰ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – São Paulo, 07 de maio de 1977.

¹²¹ CEDEM- Fundo Clóvis Moura – Recorte de Jornal encontrado sobre homenagens.

intelectuais realizarem projetos, pesquisas etc. que incentivaram a construção de um maior diálogo sobre intelectuais negros e negras e as relações raciais.

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 19)

A produção de conhecimento é sem dúvida um caminho necessário para que se possa desenvolver uma maneira de entender o funcionamento da sociedade e que por meio das problematizações teóricas e críticas possamos, sobretudo, encontrar caminhos para resolver os problemas, em particular das minorias sociais. Aqui quero destacar algumas pesquisas realizadas pelo IBEA que tinha como pretensão demonstrar a situação do negro na sociedade e como o processo político engessado e controlado por oligarquias que ainda hoje reflete a forma como condicionamos o processo político. Não pretendendo analisar cada pesquisa, pois os documentos em questão apresentam apenas as pretensões e objetivos das pesquisas e não a sua totalidade.¹²² Ainda assim, considero importante trazer esses questionamentos e a possibilidade de compreender o que o IBEA procurava demonstrar para a sociedade.

A influência do negro no Sertão; Oligarquias Políticas no Brasil; O Preconceito de Cor em São Carlos; A Situação da Mulher Negra em São Paulo; Como Situar o Problema do Negro no Brasil. Essas são algumas das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto que tinha como pesquisador principal Clóvis Moura; só foi possível identificar as datas das pesquisas *Oligarquias Políticas no Brasil*, iniciada em 1984, devido ao volume de cartas encontradas cujo conteúdo referia-se ao pedido de Moura a diversos intelectuais e políticos, sobretudo nordestinos, sobre livros, pesquisas e um questionário desenvolvido por Moura para que eles respondessem e retornassem o mais rápido possível; a outra pesquisa foi *A Situação da Mulher Negra em São Paulo*, que teve início em 1980 e participou do concurso de pesquisas sobre a mulher realizada pelo governo de São Paulo e buscava contemplar as demandas dos movimentos sociais negro e feminista sobre a mulher.

¹²² Não foi possível identificar a totalidade das pesquisas, ou seja, a pesquisa completa. O material encontrado no CEDEM reservava apenas as introduções, pré-projetos e alguns objetivos que seriam traçados durante a mesma, para que fosse possível chegar em uma conclusão.

Na pesquisa *A influência do negro no Sertão*, identificamos apenas algumas notas que serviriam de fonte e direcionamento para a construção da mesma.

“Prováveis fontes para pesquisas de influência negra no Vale de S. Francisco: 1 – As lendas do “Nego D’Água.” Em Paratinga há a “cova do Nego”. 2 – Marujadas e Cavalhadas, Encamisados, autos e festas populares algumas cidades ribeirinhas, realizadas geralmente durante as festas religiosas do Divino Espírito Santo e Sto. Antônio. Provável núcleo de negros: Mangal, município de Paratinga”¹²³.

No documento identificamos que as lendas do sertão através da história oral, através dos relatos das comunidades ribeirinhas que moravam ao redor do rio São Francisco, seriam uma das fontes disponíveis para o estudo, principalmente a lenda sobre o “Nego D’Água”.

A pretensão de Clóvis Moura quando iniciou os estudos sobre as *Oligarquias Políticas no Brasil* era

registrar e avaliar os diversos graus de influência política das oligarquias regionais, os seus mecanismos de participação do Poder e os níveis de ingerência, direta ou indireta, na escolha de responsáveis por cargos administrativos. Com isto ter-se-á um painel satisfatoriamente abrangente e suficiente claro, capaz de dar diretrizes ou pontos de referência para a prática política.¹²⁴

Para Moura a partir do conhecimento adquirido sobre a construção das oligarquias seria possível “entender o funcionamento prático da nossa realidade política e das particularidades que a caracterizam”.¹²⁵

No estudo sobre *O Preconceito de Cor em São Carlos*, a pesquisa foi realizada “através da análise do comportamento de pretendentes a empregadas domésticas através do CIPS - Promoção Social de São Carlos”. A pesquisa demonstra a necessidade de compreender como a empregada doméstica, em sua maioria negra, era afetada pelo preconceito de cor e classe.

O estudo sobre *A Situação da Mulher Negra em São Paulo* tinha como objetivo “detectar os poderosos mecanismos de marginalização e degradação econômicos, cultural, social e sexual que atuem em São Paulo (Capital) contra a mulher negra”.

Duplamente discriminada - como mulher e como negra- ela foi, desde a escravidão, na qualidade de ama de leite, mucama ou simples objeto de uso sexual dos senhores de escravos a parte mais oprimida e discriminada da população brasileira. [...]. É a mulher negra o segmento mais discriminado e oprimido da sociedade brasileira. Sem entrarmos em pormenores, podemos dizer que tal situação poder ser vista mesmo a olho nu. Há um achatamento

¹²³ Retirado do documento sobre a pesquisa *A influência do negro no Sertão*.

¹²⁴ Trecho retirado do projeto *Oligarquias Políticas no Brasil*. (CEDEM – Pasta sobre as pesquisas desenvolvidas pelo IBEA).

¹²⁵ Trecho retirado do projeto *Oligarquias Políticas no Brasil*. (CEDEM – Pasta sobre as pesquisas desenvolvidas pelo IBEA).

global que coloca a mulher negra na última escala da sociedade brasileira, especialmente nos seus grandes centros urbanos.¹²⁶

Quando denuncia a dupla opressão sofrida pela mulher negra, Moura concorda com Hooks (1995), que sustenta que o “racismo e o sexismo quando atuados juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros”, e com Lélia Gonzalez (1982), que aponta “o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, Gonzalez (1983, p. 224). afirma que: “Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”.

As pesquisas procuravam estabelecer um diálogo com o passado histórico e a atual situação da sociedade, realizando muitas vezes análises fundamentais para compreensão dos problemas das desigualdades raciais e maneiras de saná-los. Entendo que as pesquisas não eram apenas para explicar ou aprofundar análises, mas desempenhavam também, um papel de formação, tinham um caráter de ensinar ao outro, sobretudo o “negro”, a peça mais oprimida nesse processo histórico.

A história não existe apenas para registrar, narrar ou explicar fatos passados. Ela está inserida no quadro das ciências sociais, marca e delimita objetivo para o homem, generaliza os fatos, aponta as tendências do futuro, baseada no passado. Daí não poder ser compreendida corretamente se for tomada como simples narrativa sem conexão com a práxis e sem ter interligações com grupos sociais que formam a dinâmica da história, pois ela é uma ferramenta integrada nesta dinâmica. [...] A própria metodologia somente será válida se o estudioso partir desta constatação inicial. Daí ter de aceitar fundamentalmente: a) – que a história é um processo; b) que se realiza através de choques e contradições que se verificam na realidade objetiva; e c) – sujeito à causalidade. Sem a compreensão preliminar desses princípios não é possível fazer-se história científica (MOURA, 1990, p. 15-16).

Na pesquisa *Como Situar o Problema do Negro no Brasil*, Moura descreve que: “Há necessidade de se começar a pesquisar e interpretar a história do negro e de seus descendentes diretos no contexto da sociedade competitiva atual fugindo da posição culturalista”. Esse ideal teórico está submerso em toda a obra do Clóvis Moura, ao deslocar o imaginário do homem malandro, folclórico, reduzido ao samba e futebol, aquele alheio a fazer as mudanças historiográficas e que durante muito tempo foi classificado na historiografia como uma parte ou capítulo da história do Brasil, a obra de

¹²⁶ Trecho retirado do projeto *Oligarquias Políticas no Brasil*. (CEDEM – Pasta sobre as pesquisas desenvolvidas pelo IBEA).

Moura insere na historiografia o negro não como parte, mas como todo, ligado em todo o processo histórico desde a escravidão até os dias atuais.

Há necessidade de se começar a pesquisar e interpretar a situação do negro e de seus descendentes diretos no contexto da sociedade competitiva atual fugindo da posição culturalista que se prensa fundamentalmente à análise do mundo religioso do negro, dos seus costumes originários, indumentária, coisinha, etc. Isto que já vinha da escola histórico-cultural está, no momento, levando o que jovens negros acreditem que esses padrões são fundamentais no processo e procurem se autoafirmar individualmente dentro daquilo que é meramente exterior e não exprime mais (ou muito pouco) nenhum valor que funciona como elemento capaz de libertar o negro da situação de marginalização e proletarização em que se encontra.¹²⁷

A construção de um projeto de sociedade diversa, igualitária, justa e, sobretudo não submissa, passa principalmente por uma educação emancipatória, aquela capaz de demonstrar as raízes dos problemas sociais, que reivindica posições que possibilitem uma mudança da estrutura pragmática da educação, que mude a engrenagem que roda com uma visão unilateral de estudante/professor – nota/mercado de trabalho. Isso passa principalmente pelo fortalecimento de políticas públicas que não atendam ao capital e que entendam que a educação não é apenas um mercado, mas uma maneira potente, se não a mais importante ferramenta de transformação da sociedade.

É possível realizar um outro tipo de reflexão epistemológica no campo da educação e pensar alternativas para a construção de projetos educativos emancipatórios. E mais, sintonizados com os movimentos sociais podemos transformar em presenças os projetos educativos emancipatórios já existentes, advindos da experiência dos movimentos sociais e que têm sido desperdiçados pela escola e pela teoria educacional. Esses projetos são aqueles capazes de produzir subjetividades rebeldes e inconformistas e que conseguem questionar a produção de subjetividades conformistas que imperam nos currículos das universidades e da educação básica (GOMES, 2017, p. 62).

Para Moura, o problema da desigualdade social não era apenas um problema de classe, o mecanismo de discriminação que levavam a uma maior atenuante estava ligado diretamente à cor do indivíduo. “Se a cor dos indivíduos funcionou, e funciona até os nossos dias, como um diferencial na repartição dos direitos e oportunidades, certamente as escritas da história e literatura contribuíram para esse processo”¹²⁸.

Composto por uma maioria de intelectuais marxistas e ligados às causas raciais, o IBEA promoveu uma série de cursos e palestras com a intenção de debater os problemas de classe e raça. Para Moura, o problema da desigualdade social, não era apenas um

¹²⁷ Trecho retirado da pesquisa *Como Situar o Problema do Negro no Brasil*.

¹²⁸ Trecho retirado da pesquisa *Como Situar o Problema do Negro no Brasil*.

problema de classe, tese defendida por inúmeros cientistas, economistas e historiadores adeptos à teoria marxista; ele entendia que classe e raça estavam imbricadas e por isso precisavam ser analisadas de forma que se completassem.

No curso *Marxismo e a questão racial* (de 12 de novembro a 7 de dezembro), promovido pelo IBEA em parceria com o CIPES, a grande pergunta que estava sendo feita era:

Até que ponto o marxismo, ao ser usado como teoria de governo no Terceiro Mundo solucionou o problema racial ou teve dificuldade em solucioná-lo, dentro de uma dinâmica revolucionária. Será questionada, finalmente, a contribuição do pensamento marxista na elaboração de uma visão científica do problema do negro e demais etnias oprimidas no Brasil.¹²⁹

O curso foi dividido em cinco dias, iniciado pelo tema *O problema do Negro e o Marxismo Brasileiro*, realizado por Florestan Fernandes, seguido de Celso Prudente com *O Marxismo e os problemas do Terceiro Mundo*; Jacob Gorender com *O Marxismo e os Problemas das Nacionalidades Oprimidas*; Romeu Sabará, palestrando sobre *Um Caso de Aplicação Concreta no Método Marxista*, e finalizando o curso, Clóvis Moura com *O Imperialismo e Classes Poli-Étnicas nos Países do Capitalismo Dependente*.

A principal questão era encontrar uma maneira de analisar o marxismo com a ótica do Terceiro Mundo, com sociedades colonizadas e de que forma seria possível uma alternativa revolucionária para essas sociedades. Não analisaremos de forma fecunda essas questões neste momento, o que de fato é primordial demonstrar é como Clóvis Moura foi um dos principais introdutores do marxismo no movimento negro brasileiro, que até certo momento não tinha ou tinha poucos trabalhos teóricos que confrontassem correntes liberais e culturalistas. De fato, entre o período da década de 1930 até meados da década de 1970 a maioria dos “representantes” do movimento negro brasileiro se mantiveram distantes de ideais marxistas, a questão economicista do pensamento social brasileiro de certa forma distanciava os movimentos sociais e movimento negro.

As pesquisas desenvolvidas no decorrer da trajetória de Moura no IBEA ou anterior ao instituto se posicionam, sobretudo em colocar os negros como sujeitos políticos das composições históricas nas quais estiveram inseridos, ao refletir sobre o posicionamento de classe dos escravizados, formas de organização, resistência social e cultural, ele analisa a estrutura social brasileira com o método materialista dialético, e entende que “o negro” compõe o traço mais significativo no processo de abolição e, a

¹²⁹ Trecho retirado do documento sobre o curso *Marxismo e a Questão Racial*.

partir disso, conclui a importância dos processos de resistências e de como é essencial que a comunidade negra saiba o porquê dos índices de marginalização, subempregos, taxa de desemprego e que seja capaz de entender o mecanismo do sistema e a força dos que a oprimem.

“Felizmente, nota-se na juventude negra atual uma vontade de reencontrar a dignidade negra que se conjugará à dignidade de todos que criaram a riqueza nacional, porém que, por uma série de razões, atualmente estão marginalizados.” (MOURA, 1983, p. 45). A obra de Clóvis Moura deixa mecanismos e coordenadas para que possamos entender nossa realidade nacional, confirmando a atuação política da população negra e reitera o compromisso de uma transformação da realidade social através de uma educação antirracista e acredita na potencialidade da juventude negra para um avanço cultural e político.

CAPÍTULO 3

UM INTERPRÉTE DO BRASIL: PRÁXIS NEGRA, QUILOMBAGEM E ANTIRRACISMO DE UM PENSADOR SOCIAL DO BRASIL

Essa formação histórico-social em que se desenvolvem as mais diversas e audaciosas formas de consciência e autoconsciência sociais do negro brasileiro, desde “as rebeliões da senzala e as metamorfoses do “bom escravo ao “mau cidadão” com as quais desenvolve-se a “dialética radical do negro brasileiro”, enquanto categorial social fundamental para a inteligência das condições e possibilidades de conscientização, organização, luta, reivindicação, negociação e revolução social. (IANNI, 2003, p. 19).

Gerado sob o regime escravista, o Brasil perpetua um sistema de desigualdade que não “estanca”, ele apenas se moderniza. Ao revelar o processo histórico da construção do país, Clóvis Moura revela a partir do método dialético sua interpretação da formação nacional, ele se atenta sobretudo ao papel fundamental da população negra nos processos centrais do desenvolvimento e construção do país.

Dessa forma o terceiro e último capítulo do trabalho se preocupa em demonstrar qual a interpretação de Moura sobre a formação nacional e qual seu pensamento sobre a realidade brasileira. Desenvolvendo uma forma singular de análise, a obra de Moura nos permite compreender também uma especificidade brasileira sobre a relação do capitalismo e os seus desdobramentos para o racismo desde o período colonial até os dias atuais. Ao se contrapor a uma historiografia conservadora e arcaica e que de certa forma inaugura uma historiografia não estruturalista sobre a escravidão, Moura analisa o papel político e social da população negra, colocando-a como sujeito central da sua análise.

Para que seja possível entender todas essas questões pertinentes em sua obra, será realizada a análise dos livros *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1981), *Sociologia do negro brasileiro* (1988) e *História do Negro Brasileiro* (1989). Pretendo identificar a centralidade do objetivo de cada um, como também o posicionamento teórico do autor para conceituar a “quilombagem” e quais suas contribuições para pensarmos a possibilidade de construção de uma sociedade antirracista. A porta que se abre com a análise de Moura sobre o Brasil nos dá a ferramenta capaz de compreender o funcionamento do modelo político, social e econômico do país.

Dentre os objetivos aqui assumidos, há um que é fundamental quando pensamos em contribuir para uma educação antirracista, o protagonismo negro e uma historiografia compromissada com as transformações sociais e com os sujeitos que fazem a “História”. Esse objetivo em questão está atrelado ao compromisso de introduzir na academia e fora da mesma a trajetória e as experiências de um intelectual negro, orgânico da classe trabalhadora, que contribuiu de forma significativa para as ciências humanas e que ainda não teve o reconhecimento necessário da sua importante obra; isso se deve sobretudo ao racismo institucional e estrutural que Moura combateu e analisou em vida.

3.1 Resistência Negra e o processo de luta pela emancipação

Foi a primeira obra da historiografia brasileira a tratar da questão das rebeliões negras de maneira sistemática, mostrando com fatos históricos o alastramento desse fenômeno em todo o território brasileiro. Na esteira desta nascerão mais tarde outros estudos como o *Palmares – A guerra dos escravos*, de Décio Freitas (1971) e o *Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês em 1835*, de João José Reis (1986). Ele foi sem dúvida o pioneiro e o primeiro a desmistificar a ideia do negro submisso que não se importava com sua situação de cativo, e a colocar em pauta a questão de sua participação no processo abolicionista e libertário, habilitando-o como sujeito de sua história e da história do Brasil e tirando-o da posição de mero objeto de pesquisa acadêmica (MUNANGA, 2014, p. 14).

Rebeliões da Senzala (1959) está para o pesquisador das lutas negras como a bíblia está para o cristão. Pode parecer que esta afirmação esteja condensada de aproximação à causa ou ao sujeito da obra, mas está justificada, sobretudo pelo impacto e a importância da obra para a comunidade acadêmica, pesquisadores do tema, movimento negro e a sociedade como um todo.

Não houve propriamente uma aproximação (minha) ao marxismo imediata, mas uma necessidade permanente de encontrar respostas para grandes interrogações do mundo contemporâneo. É um aproximar-se paulatino na medida em que você encontra nele, no início quase intuitivamente, como foi o meu caso essas respostas (MOURA, 2003, p. 9).

Ao procurar respostas sobre a condição de exclusão e miséria da população negra na Bahia e no Brasil como todo, Moura em *Rebeliões da Senzala* procurou demonstrar à população uma “visão crítica, reivindicante e mesmo revolucionária” dos seus antepassados, ele norteia seu trabalho na contramão da sociologia e da historiografia da sua época.

Ao inserir a população negra na análise do campo político e na formação estrutural da sociedade, Moura demonstra sua contribuição singular para uma interpretação de

Brasil. A produção sobre a formação e o pensamento social brasileiro está ligada sobretudo ao processo de entendimento das características sociais, econômicas e políticas do país. Entretanto a predominância da análise do pensamento social brasileiro buscava definir uma identidade nacional que propusesse uma “comunhão” entre brancos, indígenas e negros. Essa questão permeou boa parte da produção teórica sobre o tema e que de certa forma ajudou a fortalecer a conformação da população brasileira sobre determinadas esferas da sociedade.

Na tentativa de explicar o que era uma nação ou a formação de uma, as primeiras discussões sobre o tema iniciam ainda no início do século XIX, embora fossem atenuadas em 1889 devido ao início da República, com pesquisas sobre as “características gerais” do povo brasileiro; o Brasil naquele momento passa por um momento de transição muito importante, a abolição em 1888 que finda o trabalho escravo e a Proclamação da República em 1889. Grandes questões permeiam aquele contexto, já que o poder sai da “mão” de uma monarquia e passa a ser deliberado pelo povo, no caso os representantes desse povo, mas a grande dúvida é, qual povo? O processo social que desembocou no abolicionismo não estava cortado ou extinto, no entanto, com esse acontecimento. Pelo contrário. A própria Abolição, como foi feita, significou mais um compromisso que uma solução. Os problemas não resolvidos com o 13 de maio deixaram aderências e canalizaram forças negativas que até hoje continuam influenciando na nossa história social (MOURA, 1981, p. 13).

A República precisou lidar com os efeitos da abolição, já que de forma estrutural e funcional, os ex-escravizados permaneciam socialmente e economicamente da mesma forma. Desse modo, inúmeras discussões sobre a identidade nacional brasileira foram ganhando contornos cada vez mais alheios à realidade. Com uma larga movimentação intelectual das elites, a população negra foi colocada como impedimento à organização e ao desenvolvimento econômico.

De que forma manter a unidade de uma nação marcada por diferenças raciais, culturais e regionais de toda espécie? Como escolher os governantes pelo voto, se grande parte da população era analfabeta e inculta? Estas foram algumas das questões debatidas por intelectuais, vindos de famílias da elite rural e política ou das camadas médias urbanas, e formadas pelas faculdades de direito e medicina ou pelas escolas de engenharia. Os letrados se mostravam divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu. Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não-brancas e das culturas não-europeias, ao mesmo tempo que buscavam as raízes da identidade brasileira em manifestações compósitas ou mestiças. Observado por viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas europeus e norte-americanos, temido por boa parte das

elites locais, o cruzamento de raças era tomado como pista para explicar a possível inviabilidade do Brasil como nação (Ventura, 2000, p. 331).

A imigração europeia cumpre o papel de fazer o Brasil “branco” e desenvolvido, ao distribuir terras, empregos aos imigrantes europeus, a elite brasileira tinha como meta o embranquecimento da população brasileira, tornando-os assim um país europeu fora da Europa. Para as elites e autoridades brasileiras, os imigrantes europeus resolveriam dois problemas: o problema econômico e racial. Para Ortiz, “a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica, que é o branqueamento da raça” (1986, p. 31).

Ao presumir que esse processo de embranquecimento se desdobraria com uma população de maioria branca e que cumpriria com suas aspirações e que “milagrosamente” os negros sumiriam de alguma maneira, as autoridades governamentais não procuraram desenvolver nenhum plano de ação política ou social que incluísse os negros no processo de desenvolvimento de país, como diria Conceição Evaristo: “Combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer”.¹³⁰

A história do processo de desenvolvimento de nação ganha contornos de uma “comunhão” ainda no Estado Novo, no final dos anos 1930 e com mais força nos 1940 quando se difunde a então chamada “democracia racial”, alicerçada no movimento sobre um *Paraíso das três raças*; o governo acreditava que dessa forma a sociedade compartilharia de um ideal comum, deixando mais uma vez o real problema estrutural da sociedade sem soluções. Diferente do que acontece em 1980, com a constituição cidadã, que tinha objetivos a serem alcançados como, por exemplo, justiça social, combate às desigualdades e políticas públicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira.

Alguns intelectuais que se debruçaram a analisar esse processo de desenvolvimento e compreender as premissas da história do Brasil e qual caminho deveriam seguir, foram chamados pensadores sociais do Brasil, cito: Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala* (1933), Sergio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* (1936), e Caio Prado Júnior, com *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), por serem estes livros considerados clássicos sobre o pensamento social brasileiro.

¹³⁰ Conceição Evaristo é uma escritora mineira, doutora em Literatura Comparada pela UFF, seu livro *Olhos D'Água* que traz o conto *A gente combinamos de não morrer* pode ser descrito como um livro que trata de questões importantes da nossa sociedade, como por exemplo a exclusão social, desigualdades, amores, homossexualidade, violência contra mulher, entre outras questões extremamente importante para a sociedade. Para saber mais procurar em: *Olhos d'água ou A escrita de Conceição Evaristo como possibilidade de um novo olhar para o sujeito feminino negro*, de Elisângela Oliveira Gomes.

Aqui procuro estabelecer uma reflexão sobre a contribuição teórica de Clóvis Moura sobre interpretação de Brasil e a relação do escravizado no processo histórico da formação nacional, incluindo sua singular e importante obra no pensamento social brasileiro, já que para Moura:

As primeiras tentativas de explicação do desenvolvimento da sociedade, vindas de onde vieram: - da intelectualidade que de uma forma ou de outra participava do processo aderida às classes dominantes – tinham de exprimir esta particularidade. A primeira premissa a ser levantada era a de que a sociedade era um todo orgânico, isto é, cada parte tinha a sua função específica dentro do todo e qualquer tentativa de modificação afetaria o conjunto. As partes constitutivas, completamente harmônicas não mais podiam ser modificadas. Desta forma, a burguesia ao tempo em que, através de uma verdadeira subversão de valores tradicionais, criava uma nova estrutura econômica, exigia dos seus ideólogos uma teoria que se apresentasse como ponto final da evolução (MOURA, 1975, p. 25).

O pensamento social brasileiro, no que diz respeito às relações raciais, foi durante muito tempo acomodado no discurso de uma relação paternalista ou de não confronto entre opressores e oprimidos, isso reforçou e amalgamou-se na estrutura social. Apesar da naturalização da violência e de colocá-la como necessária em alguns momentos da construção da nação, a tese de Gilberto Freyre ainda é considerada por alguns estudiosos e parte da população brasileira como aceitável e verdadeira, a exemplo da fala do vice-presidente do Brasil, o General Hamilton Mourão, quando em entrevista falou sobre como o neto era bonito por ser branco. “Meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça”. Esse tipo de discurso diz muito sobre como o Brasil e seus intelectuais lidaram com o processo de embranquecimento, sobre a história da escravidão e todas as suas consequências para a sociedade.¹³¹

A miscigenação racial, analisada por Freyre, proporciona elementos que favorecem o surgimento do mito de certa harmonia das raças, marcada por uma convivência de tolerância e amenidade, assim como por sincretismos de crenças. Segundo esta visão, a plasticidade portuguesa, já vivenciada na metrópole, num contexto de hibridismo cultural teria sido decisiva por formatar uma “índole bondosa e equânime” do povo brasileiro, gerando uma sociedade de tipo paternalista, configurada como que por uma vasta rede de parentesco, cujo aspecto se tornara preponderante na promoção desse “cativeiro brando”, de relações harmoniosas (WANDER, 2007, p. 1).

¹³¹ A entrevista foi dada no ano da eleição de 2018 e pode ser lida em <https://veja.abril.com.br/politica/general-mourao-meu-neto-e-um-cara-bonito-branqueamento-da-raca/>. Acesso em 21/12/2020.

Tanto Freyre como Hamilton Mourão ignoram as consequências desse embranquecimento e os atos que o antecedem, como por exemplo, séculos de abusos físicos e psicológicos da violenta relação entre mulheres escravizadas e seus senhores.

[...] na divisão da sociedade em senhores todo poderosos e em escravos passivos é que serve procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sádicas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana (Freyre, 2004, p. 404).

Ao relativizar esses abusos Freyre ainda aponta uma degeneração da Raça, por atributos e práticas sexuais “erradas” por serem africanos e escravos.

Passa por ser defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual. Mas o que se tem apurado entre os povos negros da África, como entre os primitivos em geral (...) é maior moderação do apetite sexual que entre os europeus. É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço (Freyre, 2004, p. 398).

As teses de Freyre não sofreram contra-argumentação de forma instantânea, como já dito anteriormente, o pensamento de Gilberto Freyre influenciou diversos intelectuais, escritores e a forma como o Estado conduzia sua política. É importante salientar que Freyre é um escritor do seu tempo, embora com análises muitas vezes contraditórias e equivocadas sobre a configuração da formação nacional, sua obra é importante para refletirmos sobre aspectos econômicos e políticos da época na qual ele se propõe a analisar, embora saibamos que no decorrer das pesquisas, nas rupturas historiográficas os cânones podem e devem ser tanto procurados como também contestados à medida que novas informações são adicionadas à realidade social, econômica e política.

Caio Prado Júnior, Sergio Buarque de Holanda e o próprio Clóvis Moura foram alguns dos contestadores da análise de Gilberto Freyre sobre a formação nacional. Com uma metodologia diferente, Caio Prado utiliza-se de uma análise mais comprometida com o contexto histórico, político, cultural e social, norteando sua tese por um viés materialista, ele define as características da colonização e seus efeitos práticos para a sociedade. Diferentemente de Freyre, ele articula para além de uma análise de costume ou do estigma de escravo, ele reflete, sobretudo, sobre a relação da colonização e da dependência econômica para o não progresso da sociedade.

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes

secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 19).

Apesar dessas diferenças em relação a análise de Freyre, o autor em questão também dialogou com a tese das “três raças”. Para Caio Prado Júnior, a mestiçagem teria sido positiva para o índio e o negro já que para ele raças de níveis culturais inferiores quando colocadas frente à presença de outras superiores, tendem a desaparecer.

A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais apartados: a inferior e denominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fatalmente condenado à extinção. O caso negro é para o historiador mais simples. Uniformizado pela escravidão sem restrições que desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário da do índio nunca se contestou, ele entra nessa qualidade e só nela para a formação da população brasileira. Não surgiram problemas nas suas relações com os colonos brancos: nos dois séculos e meio que decorreram da introdução dos primeiros africanos até o momento que ora nos ocupa, a sua situação foi sempre a mesma. A contribuição que traz é considerável, e certamente superior à do índio. Não só pelo estoque inicial, que em princípios do século XIX, já antes das grandes importações deste século, não teria sido menos de 5 a 6 milhões de indivíduos introduzidos, mas por outros fatores que asseguram a perpetuação do seu sangue em proporção mais elevada: a resistência maior que ofereceu na presença dos brancos e o contato mais íntimo que teve com ele, donde a multiplicação dos cruzamentos (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 101).

Essa é uma das contradições da obra de Caio Prado Junior, no que concerne às análises sobre relações raciais. Entretanto, a metodologia adotada abre um caminho importante nos estudos sobre classe e os diversos grupos que compõem a sociedade. O viés materialista adotado por Prado Junior concentra-se em compreender as diversas relações, não apenas a um nível individual, permitindo entender melhor os conflitos, contradições entre as relações senhor e escravizado.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), empreende sua crítica ao passado colonial brasileiro ao analisar a sociedade brasileira; Holanda contextualiza o processo de colonização nas Américas e como a experiência de introduzir a cultura europeia dá vestígios do porquê “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

Apesar de divergir de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, quando discorda da continuidade do passado colonial, para que a modernização social e política pudesse acontecer, *Raízes do Brasil* compartilha de uma visão passiva dos processos revolucionários, quando enfatiza a afetividade, irracionalidade e "uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras". Assim, Sérgio Buarque ignora todo o processo de luta dos escravizados, deixando uma enorme lacuna no que concerne aos processos revolucionários que antecederam a abolição, como a Cabanagem, a Balaiada ou a Inconfidência baiana. Os quilombos demonstram a importância da estratégia, organização e cooperação do povo negro, a precisão e o conhecimento de líderes como Zumbi, que constituiu exércitos e abrigos que perduraram por anos.

Dos movimentos dos cativos contra a escravidão, Palmares é, por circunstâncias especiais, o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou; o que ocupou – e ocupou de fato – maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado. De 1630 a 1695 os escravos palmarinos farão convergir sobre seu reduto as atividades, os esforços e as diligências dos governantes da Colônia. Da história do que foi sua existência – 65 anos em constantes e sangrentas lutas – até o folclore nos dá notícias. E dos fatos passou à lenda (MOURA, 1988, p. 184).

Apesar da congruência nacionalista nas análises entre o passado e futuro dos intelectuais citados, ambos oferecem uma leitura singular da escravidão e sua consequência para o progresso da nação. Aqui entendo que cada autor e sua produção é submetido à leitura e visão da sua época e que, apesar de serem obras consagradas, estão sujeitas a críticas e conceitos desenvolvidos posteriormente aos seus lançamentos.

Os “eventos” do progresso, da revolução e da análise do processo histórico do Brasil assumem importantes significados para aqueles que o fazem, assim como uma elite intelectual pode direcionar a sociedade dentro e fora da academia a pensar e entender o funcionamento da mesma e, assim, excluindo indivíduos que construíram a nação, é importante dar voz a epistemologias que entendem a importância de contar a história do povo escravizado, diminuindo e preenchendo lacunas da história do Brasil.

A interpretação nacional que Clóvis Moura traz em *Rebeliões da Senzala* nos permite compreender questões que afligem a nossa contemporaneidade, os conflitos de classe, desigualdade social e racial, e isso foi possível, sobretudo quando insere a população negra no processo da formação nacional, o conflito entre escravizado *versus* senhor e o modo capitalista brasileiro, não se restringindo a uma análise estrutural, mas conectando as ações políticas, culturais e econômicas da formação nacional.

Nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, científica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procurando restaurar a verdade histórica, desfigurada por inúmeros estudiosos. Algumas vezes deliberadamente desfigurada. (MOURA, 1988, p. 14).

Ao contrário do que inúmeros cientistas sociais reproduziam sobre a *deficiência da cor e degeneração*¹³², era o escravizado que movia toda a estrutura econômica do Brasil. “O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho” (MOURA, 1988).

Os homens empenhados a conquistar riqueza no modo de produção escravista, não trabalhavam, compravam escravos. Dessa forma, poderia condensar em um pequeno grupo de escravizados uma enorme quantidade de trabalho para que assim sua pequena fortuna aparecesse. As enormes fazendas que exploravam incontáveis escravizados é um exemplo desse sistema econômico, era em *Costas Negras* que os senhores ficavam ricos. Apesar de uma nova configuração e com uma nova roupagem, o sistema capitalista explora e oprime homens e mulheres pobres em sua maioria negros, perpetuando uma herança colonial. Moura discorda firmemente dessa relação “cheia” de paternalismo construída por alguns intelectuais.

As relações escravistas também produziam movimentos de relação que se vinculavam a dinâmica de uma sociedade de capilaridade social quase inexistente, como costumavam ser as sociedades de castas. Os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o status do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até a formação de quilombos, às guerrilhas, às insurreições citadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época (MOURA, 1988, p. 14).

De fato, as contradições entre senhores e escravizados caracterizavam o processo social e da formação da sociedade na época, o colono enquanto dono de terras e “mercadoria escrava”, e o escravizado como condicionante da estruturação econômica da colônia.

O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho. Gandavo tinha razão quando dizia que os moradores das Capitâneas “a primeira

¹³² Descrição da autora do trabalho.

coisa que pretendem adquirir, são os escravos para nelas azerem suas fazendas e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família porque um lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens nem despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas esposas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiveram duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não têm menos desta quantia, e daí para cima. (MOURA, 1981, p. 14).¹³³

Modificava-se completamente a ideia de que o escravizado, forro ou livre contribui para uma estagnação econômica ou impedimento de progresso, ideia essa consolidada em uma ideologia racista, que perpassava todo o tecido social seja no império ou na república, depois da abolição.

Portanto, o escravizado na formação da sociedade brasileira foi o condutor mesmo que inconsciente de um crescimento econômico, “foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos trópicos uma economia latifundiária e colonial”. (MOURA, 1981, p. 16).

O escravizado, ainda que alienado ao processo no qual estava inserido, o deixando como “peru no círculo do carvão”, contribuiu de forma dinamizante no processo histórico-social. Mesmo em uma posição que o coloca como “entrave ao desenvolvimento das forças produtivas”, impossibilitado de alcançar uma mobilidade social, produziu e modificou as bases da economia brasileira.

Apesar de não configurar por todo o tempo de regime escravista brasileiro, os indígenas também sofreram com o processo de exploração e acumulação europeu, aqui no Brasil foram os Portugueses os primeiros responsáveis pela destruição da estrutura e dos costumes indígenas.

Foi assim, cortado o processo de desenvolvimento tribal dos grupos indígenas que nos habitavam, com o aparecimento dos primeiros colonos, e solapada em suas raízes a estrutura econômica em que os índios baseavam suas instituições, seus costumes, finalmente a sua cultura, no sentido sociológico da palavra. A nação colonizadora, no caso específico de Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumento de que dispunham (MOURA, 1981, p. 23).

Embora o primeiro contato com os indígenas tenha sido em forma de trocas, trocas essas nada favoráveis aos indígenas, pois, lhe tiravam o “ouro”, num sentido figurado, e

¹³³ Clóvis Moura refere-se a Pedro de Magalhães Gandavo e o trabalho *História da Província de Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*, S. Paulo, 1964.

recebiam uma cópia barata de bijuterias e artefatos sem valor algum. O processo do “ciclo de intercâmbio” foi o início da degradação cultural e social dos indígenas, os colonos usurpavam seus produtos naturais, explorando o pau-brasil e cada vez mais utilizavam-se do poderio bélico e da moral cristã para cercear sua dignidade e suas terras.

Contribuíram ainda os homens da S.J, para o abastardamento cultural do índio, destruindo os seus padrões de valores. Esses padrões eram fruto de experiências adquirida através de longo processo de adaptação ao meio, processo que criava a cosmovisão empírica necessária para que eles solucionassem os problemas surgidos na comunidade. Os jesuítas substituíram esses padrões por outros, aquilatados e impostos segundo estereótipos e julgamentos morais que eram inteiramente estranhos aos indígenas. Essa defasagem levou a que a população indígena se fosse marginalizando progressivamente do processo produtivo (MOURA, 1981, p. 24).

Depois de quase dizimados por doenças, guerras e a escravidão, os indígenas com um falso argumento dos colonos e traficantes de escravos de que eram inaptos ao trabalho por sua condição social e cultural, e uma forte pressão da igreja que catequizou e difundiu a ideia de que o indígena teria alma e por isso não deveria ser escravizado, a escravidão indígena é preterida pela africana.

Para Moura, o motivo disso era a rentabilidade do tráfico africano, o maior motivo disso era o princípio do capitalismo, o lucro. A mudança de tráfico como atividade de pirataria para o mercantil, seria a circunstância fundamental dessa transformação.

Tal transformação exigiu e determinou que o pregador de índios fosse esmagado pelo traficante que vinha com todo um equipamento de domínio econômico pacientemente estruturado e penetrava nas cartilagens da economia da época com uma série de atividades correlatas altamente compensadoras. O tráfico de escravos, como Sombart já demonstrou, contribuiu enormemente para a acumulação capitalista. No momento, o que convém destacar é que essas causas internas foram superadas por uma bem mais importante: os traficantes estavam economicamente em condições de dominar o mercado escravo brasileiro. Aqui fincou pé o comércio negreiro amparado por toda uma literatura protetora dos índios; por toda uma campanha humanitarista de defesa das populações indígenas. Essa campanha surgia exatamente como corolário ideológico dessa mudança de situação que já era previsível não em decorrência das apóstrofes do Padre Bartholomeu de Las Casas, mas porque a organização superior dos traficantes não podia permitir que se vendesse mercadoria muito mais barata – o índio – nas áreas sob seu domínio (MOURA, 1981, p. 28).

Naquele momento a política e a economia das metrópoles eram sustentadas, sobretudo pelas companhias navegadoras e empresas de traficantes de escravos, junto às grandes plantações das colônias. Com lucros exorbitantes e alçados a um prestígio social, tanto ingleses quanto portugueses tinham acesso ao governo, fazendo com que qualquer tentativa de minimizar o tráfico negreiro fosse efetivamente cancelada.

Os traficantes daqui ou da costa africana foram sempre homens ricos e poderosos, capazes de improvisar novos meios de burlar a vigilância inglesa e de inventar recursos legais como esse da compra de navios americanos, ou ilegais, à que o tráfico foi um dos maiores negócios do Brasil, durante os primeiros cinquenta anos do século dezenove (RODRIGUES apud MOURA, 1981, p. 29).

Os milhões de africanos trazidos pelos navios negreiros foram responsáveis por aumentar a economia e findar quase que totalmente o trabalho livre que existira. Desta forma, a economia brasileira estabelecerá suas bases sob a agricultura monocultora, onde o escravizado produzirá para os senhores nas terras e engenho, tudo isso sob a tutela do monopólio político e comercial da Metrópole.

Embora os países colonizadores tivessem em comum a escravidão como uma potência de lucro, as brigas entre eles determinavam qual e como as terras conquistadas deveriam ser exploradas.

Essas nações dominavam os nativos das áreas geográficas recém descobertas, exterminando-os sem dó ou piedade, arrancando-lhe as riquezas, explorando-lhes o trabalho quando se deixavam dominar ou retirando parte da sua própria população para ser vendida como mercadoria mundial, como escrava. (MOURA, 1981, p. 33).

Um momento controverso e altamente explicado pela alma do capitalismo, é a questão da Inglaterra quando, depois de deter o monopólio do tráfico negreiro, de séculos obtendo lucros, financiando genocídio em diversos lugares do continente africano, América Latina, América Central, Antilhas etc., ao consolidar sua economia por meio da escravidão e estabilizar o capitalismo industrial, a economia inglesa esbarrava nessa forma de economia.

A África não era apenas uma região onde se preava o negro. Era para a "altiva Albion" um mercado em potencial para as suas manufaturas. Lança-se, então, a Inglaterra — depois de ter sido a campeã do tráfico durante anos — na campanha por todos conhecida de extinguir o tráfico negreiro e a escravidão. (MOURA, 1981, p. 36).

Apesar de contraditória, a campanha da Inglaterra em findar a escravidão era puramente econômica; a necessidade de desenvolver suas indústrias e expandir seu comércio eram o verdadeiro motivo pelo qual o governo e inglês queria acabar com o regime escravocrata.¹³⁴ Aqui no Brasil, abolicionistas como Luiz Gama e Joaquim

¹³⁴ Apesar de querer extinguir a escravidão no Brasil, a Inglaterra ao mesmo tempo apoiou os Confederados na Guerra Civil nos Estados Unidos. Isso se deu, sobretudo, por que a Inglaterra necessitava do algodão que era produzido pelo Sul dos Estados Unidos para sua indústria têxtil.

Nabuco forma gigantes na luta contra a escravidão, embora, diferentes na forma de pensar e agir, o propósito maior era o mesmo.

Embora não querendo diminuir o papel de Joaquim Nabuco - certamente uma das figuras mais ativas e respeitáveis do movimento - desejamos dizer, no entanto, que enquanto ele tomava posição tímida e de uma prudência que hoje a História não justifica, combatendo a “vingança bárbara e selvagem” dos escravos, Luís Gama tomava posição diametralmente oposta. Dizia, em pleno tribunal que o acusava de acoitar negros fugidos, que o escravo ofendido no seu direito, que assassinava o seu senhor, praticava um ato de legítima defesa. (MOURA, 1981, p, 43).

É importante salientar os movimentos realizados pelos abolicionistas no contexto do fim da escravidão, porém, não haveria abolição se não houvesse tanta luta por parte dos escravizados, o desgaste provocado pelas inúmeras insurreições, confrontos direto e indireto com os senhores e as demais formas de resistência do povo preto escravizado ou não, foi de fato o que definiu o processo de abolição.

A altivez e a dinâmica estabelecida pelos quilombos foram cruciais para a movimentação do sistema escravista, a maneira pela qual os escravizados participaram dinamicamente e o protagonismo adotados pelos mesmos são indubitavelmente importantes na essência do fim da escravidão. É necessário que passemos essa história para além da página 1 dos livros de história, é primordial que contemos o que a historiografia por muito tempo foi impossibilitada (ou não teve vontade) de fazer.

Para Moura (1981), algumas causas determinaram o fim da escravidão no Brasil, são elas:

Causas Internas

- 1- Lutas dos próprios escravos;
- 2- Abolição do tráfico de escravos africanos com a Lei Eusébio de Queirós;
- 3- Queda da produção e crise estrutural da área açucareira nordestina e consequente decadência do trabalho escravo;
- 4- Aparecimento das primeiras indústrias de transformação que exigiam mão-de-obra livre;
- 5- Mínima rentabilidade do trabalho escravo em comparação com o livre;
- 6- Surto do café, cuja unidade produtora – a fazenda – não se adaptava ao trabalho escravo e se desenvolvida com uma dinâmica interna capaz de absorver a mão-de-obra livre, inclusive a importância;
- 7- Chegada de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas;

- 8- Campanha abolicionista com a participação da intelectualidade e da classe média.

Causas Externas

- 1- Pressão política e militar da Inglaterra;
- 2- Formação de um mercado produtor de açúcar em outras áreas, especialmente as Antilhas;
- 3- Aparecimento de um sucedâneo do açúcar da cana e sua aceitação no mercado europeu;
- 4- Política migratória ofensiva dos países europeus em face dos seus excedentes populacionais;
- 5- Interesse das nações capitalistas, especialmente a Inglaterra de criarem um mercado consumidor interno africano, fato que motivou, anteriormente, a extinção do tráfico de escravos no Brasil;
- 6- Necessidade por parte dos manufatureiros ingleses de ampliar o mercado consumidor brasileiro.

É importante salientar que Clóvis Moura divide o escravismo entre Pleno e Tardio, no qual o escravismo pleno se estende entre 1550 e 1850 e o escravismo tardio entre 1851 e 1888. Para ele, mesmo não observando mudanças estruturais na relação de produção escravista, no fim do primeiro ciclo aconteceram diversas modificações regionais e tendenciais. Moura destaca que os rasgos fundamentais que caracterizam o escravismo pleno são:

1) Monopólio comercial da Metrópole (até 1808); 2) Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante e que somente era suficiente em face do baixíssimo nível do poder aquisitivo (poder de compra) dos consumidores; 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole; 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente; 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade; 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação; e 7) Os escravos lutavam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão. (MOURA, 1994, p. 50).

Todas as consequências adotadas pelo sistema escravista desejavam não só a eficiência da produção para o mercado externo via trabalho escravo, mas o

controle das constantes revoltas, que desgastavam paulatinamente o sistema, colocando o “desequilíbrio social” e a diminuição do nível de produção.

Já no processo do escravismo tardio, Clóvis Moura destaca que o que vai caracterizar esse período é

- 1- Relações de produção escravistas diversificadas regionalmente de forma acentuada, localizadas na parte que dinamiza uma economia nova, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentrará de forma preponderante a população escrava.
- 2- Parcelas de trabalhadores livres predominando em algumas regiões, quer nas áreas decadentes, quer naquelas que decolaram com o café. Concomitância de relações capitalistas (de um capitalismo já subordinado ao capital monopolista) e permanência de relações escravistas (Mina de Morro Velho).
- 3- Subordinação, no nível de produção industrial, comunicações, transportes (estradas de ferro), portos, iluminação a gás, telefone etc. ao capital inglês; no nível de relações comerciais, subordinação ao mercado mundial e sua realização, internamente, em grande parte, por casas comerciais estrangeiras, o mesmo acontecendo no setor bancário e de exportações.
- 4- Urbanização e modernização sem mudança nas relações de produção fundamentais.
- 5- Tráfico de escravos interprovincial substituindo o internacional. Aumento do seu preço em consequência.
- 6- Trabalhador livre importado desequilibrando a oferta de força de trabalho e desqualificando o nacional.
- 7- Empresas de trabalho escravo.
- 8- Empresas de trabalho livre como a colônia de Blumenau.
- 9- Empresas de trabalho livre e escravo como no sistema de parceria de Ibicaba em São Paulo e outras fazendas.
- 10- Influência progressiva do capital monopolista (estrangeiro) nesse processo.
- 11- Legislação protetora, substituindo a repressora da primeira fase.
- 12- Luta dos escravos em aliança com outros segmentos sociais.
- 13- A resistência passiva substituiu a insurgência ativa e radical da primeira fase. (MOURA, 1994, p. 82).

Dessa forma, ao caracterizar o Escravismo Pleno e Tardio, Clóvis Moura destaca a importância da insurgência negra, a luta ativa e radical para o desgaste do sistema escravista. Portanto, ele demonstra a importância e a relevância desse período para a construção, modificação e formação da identidade nacional e de como essas questões devem ser inseridas ao tratar do processo histórico brasileiro.

Do ponto de vista militar temos de ver que — na maioria das vezes — a luta dos escravos no Brasil não foi um simples espocar inconsequente de uma malta descontrolada de desordeiros que investia contra tudo e todos a fim de satisfazer instintos baixos ou intenções inconfessáveis. Tinham esses escravos um objetivo, que era precisamente derrotar militarmente seus senhores; para isso estabeleciam planos de ataques, muitas vezes demonstrativos de alguma perícia, e que somente por fatores que os escravos não controlavam deixaram de surtir efeitos mais sérios. De fato: alguns dos povos africanos que vieram para o Brasil — principalmente Bahia — eram grandes guerreiros na África e para aqui trouxeram sua experiência militar, aplicando-a em função da libertação dos seus irmãos de infortúnio. Isso talvez explique por que os nagôs e aussás foram líderes incontestáveis das lutas dos escravos na Capital baiana: eram povos já experimentados militarmente no Continente Negro,

principalmente os últimos. Até em Palmares, movimento onde predominou o elemento banto, encontramos um mouro de capacidade militar superior aos demais, construindo o sistema de defesa palmarino e industriando os escravos na arte da guerra (MOURA, 1981, p. 241).

Ao apresentar o escravizado como sujeito ativo na formação do Brasil, Moura em *Rebeliões da Senzala* assume um papel importante na historiografia nacional, ele demonstra o dinamismo da sociedade para além de configurações simplistas de paternalismo e conformismo atribuído aos escravizados por tanto tempo.

A luta pela liberdade é o que impulsiona as revoluções; o inconformismo com as desigualdades e a exploração são marcadores que determinam as articulações de resistência de um grupo ou indivíduo que procura rebelar-se para uma mudança significativa de sistemas de opressões e exclusão social.

Seja de forma passiva ou ativa, como caracteriza Moura ao denominar as formas de resistências dos escravizados.

- a) Formas passivas: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades.
- b) Formas ativas: 1) as revoltas citadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras e 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores ou feitores (MOURA, 1981, p. 251).

As ações políticas construídas pelos escravizados determinaram de forma significativa a configuração social da época e os rumos para o processo de abolição; a interpretação de Clóvis Moura para a construção de uma identidade nacional, passa, sobretudo por esses episódios de resistência e o protagonismo da população negra nesses eventos.

As características da sociedade contemporânea podem ser entendidas através da nossa interpretação do passado escravista, o combate às desigualdades sociais e ao racismo, que procuramos enfrentar diariamente, têm na obra mouriana um suporte teórico, que nos ajuda a compreender as dinâmicas desse processo ao realizar uma profunda análise sobre a formação brasileira, demonstrando as raízes dos problemas que enfrentamos como sociedade.

3.2 Quilombagem como mudança do processo histórico

Se o quilombo foi um módulo de resistência radical ao escravismo. A quilombagem — o continuum dos quilombos através da história social da

escravidão — foi um processo de desgaste permanente do sistema. [...] A quilombagem deve, por isto, ser vista como um processo permanente e radical entre aquelas forças que impulsionaram o dinamismo social na direção da negação do trabalho escravo (MOURA, 2001, p. 110).

O quilombo era um lugar físico que abrigava os escravos fugidos e desempenhava um papel importante no processo da busca pela liberdade; a partir do quilombo o processo de articulação pelo fim do trabalho escravo traçou projetos e objetivos estratégicos para uma mudança social. Ao realizarmos essa análise de toda a existência e sua integralidade no processo histórico, percebe-se que a quilombagem foi o motor que articulou a força de desgaste da relação senhor/escravo.

A quilombagem antecede o movimento abolicionista liberal e tem caráter radical, não há mediação com a classe senhorial; o posicionamento rebelde, violento, seja individual ou coletivo, tinha o quilombo como centro organizacional dessa resistência “quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica”.

Portanto, para Moura (1989) a quilombagem era uma constelação de movimentos de protestos escravos, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia.

A ação do bandoleirismo que se caracteriza por escravos fugidos em grupos ou de formas individuais, que atacavam povoados e estradas, também deve ser incluído no processo de quilombagem.

O fenômeno da quilombagem, achamos nós, tem como epicentro o quilombo, mas nele podem ser englobadas todas as manifestações de resistência da parte do escravo. [...] Por esses motivos é um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas. (MOURA, 1989, p. 25).

Quando os indivíduos perseguidos pelo sistema colonial, embora por motivos diferentes, se unem, é no quilombo e nas diversas manifestações da quilombagem que eles se sentem socialmente aceitos. A quilombagem não é um processo único ou regional, o movimento se articulou por todo o território nacional desde o início da escravidão e se estendeu por todos os séculos do trabalho escravo “desarticulando-o constantemente, e assume, muitas vezes, aspecto ameaçador para a classe senhorial, como no caso da República de Palmares”, afirma Moura (1989, p. 25).

Como vemos, a quilombagem aliava-se aos elementos marginalizados e criminalizados pelo regime escravista. Isto aconteceu não apenas em São Paulo, mas em todas as áreas de protesto escravo. O quilombola nunca foi um isolado, mas um elemento que se compunha e se articulava socialmente com os demais grupos ou segmentos oprimidos. (MOURA, 2001, p. 277).

Os quilombos espalhados pelo Brasil, embora com algumas características singulares, compartilhavam do mesmo objetivo, isso refere-se sobretudo, como a quilombagem se manifestava na organização. Clóvis Moura lista alguns dos quilombos mais importantes do território brasileiro, não cabe nesse momento realizar um resgate histórico de todos os quilombos que existiram na história, mas demonstrar os remanescentes na atual literatura.¹³⁵

Tabela 3: Nome de alguns Quilombos

Paraíba	Pernambuco	Bahia	Maranhão	São Paulo
Quilombo do Cumbe	Quilombo do Ibura	Rio Vermelho	Lagoa Amarela	Campos de Araraquara
Serra de Capuaba	Nazareth	Urubu	Turiaçu	Quilombo do Tietê
Gramame	Catucá	Jacuípe	Maracaçume	Quilombo de Santos
Livramento	Pau Picado	Jaguaribe	São Benedito do Céu	Corumatel
	Buenos Aires	Maragogipe	Jaraquariquera	

Fonte: MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1989.

Essa pequena listagem bem demonstra como a quilombagem era um fenômeno nacional. Convém salientar que ela não representa, nem pela quantidade nem pela extensão geográfica, a sua importância social. Os quilombos eram focos de concentração demográfica e, ao mesmo tempo, fator de mobilidade social horizontal permanente. (MOURA, 1989, p. 31).

Tabela 4: Alguns Quilombos remanescentes.

Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Maranhão	São Paulo
Caiana dos Crioulos	Trigueiros	Serra da Barriga	Bom Sucesso dos Negros	Ivaporundura
Engenho Novo Mundo	Chã dos Negros	Quilombo	Pique e Santa Maria dos Pretos	Maria Rosa
Engenho Bonfim	Timbó	Cajá dos Negros	Rio dos Peixes	Fazenda Caixa
Guruji	Guaribas	Palmeira dos Negros	Santa Maria	Pilões
Ipiranga	Guaribas	Mameluco	Centro dos Violas	Cafundó

Fonte: <http://www.palmares.gov.br/>.

¹³⁵ A proposta é compartilhar informação sobre lugares de resistência do povo negro no Brasil, alguns não existem mais e outros sofrem ameaças constantes da elite imobiliária. Dessa forma, a ideia é tornar visível esses lugares para que a população se junte às esferas públicas para uma melhor preservação do território físico e histórico. É importante salientar que a Fundação Palmares, que junto ao IPHAN é responsável por certificar as comunidades e territórios quilombolas, vem nos últimos dois anos, desde a posse do seu atual presidente Sérgio Camargo, dificultando ou menosprezando os direitos das e dos quilombolas, além de realizar um trabalho de negar a história da escravidão e colaborar com a narrativa de que o racismo é “mi mi mi” dificultando o trabalho de décadas do movimento negro e social.

Ressalto que os quilombos ou mocambos surgiam onde quer que o trabalho escravo existisse, seja lutando, resistindo e desgastando as forças militares “quer pela sua ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constituía, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial”. (MOURA, 1993, p. 14).

Os quilombos dinamizaram o processo social do Brasil se manifestando em todo território nacional, Moura indaga sobre até que ponto esse protesto seria uma possibilidade de um projeto para uma nova ordenação social. Acredito que naquele momento a nova ordenação social seria o fim do trabalho escravo, que teve fim em 1888. Dessa forma, entendo que a nova ordenação social foi provocada pelo intenso desgaste do sistema escravista, mudança significativa na sua estrutura e o aquilombamento capaz de estruturar toda essa dinâmica.

Ferrado como animal, torturado até a morte, combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativa de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação [...] os quilombos tinham, por isso, de organizar um sistema de defesa permanente. Para tal, como se constatou no quilombo de Ambrósio, em Minas Gerais, e na República de Palmares, os negros tiveram de entrar em contato com outros segmentos oprimidos nas regiões que atuavam. Precisavam de armas, pólvora, facas e outros objetos. (MOURA, 1987, p. 24).

Não foi apenas em Palmares ou no quilombo de Ambrósio, em Minas Gerais que a quilombagem se espalhou e foi indiscutivelmente importante para o sucesso do fortalecimento do quilombo ao se unir a outros oprimidos, como por exemplo, a resistência indígena.

Na Paraíba, escravizados fugitivos e índios se rebelavam contra os senhores locais, no que hoje identificamos como Santa Rita, que foi palco para uma série de ataques, dentre eles roubos de ferramentas, comidas etc., que incomodavam e assustavam os fazendeiros locais.

Os fazendeiros continuarão pedindo providências contra os “roubos que experimentavam os moradores do Sertão do Cariri, Tapuá e Taipu do mocambo Cumbi”. A carta régia que comunica o fato diz ainda que naquele mocambo se encontravam índios evadidos, avaliando em cerca de setenta o número de indignas e negros reunidos. (MOURA, 1987, p. 19).

Essas pequenas rebeliões, que contavam com índios evadidos, escravizados fugitivos e banditismo quilombola não se restringiram a um ou poucos estados brasileiros; essa união e forma de organização contra fazendeiros locais se estendeu por todo o

território nacional que tivesse atividade escravista. No decorrer do século XVIII a insatisfação com a estrutura social reuniu uma parte da população que contava com outros segmentos e grupos sociais além dos que já estavam inseridos na luta contra o sistema colonial e o regime escravista.

Se isso acontecia na Paraíba, mais significativa era a atuação dos quilombolas em Minas Gerais, onde o contingente de escravos negros era muito maior. Havia em Minas Gerais uma cisão profunda entre as duas classes fundamentais da sociedade, senhores e escravos. Outros segmentos e grupos sociais, como contratadores, faiscadores, contrabandistas, artesãos, pequenos comerciantes e agricultores, negros forros, militares de baixa patente, clérigos sem paróquia, manifestavam, em maior ou menor grau, também a sua insatisfação diante da estrutura da sociedade. Criou-se, assim, um patamar de inquietação social, proporcionando a formação de movimentos ou intenções de mudança, que se manifestarão desde o século XVIII em sucessivas revoltas. (MOURA, 1987, p. 21).

A relação dos escravizados com os contrabandistas, pequenos proprietários locais, mascates e regatões foi necessária, sobretudo para a permanência do quilombo e conseguinte à própria sobrevivência, já que as inúmeras revoltas e fugas aumentavam a força repressiva do Estado. Os quilombos precisavam de um sistema de organização muito próximo do que aconteceu em Palmares, para que fosse possível conseguir armas, pólvora e demais objetos que agregassem na defesa e na luta dos mesmos.

Essa ligação geral do escravo quilombado com outros grupos sociais oprimidos não se dá por acaso. O escravo quer em Minas, quer nas outras áreas, tinha necessidade de assim proceder para poder sobreviver. O escravo mineiro, por exemplo, ligava-se com muita frequência ao faiscador e ao contrabandista de diamantes e ouro, com eles mantendo um comércio clandestino, que era severamente combatido. Em face dessa concordância de interesses, os contrabandistas prestavam serviços aos quilombolas, informando-os das medidas tomadas pelo aparelho repressivo. (MOURA, 1987, p. 25).

O intercâmbio desenvolvido foi importante, sobretudo para o aumento do poderio militar dos quilombos, ainda que internamente produzissem armas com a matéria prima que tinham à disposição, como flechas, lanças, arcos e demais objetos. Porém, não só de armas sobrevivia um quilombo, era necessário manter a alimentação da população quilombola e por isso eles realizam uma série de atividades para suprir a necessidade da população.

Eram desenvolvidas atividades artesanais, de metalurgia e tecelagem, “organizavam-se internamente para conseguir, em caso de isolamento ou de guerra, manter-se sem grandes crises internas de produção” (MOURA, 1989). Contribuíam também com a economia e sobrevivência dos quilombos os homens livres, e escravizados

se passando por homens livres, nos trabalhos da cidade, como ajuda na economia e na alimentação dos mesmos.

Mesmo em menor concentração ou geograficamente difícil de ser realizada, a quilombagem tem uma continuidade histórica, à exemplo de Santa Catarina com o agrupamento de negros rebeldes e as constantes fugas, como afirma Walter Piazza (1975) no livro *O escravo numa economia minifundiária*.

Os quilombolas e os bandoleiros lutavam constantemente contra a força de repressão do Estado, os castigos físicos e psicológicos não podem ser mensurados nos relatos, mas indicam o tanto de sofrimento que eles passaram para que fosse possível pensar em uma nova configuração de vida.

Muitos desses relatos podem ser acompanhados pelas próprias denúncias de senhores quando havia fuga de escravos. Moura destaca duas notícias sobre dois fugitivos:

No Monitor de 5 de julho de 1846 [...] fugiram dous [sic] escravos a Caetano Dias da Silva, da vila de Itapemirim, os quais estavam na fazenda do Limão, um chama-se Manuel Paulo e tem ambas as pás, ou ombros, pelas costas, a seguinte marca CDS entrelaçados; o outro de nome Luciano, tem a mesma marca nas duas apás [sic] e em ambos os peitos; dá-s 23\$ de alviceras a quem os pegar. (MOURA, 1987, p. 23).

Nesse relato de fuga conseguimos identificar os abusos praticados pelos senhores, castigos que incluíam marcas de chicote nas costas e ombros, além de ter seus corpos marcados com as iniciais do “dono”, como CDS sigla para Caetano Dias da Silva.

Como disse Grada Kilomba (2019): “O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada, uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra”. Esses episódios de tortura física e psicológica permearam não só o período escravista, mesmo após a abolição, e nos dias atuais, ainda há uma violência simbólica, institucionalizada e por muitas vezes explícita para com as pessoas negras. Essa violência marcada por um racismo estrutural, institucional e cotidiano é marcada também pela forma como o Estado procurou se desenvolver sem levar em consideração a história do povo negro no Brasil, as políticas de branqueamento, privação de direito jurídico; o não pagamento da dívida histórica que esse país tem com a população negra é uma das ferramentas que impossibilita a paridade social e racial.

Moura (1987) destaca que o intercâmbio que possibilitou o ganho militar dos quilombos, principalmente a República de Palmares foi também proporcionado pela

atividade mercantil e inovação bélica desenvolvida pelas unidades populacionais e produtivas, que permitiu sua longa duração.

Esse intercâmbio não se deu apenas no território brasileiro, se por um lado havia união entre os quilombos brasileiros, que desgastou permanentemente o estado escravista, a articulação internacional da quilombagem proporcionou aos senhores e aos repressores do Estado o que podemos chamar de efeito cascata, o medo dos acontecimentos em São Domingos, onde os escravos haitianos expulsaram e mataram a população branca e resultaram na independência do Haiti, repercutiram em todos os países e regiões em que havia escravidão.

O temor de que o rastilho da revolta se propagasse por outros países ou colônias colocou em pânico as autoridades das metrópoles que ainda mantinham a escravidão em suas colônias. “As cenas de São Domingos”, como se referiam ao fato, determinaram uma série de medidas acauteladoras por parte dessas autoridades. A correspondência sobre o assunto é abundante. E no Brasil, em particular, o medo se desenvolveu à medida que avançavam as lutas dos escravos aqui (MOURA, 1987, p. 68).

Aqui no Brasil as notícias de São Domingos repercutiram não só ao Estado escravista, mas a parte mais interessada, os escravizados. Em Recife no ano de 1817, o então comodoro inglês Bowles se mostrava preocupado com o que poderia acontecer, já que a quantidade de escravizados em território nacional era muito superior ao Haiti. Esses temores, como afirma Moura (1987) faziam total sentido, já que em 1824 houve uma revolta dos escravos de engenho, e seu líder Emiliano Mandurucu manifestou o conhecimento e inspiração no movimento haitiano.

Qual eu imito a Cristovam,
esse imortal haitiano.
Eia! Imitai a seu povo,
Oh, meu povo soberano.
(Mandurucu)¹³⁶

Líderes das revoltas tomados de conhecimento sobre a experiência da revolução haitiana faziam questão de usá-la como inspiração para si e para os companheiros de luta. Isso fazia com que os responsáveis por conter as rebeliões e levantes se propusessem a realizar um esforço ainda maior para findar as investidas dos escravizados e homens livres que participassem das mesmas, já que por visualizarem uma possível mudança na

¹³⁶ Emiliano Munducuru ao entoar que imita a Cristovão, estava se referindo ao rei Cristovão do Haiti que lutou pela independência do Haiti das forças colonizadoras da França.

estrutura do funcionamento social e do lugar que ocupava, o homem negro via nessa possibilidade uma esperança de tornar-se livre.

Não foram todos os negros, nem todos os Mulatos os que tomaram o partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém dos homens destas cores, aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, a abraçaram de um modo excessivo, e insultante, e fizeram lembrar as cenas de São Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos, mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores, ou senhoras, e se prometiam com todo despojo de uma senhora como acontecimento infalível. (Freyre 1937, p. 243, apud Moura, 1987, p. 69).

Com uma população de escravizados que inevitavelmente falaria sobre o haitianismo, as revoltas só tendiam a aumentar; principalmente onde havia uma maior concentração de escravizados africanos como na Bahia, Pernambuco, Sergipe e Maranhão, o exemplo dos guerreiros haitianos percorreu não apenas o Rio de Janeiro, onde alguns negros desfilavam com os medalhões pendurados sobre o peito com o rosto de Jacques Dessalines, o líder que oficializou a independência do Haiti (SOARES; GOMES, 2008).

Portanto, podemos perceber que houve uma conexão entre os revolucionários do Haiti com os escravizados, livres e forros do Brasil, na literatura sobre o assunto pode ser identificada a tensão que os senhores e o Estado tinham em relação ao fantasma do haitianismo; mesmo com as diferenças política e social de Brasil e Haiti, a revolução de São Domingos pairava pelo ar como exemplo a ser seguido e a ser combatido.

Deve-se demonstrar as desgraças a que certamente se expõem as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e aos massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo aparentemente no Brasil só dois partidos (o liberal e o conservador), existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido. Todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se continua a falar dos direitos dos homens de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. Coisa alguma é exagerada no que acaba de expor. Tudo infelizmente é muito verdadeiro. (MOTA, 1987, p. 43).

A conexão da quilombagem internacional não se resume apenas ao Haiti, Moura (1987) destaca a união dos quilombos brasileiros com os *marrons* das guianas. A união

entre os negros rebeldes da região amazônica com os negros da Guiana Francesa e da Guiana Holandesa na época.¹³⁷

O medo dos *marrons* era algo constante nas autoridades locais, a forma e a “facilidade” que eles tinham de fugir, sobretudo por conhecer a mata selvagem e as estratégias estabelecidas pelos grupos quilombolas e esse vínculo construído entre escravizados coloca as autoridades em alerta extrema.

Há alguns anos se tem ido formando acima da vila de Cachoeira um quilombo de negros fugidos e ultimamente se forma outro ainda mais perigoso a 5 ou 6 léguas de distância desta cidade. A deserção dos escravos tem sido ainda agora, mas do eu nunca excessiva e V. Excia. não ignora o que têm feito os negros marrões nas colônias francesas e holandesas. O mesmo se pode recear vindo os Quilombos a crescer se não forem destruídos antes que tomem consciência.¹³⁸

Aqui chamado de quilombo ou mocambos, nas Américas as comunidades quilombolas recebem nomes diferentes, na América Espanhola chamam *Cimarone*, no Haiti e ilhas do Caribe francês *Marrons*, na Jamaica, sul dos EUA e Suriname, chamavam *Maroons* e *Palenques* na Colômbia e Cuba, *Cumbes* na Venezuela.

Essa ação de resistência quer seja no Brasil quer seja em outros países que sofreram pelo regime escravocrata, esse esforço físico e mental de protesto contra a escravidão e suas sequelas recebeu o nome de quilombagem (MOURA, 2001).

No decorrer de todo o período do regime escravista a quilombagem está presente, ela se transforma de acordo com o ambiente em que está inserida, seja por meio dos grandes ou pequenos quilombos, nas mais diversas regiões. O trabalho livre realizado pelo quilombola seja na mineração, nas pequenas agriculturas ou nas diversas formas de sobreviver, nega e rechaça o trabalho escravo, é um ato desestabilizador da economia escravista.

A quilombagem opera como uma força que enfraquece permanentemente as bases da escravidão, ao não aceitar ou incorporar o sistema, suas lutas, vitórias e derrotas, as estratégias de sobrevivência, o embate com as forças repressoras desgasta efetivamente o sistema, seja diminuindo seu contingente e abalando sua segurança seja pelo psicológico, colocando medo nos senhores e nas forças repressivas. Além do desgaste econômico que

¹³⁷ Os *Marrons* aqui se igualam aos africanos escravizados no Brasil e em todo mundo, a diferença é apenas linguística, já que *Maroon* vem do espanhol americano *cimarrón*, que significa selvagem, literalmente: morando em picos, do espanhol *cima* cimeira.

¹³⁸ Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 2 de outubro de 1798. Moura apud Salles 1971.

sofre ao perder escravos e a paralisação das suas atividades para procurar ou tentar impedir atos de rebeldia e fugas procurando minar e agredir a quilombagem.¹³⁹

Para Moura (2001), a quilombagem é um símbolo permanente de desarticulação dos valores ideológicos e existenciais do senhor de escravos. A quilombagem coloca a discussão sobre o ato de fugir, como isso estava legal ou ilegal do ponto de vista jurídico da época, moral, social e filosófico. Ao discutir sobre a fuga do escravizado e colocá-lo como um criminoso e qual a melhor forma de castigá-lo, os senhores e as forças repressoras colocam o escravizado como uma referência de julgamento. Dessa forma, o escravizado deixa de ser um mero objeto e mercadoria e se torna outro com valor existencial, que os senhores, o governo e as formas repressoras precisavam lidar, seja dialogando ou reprimindo.

Portanto, ao não ser mais “controlado” o quilombola foge do rigor e controle do senhor, o véu da não consciência imposta ao escravo pelos senhores é dilacerado, muda completamente a forma como o sistema lida com o escravizado. O escravizado deixa de ser aquele ser universal obediente e sem consciência e passa a ser um quilombola, com uma nova linguagem, a da resistência.

Por outro lado, se o quilombo era o pólo de negação mais radical daquilo que era institucional no regime escravista, era, também, um polarizador das camadas, grupos ou segmentos de oposição ao sistema: marginais, índios destribalizados, foragidos da justiça ou do serviço militar ou etnicamente excluídos como mamelucos, curibocas, mulatos e mesmo brancos pobres ou perseguidos por diversas razões. Esses excluídos que se refugiavam nos quilombos durante todo o período da sua existência virão reforçar a postura de negação da quilombagem e configurar ainda mais o seu radicalismo. Com isto, configura-se no quilombo não apenas a radicalidade social e econômica, mas étnica também, pois a sua população será uma população diferenciada etnicamente sem que sobre essas diferenças se monte uma escala hierárquica que desse valor positivo (ou negativo) a cada conotação étnica, graduando os agentes sociais segundo a sua cor. Com isto, rompia-se o código senhorial que estabelecia a inferiorização da população não-branca em relação ao branco. (MOURA, 2001, p. 14).

Importante salientar que a quilombagem ultrapassa o limite do quilombo, ela não se limitava ao espaço ocupado pelo quilombo, ela se estendia pelas “matas, florestas, estradas, rios, chegando até as senzalas”.

¹³⁹ O medo do senhor de escravo era baseado não só em fato, mas em seu imaginário, o medo da violência do escravo para com as mulheres brancas, que afeta até hoje o imaginário da sociedade, taxado como um aspirante a marginal, esse medo se estende à religião, às insurreições e ao medo da vingança tanto proferida pelos escravizados.

Portanto, a quilombagem é um processo contínuo de resistência, de protesto rebelde, dinâmico que se desenvolve com o propósito de desestruturar o regime escravista, atacando-o econômica e socialmente, desde o seu centro, que é a produção. A quilombagem se estrutura em negar e combater o sistema, ou seja, a permanência da mesma se estende até o fim do sistema escravista.

Mesmo sofrendo constantemente com as forças repressivas, a quilombagem consegue estruturar uma maneira divergente de organização. Quando estava presente no quilombo, essa estrutura se apresentava na organização familiar, na religião, na economia desenvolvida por seus membros, na organização política, no desempenho político e social dos homens e mulheres, no lazer e no poder dos mesmos.

Percebe-se que a quilombagem constrói uma dinâmica diferente do regime escravocrata, ao divergir do sistema de castas, senhor *versus* escravo, o universo quilombola apresenta várias camadas que permeiam aquele lugar. Para Moura, a quilombagem tem seu ciclo histórico ao fim da abolição, já que seu propósito estaria cumprido.

Este Poder paralelo que se fragmentava e era destruído periodicamente se recompunha e se reestruturava, organizava-se, sobrevivia, vencia, era perseguido e novamente se recompunha com as próprias contradições do sistema escravista e era um fator dinâmico de desgaste permanente à ordem escravista. É, por isto, um Poder político-social que se contrapõe ao outro. O Poder dos senhores de escravos. O seu poder militar embora muitas vezes combatido se rearticulava e na conclusão do processo foi aquela força que mais atuou e demonstrou eficiência. A quilombagem, por tudo isto, foi a força que desgastou, sem interrupção o Poder escravista, foi o único movimento que se contrapôs com eficiência social, cultural e militar à escravidão, mesmo ocasionalmente derrotado. O Poder da quilombagem por isto, nunca foi definitivamente destruído e só terminou quando terminou a escravidão. (MOURA, 2001, p. 116).

Dessa forma, a quilombagem é um processo contínuo e essa é a essência da sua radicalidade, é dessa maneira que podemos compreender o processo dialético da sua existência, ao perceber sua história política, cultural e sociológica.

3.3 Práxis Negra e Antirracismo no Processo de Transformação Social

Esse gueto invisível que faz do negro brasileiro ser apenas elemento consentido pela população branca e rica, autoritária e dominante, é que deverá ser rompido se o Brasil não quiser continuar sendo uma nação inconclusa, como é até hoje, isto porque teima em rejeitar, como parte do seu ser social, a parcela mais importante para a sua construção.

Sabemos que não serão apenas estudos, livros e pesquisas sem uma práxis política que irão produzir essa modificação desalienadora no pensamento do brasileiro preconceituoso e racista. Mas, de qualquer forma, esses trabalhos ajudarão a que se forme uma prática social capaz de romper a segregação invisível, mas operante em que vive a população negra do Brasil. (MOURA, 1988, p. 13).

Para além de realizar uma crítica à sociologia acadêmica, Moura em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988) se preocupa em demonstrar a realidade do problema do negro no Brasil, além de realizar uma análise profícua sobre as possibilidades e perspectivas de uma solução que integre teoria e prática.

Na dinâmica de uma sociologia horizontal e que perpetua mesmo que indiretamente uma ideologia racista, resquício de uma estrutura escravista, o pensamento social que atende a uma lógica elitista consolida uma série de mecanismos que justifica as desigualdades sociais, culturais e econômicas, carimbando um passaporte em cada indivíduo negro brasileiro, contribuindo teoricamente através de uma estrutura acadêmica para o subconsciente do cidadão brasileiro. Sendo essa sociologia acadêmica extraída de modelos teóricos e metodológicos fora da realidade nacional, advindo de fora do país e com uma ação incapaz de resolver ou concluir parâmetros que determinem uma possível solução para o problema racial brasileiro e todas as suas nuances.

Moura cita Nina Rodrigues como um intelectual que usa métodos que não “conseguem e nem pretendem” entender a essência do problema do negro; esse pensamento subordinado a uma teoria culturalista ganha adeptos como Arthur Ramos, que utiliza o método histórico-cultural americano, para entrar no “mundo” do negro brasileiro, uma visão artificial e afetada de emergências para uma suposta caracterização do negro brasileiro, como também fez Gilberto Freyre.

O racismo científico permeou durante muito tempo a pesquisa dos pensadores sociais brasileiros, mesmo aqueles que iam na contramão de uma visão limitada, como destaca Moura em relação a Sílvia Romero, caíam na teia da ciência da época, ao menos aquela que chegava até eles.

Mas, sem querermos fazer uma análise sistemática da bibliografia pertinente daquele tempo, queremos destacar que esse pensamento social era subordinado a uma estrutura dependente de tal forma que os conceitos chamados científicos chegavam para inferiorizá-la a partir da sua autoanálise. Isto é, não queríamos aceitar a nossa realidade étnica, pois ela nos inferiorizaria, criando a nossa *inteligência* uma realidade mítica, pois somente ela compensaria o nosso ego nacional, ou melhor, o ego das nossas elites que se diziam representativas do nosso ethos cultural. (MOURA, 1988, p. 19).

Moura explica o porquê de toda uma geração que sucede a Freyre individualizar e psicologizar o problema do negro; trabalhos que em sua maioria eram realizados por psiquiatras como Renê Ribeiro, Gonçalves Fernandes, Ulisses Pernambuco e o próprio Arthur Ramos não só se inspiram na obra de Nina Rodrigues, como formulam conceitos que atribuem problemas mentais, sociais, políticos e culturais a uma deficiência da raça.

Todos esses trabalhos procuravam ver, estudar e interpretar o negro não como um ser socialmente situado numa determinada estrutura, isto é, como escravo e/ou ex-escravo, mas como simples componente de uma cultura diferente do *ethos* nacional. Daí vemos tantas pesquisas serem realizadas sobre o mundo religioso em nível etnográfico e sobre tudo aquilo que implicava *diferença* do padrão ocidental, tido como normativo, e tão poucos estudos sobre a situação do negro durante a sua trajetória histórica e social. (MOURA, 1988, p. 20).

Os estudos publicados não apenas reforçavam uma característica racista, como também excluía qualquer estudo sociológico e histórico que explicasse a estrutura que permitiu o tráfico ou como o Estado passa a ser protetor e mantedor desse regime econômico.

Mas, não apenas o poder judiciário é conivente com o tráfico criminoso; o segmento militar participava também ativamente, de modo especial a Marinha, que tinha papel substantivo na repressão ao tráfico negreiro. Nele estavam envolvidos os mais significativos figurões e personalidades importantes da época: juízes, políticos, militares, padres e outros segmentos ou grupos responsáveis pela normalidade do sistema. (MOURA, 1988, p. 21).

A estrutura do Estado Brasileiro compactuava com o regime escravo, não apenas por ato “divino” ou acaso, mas ao realizar uma defesa desse sistema, ele atendia aos padrões da elite política e administrativa da época. Moura ao confrontar o que alguns historiadores chamavam de “democracia coroada” quando se remetiam ao reinado de Pedro II, demonstra a verdadeira inclinação e pretensão do Estado, que era defender e manter os direitos dos donos de escravos. Dessa forma, fica evidente que todo e qualquer escravizado tinha um aparelho jurídico, militar e político contra a sua existência como um cidadão, experimentando a forte “estrutura de dominação e operatividade do Estado”.

Essa estrutura, centralizada na figura do Rei e tendo no Conselho do Estado e no Senado segmentos vitalícios que atendiam ao interesse da elite, sendo esses segmentos muitas vezes membros dessa elite, e tinham como um dos objetivos reprimir a luta dos escravos com a classe senhorial.

A história social da luta escrava contra o aparelho do Estado nesse período por vezes foi negligenciada da nossa historiografia, que a colocava como um evento

esporádico, sem a tentativa de compreender o processo como um todo, minimizando assim a experiência sociológica e histórica desses acontecimentos.

O que caracteriza fundamentalmente esse período da nossa história social é a luta do escravo contra esse aparelho do Estado. E é, por um lado, exatamente este eixo contraditório e decisório para a mudança social que é subestimado pela maioria dos sociólogos e historiadores do Brasil, os quais se comprazem em descrever detalhes, em pesquisar minudências, exotismos, encontrar analogias, fugindo desta forma, à tentativa de analisar de maneira abrangente e científica as características, os graus de importância social, econômica, cultural e política dessas lutas. Toda uma literatura de acomodação sobrepõe-se aos poucos cientistas sociais que abordam essa dicotomia básica, restituindo, com isto, ao negro escravo a sua postura de agente social dinâmico, não por haver criado a riqueza comum, mas, exatamente pelo contrário: por haver criado mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade na qual o criador dessa riqueza era alienado de todo o produto elaborado. (MOURA, 1988, p, 22).

O que podemos indagar sobre a superestrutura do Estado é, até que ponto esse aparelho ideológico de dominação se sustenta na pós-abolição. A historiografia recente nos mostra que não houve qualquer mudança na estrutura da sociedade com a mudança do trabalho escravo para o livre, os sistemas de opressão e dominação exercidos pela elite política ficaram cada vez mais sofisticados. Essa sofisticação de dominação colocava o povo negro como causador e único responsável da sua escravização. Essa responsabilização encontra nos intelectuais da época respaldo para configurar e reafirmar a visão racista da sociedade.

Intelectuais da época como Oliveira Vianna, não apenas endossavam a estrutura como também atrelavam o autoritarismo à inferioridade do negro, e por isso defendiam uma oligarquia.

Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxal; mas numa democracia como a nossa, elas têm sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias: é transformá-las, fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição de oligarquias esclarecidas. Estas oligarquias esclarecidas seriam, então, realmente, a expressão da única forma de democracia possível no Brasil. (VIANNA apud MOURA, 1988, p, 23).

Mas o que seria essa oligarquia esclarecida? Para Vianna essa transição passava sobretudo pelo processo de embranquecimento. Moura afirma que para que essa mudança acontecesse Vianna queria uma arianização das oligarquias.

[...] a nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes que realizam a obra de civilização e construção,

nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca. (VIANNA apud MOURA, 1988, p. 23).

Essa idealização ou defesa de uma oligarquia “cheia de modos” sem resquício de um passado, sem pessoas “passivas e improgressivas” foi adotada por inúmeros intelectuais, a exemplo de Gilberto Freyre, que destacava que as oligarquias tinham função positiva na sociedade patriarcal e paternalista.

As oligarquias de Oliveira Vianna têm muita semelhança com os senhores de engenho idealizados por Gilberto Freyre, pois são as formas diversificadas de um mesmo fenômeno. Ambos criaram e mantiveram os suportes justificatórios de uma sociedade de privilegiados, no Império ou na República. Entre os dois pensamentos há uma constante: a inferiorização social e racial do negro, segmentos mestiços e índios e a exaltação cultural e racial dos dominadores brancos. Esta ligação entre racismo e autoritarismo é uma constante no pensamento social e político brasileiro. (MOURA, 1988, p. 24).

Não foram apenas Oliveira Vianna e Gilberto Freyre que tinham um pensamento subordinado a teorias racistas, adeptos de uma visão eurocêntrica que adotava a proteção dos setores latifundiários e das demais elites do país; o pensamento social dessa elite intelectual dominou toda uma geração que permanecia alheia à realidade da sociedade brasileira. Para eles um país civilizado e que caminhasse para o progresso se daria, sobretudo, por um embranquecimento do país nas esferas política, administrativa e também demográfica, quando facilitasse a entrada de estrangeiros brancos. Essa estrutura marcada por um isolamento social e racial se mantém ainda hoje, embora nos últimos governos de esquerda no país tenha havido um aumento, mesmo que insignificante se comparado com a quantidade de pessoas negras que compõe a sociedade brasileira, uma mudança no campo educacional e político, devido às políticas públicas mobilizadas e alcançadas pelos diversos movimentos sociais pelo país.¹⁴⁰

A literatura racista que encontramos nos estudos sociológicos, antropológicos e históricos é o braço forte da alienação do pensamento social brasileiro e tem nas suas

¹⁴⁰ Em 2018, 25,2% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estavam cursando ou já haviam concluído o ensino superior, mas o recorte racial mostra que, considerando apenas a taxa de matrículas de jovens brancos, essa porcentagem salta para 36,1%. Já olhando apenas para os jovens negros (pretos ou pardos), o índice cai pela metade: 18,3%. Ou seja, mesmo com a política de cotas, não há uma mudança equiparada. Mesmo adentrado as universidades, os jovens negros oriundos de escola pública tendem a desistir do curso em 36% a mais do que seus colegas brancos. O estudo encontra-se disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/06/taxa-de-jovens-negros-no-ensino-superior-avanca-mas-ainda-e-metade-da-taxa-dos-brancos.ghtml> e <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/12/analise-de-dados-mostra-que-presenca-de-negros-em-universidades-aumentou-mas-desigualdade-persiste-ck448qkbi01k101qhwqjsw7k2.html>. Acesso em: 01/03/2021.

raízes a estrutura do sistema escravista, que, embora em teoria superado, mantém um visgo permanente e visível na sociedade.

Os romances ficcionais também fazem parte do imaginário que constrói uma narrativa programada em estereotipar homens negros e mulheres negras, já que o ideal de belo e positivo era e ainda é atrelado ao padrão branco. O herói, a princesa, a guerreira ainda é aquele padrão de sempre, branca ou branco, cabelo liso, olhos claros, o típico padrão europeu. Na literatura nacional durante séculos não havia sequer um personagem ou uma história na qual o homem negro fosse o herói.

Quando surge a literatura nacional romântica, na sua primeira fase, surge exatamente para negar a existência do negro, quer social, quer esteticamente. Toda a ação e tudo o que acontece nessa literatura tem de obedecer aos padrões brancos, ou de exaltação do índio. Idealização de um tipo de personagem que não participava da luta de classes ou dos conflitos, como o negro, mas era uma idealização de fuga e escape para evadir-se da realidade sócio-racial que a sociedade branca do Brasil enfrentava na época. [...] O índio do romantismo brasileiro era, por tudo isto, uma farsa ideológica, literária e social. Era uma contrapartida fácil para se colocar o quilombola, o negro insurreto e o revolucionário negro, de um modo geral, como anti-herói dessa literatura de fuga e alienação. Esse indianismo europeizado entrava como um enclave ideológico necessário para se definir o negro como inferior numa estética que, no fundamental, colocava-o de um lado como a negação da beleza e, de outro, como anti-herói, como facínora ou como subalterno, obediente, quase que ao nível de animal conduzido por reflexões. (MOURA, 1981, p. 26).

A imagem do negro como passivo, submisso, incapaz e também perigoso, malandro, raivoso e esperto é inserido na cultura brasileira por meio de uma ideologia racista, dominada por representantes intelectuais da elite que, em condições de manipular a linguagem e a narrativa constrói uma sociedade com um pensamento não só racista, mas conservador, machista e elitista. Para Ashcroft (2002) a linguagem representa poder porque constrói uma realidade.

O projeto de estereotipar pessoas negras se firmou com um grande sucesso, mesmo depois de décadas, o cinema, a TV, os romances ficcionais da literatura em sua maioria são compostos por pessoas brancas, sendo personagens, escrevendo, dirigindo e atuando, apesar de nos últimos anos escritores e escritoras negras, diretores, atrizes e atores ocuparem determinados espaços de poder, ainda é muito pouco em comparação ao que essas pessoas produzem em suas determinadas áreas.¹⁴¹

¹⁴¹ Na pesquisa divulgada em 2005 pela UERJ, dos 258 romances, publicados de 1990 a 2004, revela que 93,9% são brancos, (72,7%) homens, moram no Rio de Janeiro e em São Paulo (47,3% e 21,2%, respectivamente). Já os personagens (62,1%) homens e (81%) heterossexuais. Os personagens negros são 7,9% e têm pouca voz: são apenas 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores. Os brancos são, em geral, donas de casa (9,8%), artistas (8,5%) ou escritores (6,9%). Os negros são bandidos ou contraventores

A narrativa literária que funcionou como um aparelho ideológico ainda se mantém, a manutenção da estrutura que atravessa o império para a república se solidifica e encontra em novos intelectuais uma maneira mais sofisticada de permanecer escrevendo sobre e para brancos. Moura, destaca que Lima Barreto nos anos 1920 foi um precursor sobre a resignificação da imagem do negro, ele o humaniza e o coloca como protagonista das suas histórias.

Dessa forma, é importante pensar que da mesma maneira que esses intelectuais contribuíram para que esse pensamento sobre o negro se amalgamasse na sociedade brasileira há intelectuais, escritores e teóricos que realizam um movimento contrário a isso, as alternativas teóricas a uma ideologia racista é uma das abordagens que requer mais atenção e incentivo.¹⁴²

Moura (1988) destaca que o estudo produzido pela Unesco depois da Segunda Guerra Mundial contribuiu de forma significativa para os estudos das relações raciais no Brasil e desmascarou o teor ufanista e irreal do mito da democracia racial. Esse estudo possibilitou a contestação dos conceitos de acomodação, assimilação e aculturação que eram utilizados pela academia para explicar as relações raciais no Brasil.

Os resultados dessas pesquisas, no entanto foram chocantes para os adeptos dessa filosofia racial. Constatou-se que o brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas. [...] Verificou-se, ao contrário, que os níveis de preconceito eram muito altos e o mito da democracia racial era mais um mecanismo de barreira à ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio quer social, cultural ou econômico. De outra maneira não se poderia explicar a atual situação dessa população, o seu baixo nível de renda, o seu confinamento nos cortiços e favelas, nos pardieiros, alagados e invasões, como é a sua situação no momento. (Moura, 1988, p. 30).

O estudo realizado pela agência internacional não só mostrava a necessidade de uma mudança na metodologia e teoria empregadas nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, como também demonstrou a permissibilidade de alguns estudiosos em reproduzir uma historiografia sem um compromisso com a realidade nacional.

Nessa mudança teórica e metodológica Moura destaca os estudos de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa, L.A. Costa Pinto, Jacob Gorender, Lana

(20,4%), empregados(as) domésticos(as) (12,2%) ou escravos (9,2%). Enquanto a maioria dos brancos morre, na ficção, por acidente ou doença (60,7%), os negros morrem mais por assassinato (61,1%). Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/02/pesquisa-revela-perfil-dos-escritores-e-personagens-da-literatura-brasileira-contemporanea-4054469.html>. Acesso em: 01/03/2021.

¹⁴² Sidney Chalhoub trabalha isso no livro *Machado de Assis historiador*.

Lage da Gama Lima, Luís Luna, Décio Freitas, Oracy Nogueira, Joel Rufino dos Santos, Carlos A. Hasenbalg, que não se preocupavam em apenas atender uma agenda acadêmica, mas tinham compromisso com os reais problemas da sociedade brasileira, sobretudo, “os problemas étnicos emergentes da sociedade brasileira e os possíveis conflitos raciais daí decorrentes, se apropriando de forma concomitante de uma revisão do passado escravista e do presente racial, social e cultural das populações negras do Brasil”. (MOURA, 1988, p. 31).

Esse “choque” de realidade não abala apenas o setor acadêmico, como também as comunidades que tomam conhecimento sobre os motivos do preconceito racial e social no qual sofrem e rebelam-se contra essa realidade. Várias entidades refletem e reivindicam não apenas no âmbito acadêmico, mas com uma postura atuante no setor social, mobilizando e levantando questões que pudessem refletir na resolução dos problemas sociais e raciais “finalmente, organizando o negro, através dessa reflexão crítica, para que os problemas étnicos sejam solucionados” (1988, p. 31), realizando assim o que Moura define como uma verdadeira práxis.

É uma convergência tentada entre as categorias científicas e a práxis que vem caracterizar a última fase dos estudos sobre o negro. O negro como ser pensante e intelectual atuante articula uma ideologia na qual unem-se a ciência e a consciência.

Evidentemente que não se pode falar, ainda, em uma consciência plenamente elaborada, mas de uma posição crítica em processo de radicalização epistemológica a tudo, ou quase tudo, o que foi feito antes, quando se via o negro apenas como objeto de estudo e nunca como sujeito ativo no processo de elaboração do conhecimento científico. (MOURA, 1988, p. 31).

A realidade que era apresentada não agradava a muitos cientistas sociais da academia, para eles o processo de teoria e prática era mais uma ideologia do que uma ciência. Ao negar a importância da “*intelligentsia* negra” para o processo dialético do conhecimento, eles tentam invalidar ou diminuir a importância desses estudos para o campo do conhecimento social.

Ao refletir sobre as condições estruturais dos grupos étnicos e considerar as singularidades das relações envolvidas no processo de exclusão do negro na sociedade, os novos estudos entendem a importância de pensar como a dinâmica social é estruturada e realiza uma crítica à epistemologia e à historiografia colonialista. Na conjuntura atual não há possibilidade de realizar um estudo ou crítica que não atenda à realidade social, é necessário que haja um amadurecimento e uma ligação entre a teoria e a prática. Os cientistas que adotam o desprezo pela realidade continuam o legado da burguesia,

dificultando as reformas estruturais que a sociedade necessita. O materialismo histórico deve atender a uma prática social, deve permanecer a serviço do proletariado, se tornando aquilo que a sociedade com sua singularidade necessita.

Ao priorizar determinadas noções de conhecimento que não se propõem a pensar as contradições da sociedade, como classe, gênero e raça, esse processo de produção não atende às demandas científicas às quais a comunidade acadêmica deve prezar; ao neutralizar o discurso e permitir uma reflexão ingênua das contradições, esse conhecimento se reporta como propagador de uma ideologia das classes dominantes e não permite uma real possibilidade de enfrentamento aos problemas sociais.

As formas de consciência social são, portanto, condicionadas pelo regime social. Isto, porém, não significa que todas essas formas de consciência se alienem pelo fato de serem reflexos dos interesses de uma classe. Pelo contrário. A diversificação que existe nas sociedades divididas em classes, especialmente na sociedade capitalista, faz com que a ideologia daquelas classes que já se esgotaram como produtoras e ao mesmo tempo detêm o poder político seja caracterizada por uma visão parada, metafísica, alienada do processo social contraditório; por outro lado, aquelas classes e camadas que se encontram em processo de desenvolvimento procuram explicação em termos de transformação, de mudança, de devir. Como a sociedade não é parada há mais elementos de conhecimento na visão, no ethos das segundas que, ligadas à produção, se identificam com o problema de transformação através da práxis. (MOURA, 1978, p. 42).

Em contrapartida, a sociologia da práxis não usa da neutralidade como posição política, mas entende que ao compreender os problemas sociais os articula metodologicamente com teoria e prática para superá-los. O enfrentamento a uma ideologia que conserva a estrutura social não foi e não é fácil, seja metodologicamente seja na ação.

As diversas alternativas metodológicas que as ciências sociais acadêmicas apresentam para os problemas globais, sua diversificação que vai do empirismo às soluções culturalistas e irracionais, guardam, portanto, relação de subordinação com o regime do qual são uma constelação ideológica atuante. É evidente que não se trata de um reflexo mecânico e simplista, mas os seus modelos fundamentais são uma consequência do acervo de ideias que as classes dominantes sedimentaram e desenvolveram para dar cobertura, lastrear ideologicamente o regime. (MOURA, 1978, p. 53).

Nessa abordagem de refletir sobre o problema do negro brasileiro sem atender aos requisitos de uma metodologia neutra, cientistas sociais buscavam e buscam contribuir com uma postura e consciência crítica e radical, para que assim haja uma mudança estrutural que signifique uma reformulação da realidade social.

Sabemos que no campo científico social não existe uma metodologia neutra, ao realizar uma discussão, debate ou pesquisa, esses indivíduos atendem não só à sua

necessidade de demonstrar algo, mas de mostrar o quê e a quem, atendem a uma estrutura anterior a eles próprios. Nesse sentido, a ciência atende a uma ideologia, portanto, se ela atende a uma estrutura elitista, ela privilegia a classe burguesa, que, ao não identificar as contradições da sociedade, monopoliza as produções que a deixam intacta.

Em primeiro lugar, o crítico em questão atém-se ao aspecto político da sociologia do conhecimento, tentando mostrar seu relativismo que decorre do fato de considerar todas as ideologias como frutos de interesses de grupos sociais, sem ver a possibilidade de que um desses grupos básicos, pela sua posição no processo de produção possa criar elementos cognitivos que coincidam com a realidade e seu dinamismo. Impende assim que se elabore uma práxis consciente. Incluindo o socialismo (e por extensão o seu embasamento teórico) entre as formas de mentalidade utópica, Karl Mannheim não vê a diferença que existe entre o pensamento iluminista, o dos socialistas utópicos e a teoria da Sociologia da Práxis; retira-lhe assim a condição de uma ideologia científica. Como o praxismo dá uma base objetiva, concreta e científica para a compreensão e transformação da realidade social ao invés de constelar-se como mais um esquema lógico de pensamento abstrato e especulativo, é claro que ele se choca com o pensamento mannheimiano. Porque, chegando-se a este impasse cabe uma opção, nunca uma conciliação: ou a sociologia do conhecimento julga a Sociologia da Práxis ou a Sociologia da Práxis julga a sociologia do conhecimento. (MOURA, 1987, p. 40).¹⁴³

Portanto, ao ultrapassar a lógica de uma suposta neutralidade, a sociologia da práxis adota como posição política a superação de uma metodologia que não articula dados a um processo de ação contínuo para a superação dos problemas apresentados. Dessa forma, se houver uma manutenção da abordagem científica que não permite uma práxis, se manterá também ferramentas de conservação que não modificarão a estrutura.

A sociologia da práxis não deixa de ser uma sociologia de classe, porém, sua dinâmica é comprometida com o desenvolvimento social, já que entende o método como um propósito de elaborar ações e que seus efeitos têm o objetivo de transformar a sociedade de acordo com sua realidade e sua composição histórica.

No bojo de compreender a composição histórica para assim realizar uma análise sociológica e histórica da realidade social, Moura entende que a população negra encontrou ou precisa encontrar uma forma de se organizar e resistir, já que a mobilidade social de pessoas brancas, mesmo da classe trabalhadora, difere significativamente quando a cor é colocada em julgamento.

¹⁴³ Karl Mannheim foi um sociólogo húngaro que teorizou sobre a Sociologia do conhecimento, sua principal obra é o livro *Ideologia e utopia*, de 1929. Para ele, todo ato de conhecimento não resulta apenas da consciência puramente teórica (lógica formal ou epistemologia positivista), mas também de inúmeros elementos de natureza não teórica, provenientes da vida social e das influências e vontades a que o indivíduo está sujeito. Para saber mais: MAZUCATO, Thiago. Ideologia e utopia em Karl Mannheim. *Revista sem Aspas*, p. 187-195, 2013.

Assim como a classe fundamental em desenvolvimento cria uma ideologia abrangente e dinâmica, os demais segmentos ou grupos sociais que se encontram na mesma posição de antagonismo em relação à infraestrutura também criam valores com os quais se resguardam parcialmente do sistema tradicional que os oprime. Formam-se em consequência, grupos específicos de resistência que, dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procuram, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem. (MOURA, 1988, p. 110).

Dessa forma, os processos teóricos e metodológicos da composição dos estudos das relações raciais no Brasil, precisa entender que existem fatores inerentes que fazem parte da composição social do país.

Ao invés de pesquisarem e concluírem sobre fatos e processos mais relevantes da nossa *situação racial*, tomando o *social* como fundamental e o *cultural* como condicionado e decorrente, postura que os levaria inevitavelmente a investigar problemas como a marginalização do negro, o seu comportamento nas favelas, mocambos, cortiços e alagados; a situação dos grupos negros em relação às possibilidades de mobilidade social vertical massiva; as ideologias brancas e formas de barragem contra eles; sua situação diante da sociedade inclusiva a partir do fim da escravidão; o aproveitamento de traços culturais africanos como elementos funcionais para que o negro não caísse em estado de anomia total; os movimentos de fricção de diversos grupos negros pauperizados, que procuram abrir o leque das oportunidades na sociedade chamada branca, e outros assuntos relevantes, ficam adstritos a pesquisas e microanálises formais, de detalhes do seu mundo religioso, separado do contexto social em que eles se manifestaram e/ou manifestam. (MOURA, 1988, p. 115).

A crítica de Moura não é apenas aos conceitos de assimilação, aculturação ou acomodação que foram durante muito tempo utilizados por sociólogos para explicarem os processos históricos da população negra dentro da sociedade brasileira, como também a perpetuação de análises etnográficas feitas desde Nina Rodrigues para pesquisar e explicar o “problema do negro brasileiro”.

A abundante e variada e também desigual produção que resultou do interesse etnológico sobre o negro no Brasil acrescentou aos Estudos de Nina Rodrigues um enorme cadastro de “sobrevivências africanas” que foram procuradas com afã em todos os setores da vida social deste País por uma geração de estudiosos. Desta forma emanaram alguns estudos fundamentais e aos mais importantes dentre eles está inelutavelmente ligado ao nome do Professor Arthur Ramos e de seu grupo de colaboradores, que através dessa prospecção realizaram aqui, servindo-se das mesmas técnicas, das características particulares do “caso brasileiro” e os recursos muito mais limitados – estudos do tipo e envergadura semelhantes às pesquisas custosas levadas a efeito por museus, universidade e institutos europeus e norte-americanos no coração da África, nas Antilhas do Pacífico ou no próprio Brasil. A quase totalidade dos estudos dos cientistas estrangeiros sobre a situação racial brasileira refletem, também, essa limitação do “approach” etnográfico, multiplicando pela contingência da diferença de nacionalidade. Na verdade, porém, as diferenças são de grau e resultam de distâncias nacionais e culturais maiores, somadas às distâncias sociais que no caso dos estudiosos brasileiros são as mais importantes. [...]. Acontece assim que, muitas vezes, os produtos das relações de raças – tudo isto que se estuda

no capítulo da aculturação, assimilação, acomodação etc. – desempenham dentro da configuração total muito mais uma função de mascarar a natureza real das relações concretas de que historicamente resultam. Inadvertido disto é que o bom senso de muitos desconcerta-se vendo apresentado como “acomodação”, o que é fruto evidente de uma situação de conflito. (COSTA PINTO apud MOURA, 1988, p, 114).

Se considerarmos a Sociologia da práxis como ponto de modificação teórica e metodológica sobre os estudos sócio-históricos sobre o negro no Brasil, a práxis negra de Clóvis Moura ao mesmo tempo em que se opõe à visão culturalista desenvolvida por Nina Rodrigues e seus seguidores, colocando o materialismo histórico-dialético como análise dessas relações, ela provoca também uma ruptura com o marxismo, ao colocar uma práxis “negra” na centralidade das discussões a respeito da classe.

Moura constrói sua pesquisa colocando “o negro” como sujeito político e central das suas análises, a práxis negra pode ser entendida também como uma forma de “enegrecer o marxismo”. Ele interpreta as relações históricas entre os sujeitos no período escravista, na pós-abolição e na sua condição de homem negro e mulher negra dentro de uma sociedade de classes.

A formação desses grupos específicos numa sociedade competitiva nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre as classes sociais e os seus diversos estratos. Acontece que certos grupos ou segmentos em algumas sociedades se situam inferiorizados cumulativamente por uma determinada marca discriminatória e pela situação de inferioridade socioeconômica que os diferencia perante a sociedade global de acordo com os seus padrões de superioridade. É o caso do negro brasileiro (MOURA, 1988, p. 116).

De fato, a abordagem teórica assumida por Moura ao analisar a história do Brasil não apenas assume o seu traço crítico à visão colonial dos estudos sobre o negro, mas incorpora ao método histórico-dialético algo muito peculiar e importante para a historiografia sobre a formação nacional, a composição da classe trabalhadora e oprimida dentro de uma categoria de classe no Brasil, deve ser lida também com as singularidades da história da população negra. Como disse Karl Marx (1988) : “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”.¹⁴⁴

O praxismo negro revela a história de organização, resistência, luta e formação e o desenvolvimento da nação protagonizada pela população negra no Brasil; ao evidenciar os fatos muitas vezes ocultados da nossa história nacional, Moura demonstra a potencialidade dos movimentos negros no processo sócio-histórico, sendo a inclusão dessas histórias um poder revelador das dinâmicas da sociedade e de como podemos

¹⁴⁴ 11ª tese sobre Feuerbach.

superar as desigualdades oriundas do capitalismo através do conhecimento desses movimentos políticos e sociais.

A história do negro no Brasil, do tráfico à abolição, passando por períodos históricos de luta encabeçada pelo próprio negro escravizado e da abolição ao Brasil de hoje, se tornou, graças a este livro do Prof. Clóvis Moura, melhor formulada e reformulada do ponto de vista das vítimas, contrariando os pontos de vista da historiografia oficial ensinada até os dias de hoje em muitas escolas. Deste fato, o objetivo do autor é destruir mitos, as imagens e representações coletivas negativas ainda presentes na estrutura mental e no imaginário coletivo de muitos brasileiros para enfim, estabelecer a justiça histórica, devolvendo ao negro sua própria história.

É justamente a partir de uma verdadeira história do negro brasileiro positivamente ressignificada na obra do professor homenageado que se pode iniciar o processo de resgate e de reconstrução da identidade coletiva do negro, ou melhor, do afro-descente. Como escreveu o historiador Joseph Kizerbo, um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante. Trata-se de uma memória coletiva herdada, vivida e recriada, a ser projetada no futuro para transformar a sociedade.¹⁴⁵ (MUNANGA, 2003, p.136).

É basilar entender que a história do Brasil é a história dos negros e dos indígenas, mas só iremos aprender e ressignificar essa história quando contarmos, sobretudo com respeito. Para isso é necessário realizar um resgate dessas experiências e contemplar os escritos que se comprometem a evidenciar os fatos, sem uma visão colonial e paternalista da nossa história.

Assim como diz a atriz negra Léa Garcia: “Somente através da visão do negro teremos um panorama real do que é ser negro numa sociedade onde o racismo é tão presente. E só poderemos compreender de fato e realmente nossa história quando ela for contada por nós, os negros”.¹⁴⁶

O intelectual comprometido com a prática Antirracista deve se atentar que sem uma práxis política não haverá modificações no pensamento racista e preconceituoso do brasileiro, apenas pesquisas e livros não serão suficientes para romper com “pactos da branquitude”.

Clóvis Moura seguiu à risca sua premissa de que o intelectual deve ser solidário as minorias, aos subjugados, aos oprimidos, aos discriminados, quando em seu trabalho intelectual buscou enaltecer a importante participação do negro da constituição da sociedade brasileira, este discriminado, preterido, etc., e a sua luta ofuscada, principalmente no que tange a incansável batalha para pôr fim à

¹⁴⁵ O professor Kabengele Munanga reflete sobre a importância da obra de Clóvis Moura para a transformação da sociedade, ao entender que, quando a população negra conhecer sua verdadeira história será um trunfo importante para a reconstrução da sua identidade e para a superação das desigualdades raciais e sociais. O trecho em questão encontra-se no livro *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*.

¹⁴⁶ Entrevista concedida a Revista Canjerê, disponível em: <https://revistacanjere.com.br/lea-garcia-olhar-luta-entrevista/>. Acesso em 12/03/2021.

escravidão. Se colocou também como um dos porta-vozes dos negros em sua luta de globalização, o capitalismo dependente brasileiro, o conceito de “democracia racial” e a historiografia “oficial” que ofuscou e digressionou a importante participação negra na construção do Brasil. (MESQUITA, 2002, p. 187).

Ao adotar uma prática política na sua escrita, Clóvis Moura se coloca com um dos grandes intelectuais do Brasil, com um trabalho sociológico-historiográfico inaugura uma nova interpretação dos estudos históricos sobre a formação nacional e as lutas negras no decorrer do processo histórico.

Lilia Schwarcz é uma das historiadoras que exalta o trabalho de Moura, e o considera essencial para o entendimento das rebeliões negras no Brasil.

O interesse pela resistência escrava aumentou muito nas duas últimas décadas, [1970 e 80] Isso aconteceu, em parte devido à conscientização cada vez maior da desigualdade racial no Brasil, a uma pesquisa autocrítica de exemplo e tradição historiográficos feita pelos intelectuais revisionistas e afro-brasileiros e a um clima histórico geral no qual cresce o interesse pelos atos dos escravos [...] Mais interpretativos são os trabalhos de Clóvis Moura, que se concentram nas comunidades de escravos fugitivos (quilombos) e nas rebeliões. (SCHWARCZ apud MESQUITA, 2002, p. 188).

Ela destaca também a colaboração da Escola Paulista, de nomes como Roger Bastide e Florestan Fernandes, mas afirma que a pesquisa e a reflexão de Moura é a primeira a contribuir com a historiografia sobre as revoltas e lutas dos escravizados. “Alguns procuraram mostrar os sofrimentos por que passava o negro cativo, bem como sua revolta com relação à própria condição. Clóvis Moura faz a primeira tentativa no sentido de entender os movimentos de rebelião negra.” (SCHWARCZ apud MESQUITA, 2002, p. 188).

Portanto, a análise mouriana se preocupa com a mudança do comportamento de intelectuais que sistematicamente reproduzem na historiografia uma abordagem conservadora que minimiza a contribuição de pessoas não-brancas para o desenvolvimento da Nação brasileira.

Embora tenha preocupação com os escritos sobre a História do Brasil, Moura ressalta a importância das produções e dos saberes dos Movimentos Negros para a historiografia brasileira, ele entende que essas produções comprometidas com os oprimidos são fundamentais para uma maior abertura nos estudos das relações raciais no Brasil.

Desde *Rebeliões da Senzala* (1959) até *Dicionário da Escravidão Negra* (2004) que foi lançado um ano após seu falecimento, Clóvis Moura construiu uma obra

inestimável sobre a história do Brasil. Divulgar essa obra tão importante não é apenas prestigiar o autor, é contribuir com a luta antirracista, é demonstrar uma nova e importante abordagem teórica para se pensar as relações raciais e a história que durante muito tempo não foi contada do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem que acreditar, desde cedo a mãe da gente fala assim: por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor, ao passar dos anos eu pensei, como fazer duas vezes melhor se você tá cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pela psicose, por tudo que acontece, duas vezes melhor como? Ou você melhora ou você é pior de uma vez, sempre foi assim você vai escolher o que tiver mais perto de você, mais perto da sua realidade você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso? Ai quem foi o pilantra que inventou isso? Acorda pra vida.¹⁴⁷

Intérprete do Brasil, Clóvis Moura buscou entender a sociedade, com a intenção de explicar suas desigualdades; através de uma profícua pesquisa sobre a história do Brasil, reinterpretou a história do povo negro do país. Sua obra parte do materialismo histórico e acrescenta a práxis negra para uma singular interpretação das análises sociais e históricas do país.

Moura diverge teoricamente de intelectuais consagrados como Nina Rodrigues e Gilberto Freyre e se aproxima das interpretações de pensadores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni, sobretudo em relação à ideologia da “democracia racial”. Entendo que a metodologia adotada por Moura não é única, embora seja pioneira; as teorias e tendências das análises históricas precisam ser adaptadas à realidade, seus problemas e seus fenômenos, e por isso historiadores, sociólogos e cientistas como um todo precisam identificar o cerne do problema e buscar respostas.

Como intelectual orgânico e um pensador negro, as experiências que o habitam também fazem parte do seu repertório para lidar com as subjetividades e sua posição política. Não coube na história política de Moura uma neutralidade, ao se posicionar contra as forças conservadoras e ditatoriais, ele demonstra a essência de um intelectual comprometido com a luta dos oprimidos.

Sua relação com intelectuais africanos e das diversas partes do mundo foi um ponto significativo da sua trajetória, ao se comunicar com inúmeros pensadores, debater e conhecer a realidade de cada país dos quais tomou conhecimento através das inúmeras viagens, pesquisas, congressos e trocas de trabalho; soube entender as aproximações e divergências dos países que sofreram também com o processo de colonização.

¹⁴⁷ Mano Brown na introdução da música “A vida é desafio”, a música reflete sobre as dificuldades encontradas por pessoas negras na sociedade.

O Brasil sofreu diversas mudanças no regime político e econômico, mas não houve uma modificação estrutural. A independência, e posteriormente a República do Brasil, não mudou em nada o regime escravista. *Rebeliões da Senzala* nos mostra como o processo da abolição se deu muito antes da assinatura da princesa Isabel, inaugura no campo historiográfico a composição de características das lutas negras e a sua importância para o movimento da quilombagem, que desgastou permanentemente o regime escravista no país.

Moura demonstrou que a luta de classes se revela também no escravismo e que se estendeu por todo o território nacional. A obra mouriana nos revela as raízes da opressão racial, como funcionam e funcionaram as estruturas de poder que advêm do nosso passado colonial, com respaldo jurídico e científico por uma suposta inferioridade racial; essa estrutura, ainda que com outros nomes, permanece e legitima as elites brancas que ocupam os mais diversos espaços de poder e determinam o que acontece nas esferas públicas e privadas do país.

Dessa forma, Moura entende a necessidade de compreender as raízes do nosso passado histórico e como isso estrutura a sociedade brasileira, além de demonstrar a combativa e protagonista história da luta negra ao longo de todo processo histórico e, sobretudo, na formação da nação. Os mecanismos desenvolvidos por quem detém o poder de controle da sociedade ergueu barreiras sociais e raciais, que reproduzem estigmas e interrompem o desenvolvimento econômico de grupos específicos.

Quando democratizarmos, realmente, a sociedade brasileira nas suas relações de produção, quando os pólos de poder forem descentralizados através da fragmentação da grande propriedade fundiária e o povo puder participar desse poder, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então, teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos. (MOURA, 1994, p. 160).

Portanto, como possibilidade de mudança, Clóvis Moura enfatiza que uma das maneiras mais contundentes para que haja de fato uma quebra nessa estrutura de poder é o fim do sistema capitalista, para ele o socialismo seria a maneira pela qual as desigualdades sociais e raciais teriam fim. A revolução sendo protagonizada pela massa popular, consciente da sua opressão racial e social e assim mudaria os rumos da sociedade. É intuito deste trabalho poder fazer parte desse movimento.

FONTES

CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura.

MOURA, Clóvis. *A quilombagem como expressão de protesto radical*. In: MOURA, Clóvis (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 103-115.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. *Argila da memória*. São Paulo. Editora Fulgor, 1964.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo. Global Editora, 1983.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial, 2019.

BARBOSA, Márcio. Márcio Barbosa. Entrevista a Eduardo Assis Duarte. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.) *Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, vol. 4, 2011, p. 76-77.

BARROS, José D.'Assunção. História: Ciência Humana e Social-Questões Interdisciplinares. In. *Revista Cesumar, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 16, n. 2, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In ORTIZ, Renato (org) Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

CASTRO GOMES, Ângela Maria. *Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo*. Revista Estudos Históricos, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

CERTEAU. Michel de. *A operação historiográfica*. In: CERTEAU. Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CUSTODIO, Tulio Augusto Samuel. *Construindo o (auto) exílio: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. *Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação*. Revista Brasileira de Educação, Vol. 13, n. 39, set./dez., 2008. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, Brasil.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Civilização Brasileira, 1988.

GENTILE, Fausto Rogério. *O Estado da Arte da Interdisciplinaridade: O Construto Epistemológico de Ivani Fazenda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. 2018.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes Limitada, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (2002). *Classes, raça e democracia*. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Working Paper CBS-52-04. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa*. Afro-Ásia, n. 18, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 387-404, 2003.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. 2007. Tese de Doutorado. Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALATIAN, Teresa. *Um jornalista combatente: Clóvis Moura, Flama e a política cultural do PCB (1951-1952)*. História (São Paulo), v. 38, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Boitempo editorial, 2015.

- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: Arte & Ensaios, v. 32, 2016, p. 136.
- MELO, Ana Amélia de M. Cavalcante. *Associação Brasileira de Escritores: dinâmicas de disputa*. In: *Varia História*, vol. 27, n. 46. p. 711-732, Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MENDES, Manuel P. *O cerrado de casaca*. Thesaurus Editora, 1995.
- MESQUITA, Erika. Clóvis Moura: *Uma visão crítica da história social brasileira*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972. P. 43.
- MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Editora Civilização Brasileira, 1964.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude-usos e sentidos*. Autentica, 2015.
- NASCIMENTO, Karina. *Movimento Caderno da Bahia: 1948-1951*. Dissertação. Mestrado em Letras. Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 1999.
- OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Rio de Janeiro. 2009.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEREIRA, Amílcar Araújo; ALBERTI, Verena. *Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil*. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 25-56, 2007.
- PEREIRA, João Baptista Borges. *O último legado de Clóvis Moura*. In: *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004, p. 311-312.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.
- SANTANA, Carla Patricia Bispo de. *Caleidoscópio: percurso intelectual e a estréia de Heron de Alencar como crítico literário no jornal A Tarde (1947-1952)*, UFBA, Salvador, 2003.
- SANTANA, Ivo de. *Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano*. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3, p. 517-555, 2003.
- SILVA, Ana Paula Procópio da. *Contrário de “Casa Grande” não é senzala, é quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*. (Tese de Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Joselina. *Jornal SINBA: A África na construção identitária brasileira dos anos setenta*. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos da democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 185.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. Por uma história política, v. 2, p. 231-269, 2003.

SOARES, Carlos Eugenio; GOMES, Flavio. *Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do Atlântico negro*, 2008.

SOUZA, G. O. *Rebeliões da senzala: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

TRAPP, Rafael Petry. *Intelectuais negros no Brasil: notas sobre Eduardo de Oliveira e Oliveira (1960-1980)*. In: 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2015.

TREECE, David. *Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 70, p. 166-188, 2018.

SITES VISITADOS

<http://www.iea.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga>

<http://www.palmares.gov.br/?p=1946> (sobre Aristides Barbosa)

<https://almapreta.com/editorias/realidade/celebracao-recordar-os-39-anos-de-fundacao-do-mnu> (sobre Hugo ferreira)

<https://www.scielo.br/pdf/sant/v8n1/2238-3875-sant-08-01-0109.pdf> (sobre José Pellegrini)

<https://www.veranunesleiloes.com.br/peca.asp?ID=3268570> (sobre Henrique l Alves

<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/360-oswaldo-de-camargo> (sobre Oswaldo Camargo)

<http://institutodepesquisadasculturasnegras.blogspot.com/>

<https://www.geledes.org.br/o-inoportuno-sempre-ele/>.

ANEXOS

1. ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO IBEA

2

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas.

Aos 17 (dezesete) dias do mes de junho do ano de ~~1975~~ 1975, na sede do IBEA, da UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES, seção de São Paulo, à rua 24 de Maio, nº 250, 13º andar, especialmente cedida para este fim e funcionamento provisório da entidade, foi instalada a Assembléia de Fundação do IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, de acordo com os termos da minuta-projeto anteriormente redigida pela Comissão Organizadora composta dos senhores Antonio Fernandes Neto, Clóvis Moura e Eduardo de Oliveira e amplamente distribuída anteriormente àquelas pessoas que estavam interessadas na sua fundação. Presentes os senhores Antônio Fernandes Neto, Eduardo de Oliveira, Clóvis Moura, Maria Menezes, Joad Chirarini, Almir Menezes, Maria Sampaio Tavares, Antônio Possidonio Sampaio, Sebastião Camargo, Antônio Pellegrini, Mozart Menezes, Severino Silva, José Carlos Ruy, Francisco Medina, Mariza Novelo Medina, Ibiapaba Martins Milton Fogo, Alípio Vianna, Aristides Barbosa, Antonieta Dias de Moraes, Henrique L. Alves, Silvia Maria Schor, Oswaldo Camargo, José Cordeiro de Lima, Raul Joviano do Amaral, José Montovani, Geraldo Campos de Oliveira, foi iniciada a Assembléia, sendo ~~indicação~~ indicado pelo senhor Otavio Silva os nomes dos senhores Clóvis Moura e José Carlos Ruy para ocuparem a presidência e secretaria da assembléia, respectivamente. A proposta foi aprovada. Lida a minuta-programa para conhecimento dos presentes, o presidente pediu licença para divulgar correspondência que havia recebido sobre a idéia de fundação do IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, tendo o senhor secretário feito a leitura de uma carta do Prof. Benjamin Pinto Bull, da Universidade de Dakar, congratulando-se com a iniciativa, do antropólogo Zapata Olivella, da Fundación Colombiana de Investigaciones Folclóricas e do Prof. L.F. Ramon y Rivera, do Instituto Nacional de Folclore da Venezuela no mesmo sentido. Passou-se em seguida a deliberar-se sobre a ordem do dia que constava dos seguintes pontos: 1) - Apresentação, discussão e aprovação dos Estatutos; 2) - Eleição da primeira diretoria do IBEA; 3) - O que houver. Dando cumprimento ao primeiro ponto o senhor presidente pediu ao senhor secretário que passasse a ler o projeto de Estatutos que havia sido elaborado pela Comissão Organizadora. Após a sua leitura o mesmo foi posto em discussão. Os senhores Oswaldo Camargo e Aristides Barbosa discordaram quanto à denominação de Diretor de Departamentos para o membro da Diretoria que seria responsável pelo funcionamento dos mesmos, apresentando emenda no sentido de ser substituído para o de Coordenador Cultural. Posta em votação a emenda foi aprovada. Ninguém mais se manifestou sobre o projeto ~~apresentado~~ apresentado, ficando,

2. CARTA DE CLÓVIS MOURA PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE SENEGAL Leopold Sédar Senghor

São Paulo (Brasil) 29 de agosto de 1975

Exmº Sr
Leopold Sédar Senghor
DD Presidente da República do Senegal
Dakar
Senegal

Exmº Sr.:

Temos a honra de comunicar a V. Excia. a fundação, nesta cidade, de IBSA - Institute Brasileiro de Estudos Africanistas, cuja / primeira Diretoria ficou assim constituída:

Presidente: - Clóvis Moura - escritor e sociólogo
Vice-presidente: - Aristides Barbosa - sociólogo
Secretário: - José Pellegrini - jornalista
Teseureiro Geral: - Sebastião Camargo - economista
1º Teseureiro: - Henrique L. Alves - escritor
Coordenador Cultural: - Osvaldo de Camargo - poeta
Conselho Fiscal:
Geraldo Campos de Oliveira - jornalista
João Chiarini - folclorista
Maria da Penha Guimarães - socióloga
Ibiapaba Martins - escritor
José Correia Leite - jornalista.

Ao tempo em que comunicamos a nossa fundação solicitamos de V. Excia a colaboração indispensável para que consigamos executar a - qualis - que nos propusemos.

Certes de que seremos compreendidos, agradecemos antecipadamente a cooperação de V. Excia e firmamo-nos atenciosamente.

Clóvis Moura
Presidente

Endereço: Rua 24 de Maio, 250 - 13º andar (a/c da UBS)
São Paulo - São Paulo
BRASIL

cm/cor/2926

3 - CONCESSÃO DE BOLSAS

São Paulo, 13 de setembro de 1975

Exmo. Sr.
Magne Francisco Nequeira,
Diretor de Departamento Cultural
da Academia de Capoeira Capitães d'Areia
São Paulo.

Prezado senhor: -

A Diretoria de IBSA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, na sua última reunião deliberou conceder quatro bolsas para os alunos ou membros do Departamento Cultural da Academia de Capoeira / Capitães d'Areia objetivando, com isto, estimular o intercâmbio entre as duas entidades no seu setor cultural.

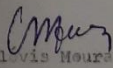
As bolsas referem-se ao curso UMA VISÃO DINÂMICA DO NEGRO NO BRASIL, a ser realizado entre os dias 6 a 17 do próximo mês, no auditório "Galeão Coutinho", da União Brasileira de Escritores, à rua 24 de maio, 250, 1º andar, a partir das 20 horas.

O critério de seleção dos bolsistas ficará a critério de V. Sa. juntamente com a Diretoria da Academia.

Gostaríamos que os nomes dos bolsistas fossem-nos enviados com a possível brevidade, a fim de fazermos as inscrições respectivas.

O curso, de extensão cultural constará de nove palestras com a presença de professores integrados na problemática do negro, como / Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Henrique L. Alves, Aristides Barbosa (coordenador) e outros.

Aguardando resposta, firmo-me
atenciosamente,


Clóvis Moura
Presidente

Sede provisória: Rua 24 de maio, 250, 1º andar.

4 – CARTA PARA BEATRIZ NASCIMENTO

São Paulo, 21 de março de 1977

Prezada Beatriz:

um abraço

Esta é para dar minhas notícias e dizer que recebi sua carta de 14 do corrente. Ciente das suas atividades e disposição de participar do encontro de Cali.

Vou providenciar o material para os grupos que você me recomendou. Para você seguirão as normas para a formação da delegação brasileira brevemente. Vamos reunir ainda esta semana para estabelecer critérios. Aguardemos, também, alguma coisa da Colômbia.

De tudo lhe informarei.

Estive rapidamente com o Eduardo de Oliveira. Falou-me a seu respeito, que você esteve em São Paulo, etc. Foi uma pena não vê-lo para conversarmos pessoalmente um monte de coisas. Fica para outra vez.

Aguarde notícias. Um abraço do

Clóvis Moura

5 - CARTA À IMPRENSA SOBRE RACISMO E REPRESSÃO

**IBEA**

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRICANISTAS

C O M U N I C A D O

O IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, ante o desafio que ultimamente vem sofrendo a comunidade negra e a opinião democrática nacional, externa sua preocupação ao constatar a agudização do racismo entre nós, através de uma série de 7 fatos dos quais enumera tres:

1) - O assassinio do cidadão Robson Silveira da Luz, em conseqüência de torturas - as mais vis e repelentes - nas dependências de um Delegacia de Polícia, apenas porque era Negro e o Delegado de plantão afirmou - conforme ampla divulgação feita pela imprensa - que "lugar de Negro é no pau", demonstrando uma filosofia tipicamente racista para justificar o seu ato criminoso;

2) - A impunidade acintosa dos responsáveis por uma reunião que visava a rearticulação do nazismo no Brasil, numa afronta à memória dos nossos Pracinhas que derramaram o seu sangue na Itália - grande número deles Negros - rearticulação que, em última instância, significa um desafio à opinião democrática da nação brasileira;

3) - Finalmente, o impedimento de tres jovens atletas Negros entrarem no Clube Tietê, por serem Negros, e, posteriormente, as declarações dos seus dirigentes que, embora procurando negar o fato, reafirmaram, implicitamente, o racismo de que estão possuídos.

Num País que se afirma uma "democracia racial", tais fatos vêm demonstrar, à saciedade, que ao se comemorar 90 anos da Abolição, o Negro brasileiro e membros de demais etnias oprimidos estão tão longe de se considerarem ou serem considerados iguais àqueles que, por questão de linhagem e de cor são os grupos de poder dominantes.

Por estas razões o IBEA conclama a comunidade negra e a opinião democrática nacional, através dos seus partidos políticos, entidades religiosas, sindicais, culturais e estudantis para que fiquem vigilantes e somem esforços para que esses crimes - como tantos outros de igual origem - não fiquem, desta vez, impunes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRICANISTAS

Clóvis Moura

Presidente

18. Maio - 1978